

**A história
do livro:
marcos e
transformações**

Ana Lúcia Merege



A história do livro:
marcos e transformações

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidência da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério da Cultura

Margareth Menezes da Purificação Costa

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

Presidência

Marco Americo Lucchesi

Diretoria Executiva

Suely Dias

Centro de Coleções e Serviços aos Leitores

Maria José da Silva Fernandes

Centro de Processamento e Preservação

Gabriela Ayres Ferreira Terrada

Centro de Cooperação e Difusão

Verônica de Oliveira Lessa

Centro de Pesquisa e Editoração

Naira Christofolletti Silveira

Coordenação de Editoração

Claudio Cesar Ramalho Giolito

Serviço de Editoração

Taiyo Jean Omura

 **BIBLIOTECA NACIONAL**

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Ana Lúcia Merege

A história do livro: marcos e transformações

Cadernos
da
Biblioteca Nacional

Rio de Janeiro



2025

Cadernos da BN – volume 21

Editor

Claudio Giolito

Produção Editorial

Paula Rocha Machado

Taiyo Jean Omura

*Revisão e Preparação
de Originais*

Hudson Rabelo

Revisão de Provas

Carlos Santa Rosa

Simone Muniz

Projeto Gráfico Original

André Lippmann

Rodrigo de Mello Alves

*Projeto Gráfico Adaptado,
Diagramação e Tratamento
de Imagens*

Eliane Alves

Assistente Editorial

Janilda Rodrigues de Souza

Coordenação de Editoração
Av. Rio Branco, 219, 5º andar
Rio de Janeiro – RJ | 20040-008
editoracao@bn.gov.br
www.gov.br/bn

Confira outras publicações da
Fundação Biblioteca Nacional



copyright© 2024 Fundação
Biblioteca Nacional (FBN)

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

M559h

Merege, Ana Lúcia, 1969-

A história do livro : marcos e transformações / Ana Lúcia Merege. –
Rio de Janeiro : Fundação Biblioteca Nacional, 2024
184 p. ; 12 x 19 cm. – (Cadernos da Biblioteca Nacional ; v. 21).

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5940-022-5 (impresso)

ISBN 978-65-5940-025-6 (digital)

1. Livros – História. 2. Impressão – História. 3. Impressão – Brasil –
História. 4. Editores e Edição – Brasil – História. I. Biblioteca Nacional
(Brasil). II. Título. III. Série

CDD – 002.09

Sumário

Apresentação	9
<i>Ana Lúcia Merege</i>	
Prefácio	13
<i>Fabiano Cataldo de Azevedo</i>	
Nota do Editor	19
Do glifo ao alfabeto	21
O códice e o pergaminho	25
Livros medievais (I)	28
Os livros medievais (II)	32
A ornamentação nos livros medievais	36
As bibliotecas e a circulação dos livros na Idade Média	41
Entra em cena o papel	46
Os primórdios da imprensa	50

Aldo Manuzio e as edições de bolso	53
A imprensa e a Reforma	56
A imprensa e o Renascimento Científico (I)	59
A imprensa e o Renascimento Científico (II)	62
A imprensa e a cartografia	65
Livros e bibliotecas na Idade Moderna	69
Entre o Velho e o Novo Mundo: séculos XVI-XVIII	73
Livros e leituras populares na Europa dos séculos XVI-XVII	77
A disseminação do conhecimento no século XVIII	81
Leituras privadas e salões literários na Europa dos séculos XVII–XVIII	85
Enciclopédias e a <i>Enciclopédia</i>	89
O dicionário de Bluteau	93
Livros e leitores no Brasil colonial	96
A Impressão Régia do Rio de Janeiro	100
Obras científicas na Impressão Régia	104

O comércio livreiro no Rio de dom João	109
A tipografia de Silva Serva	113
Primeiras tipografias particulares no Brasil	117
O editor Paula Brito	121
A Typographia Universal dos Laemmert	125
A Casa Leuzinger	129
A Livraria e Editora Garnier	133
O comércio livreiro na São Paulo no século XIX	138
O livreiro e editor Francisco Alves	142
Serafim José Alves e Pedro Quaresma	146
Monteiro Lobato, editor	150
Octalles Marcondes Ferreira, o “big boss”	155
Editora Globo	159
A Livraria José Olympio Editora	164
Ênio Silveira e a Editora Civilização Brasileira	169
Referências	173

Apresentação

*Ana Lúcia Merege*¹

Em março de 2020, o Brasil começou a sentir os primeiros efeitos da pandemia de Covid-19, que levou todo o país a um prolongado período de restrições e confinamento.

Tal como outras instituições, a Fundação Biblioteca Nacional passou a funcionar por meio de trabalho remoto, intensificando sua presença online. Entre várias atividades, alguns servidores passaram a contribuir com artigos de divulgação, destinados ao grande público, que contemplassem o acervo e as coleções da Biblioteca, bem como temas relativos à história, às artes, à literatura e à documentação.

Como bibliotecária e curadora da Seção de Manuscritos, eu já vinha publicando artigos curtos, voltados principalmente para o acervo do setor. Durante a pandemia, passei a escrever textos um pouco mais longos, que resultaram em três séries de artigos informativos. A primeira reúne 38 textos sobre história do livro, que abordam desde os primeiros glifos e sistemas de escrita até o século XX,

1. Abril de 2024.

com foco na produção brasileira a partir da instituição da imprensa no período joanino e até os anos 1960-1970, época em que surgiram algumas das mais tradicionais editoras brasileiras. Entre os temas estão também a ornamentação dos manuscritos medievais, a história do papel, os primeiros dicionários e enciclopédias e as primeiras livrarias e tipografias do Brasil. Por meio da BN Digital e da Hemeroteca Digital, o acervo digitalizado da Biblioteca Nacional forneceu imagens para os artigos, a maior parte dos quais foi publicada entre 5 de maio de 2020 e 26 de junho de 2021, na página oficial e nas redes sociais da instituição.

A presente publicação tem como finalidade reunir esses artigos e facilitar o acesso a eles por parte dos leitores. Para que isso acontecesse da melhor maneira, foi preciso fazer algumas escolhas editoriais, especialmente no que diz respeito a manter a integridade dos textos. Publicados individualmente, algumas vezes eles continham informações que foram repetidas em artigos seguintes, e que poderiam ser eliminadas caso estes fossem considerados capítulos de um livro. No entanto, é de nosso interesse que os artigos possam ser lidos e referenciados separadamente sem perda de contexto, por isso optamos por manter todas as informações contidas nas versões originais.

A coletânea foi abrilhantada pelo prefácio escrito pelo professor doutor Fabiano Cataldo, docente da UFBA e pesquisador do Ibram (Instituto Brasileiro de Museus), cujo incentivo foi fundamental para que eu me decidisse a levar este trabalho um pouco além. Espero que contribua para a divulgação do nosso acervo e, quem sabe, ajude a despertar o interesse sobre a história do livro, da leitura

e das bibliotecas — um dos temas mais fascinantes e relevantes dentro do escopo da história cultural e social.

Prefácio

*Fabiano Cataldo de Azevedo*¹

A história do livro tem se consolidado como um campo de estudos de crescente relevância, o que é um fato. Compreender a trajetória desse objeto, desde os primeiros registros até sua configuração contemporânea, é essencial para entendermos a própria história do conhecimento.

Ana Lúcia Merege, bibliotecária, servidora da Fundação Biblioteca Nacional e escritora, reúne neste volume uma série de textos que abordam diferentes aspectos da história do livro, com ênfase em sua produção. A autora consegue apresentar temas complexos de forma clara e objetiva, proporcionando uma leitura leve e compreensível para um público amplo, transcendendo o círculo dos especialistas da área. Ou seja, uma ação de divulgação científica.

Não obstante as passagens com contextualizações, alicerçadas na sua experiência na Biblioteca Nacional e como pesquisadora, a autora privilegia o formato do livro que há mais de mil anos prevalece como o mais revolucionário

1. Professor do Instituto de Ciência da Informação/UFBA, pesquisador do Museu Imperial/Ibram. Petrópolis, 19 de maio de 2024.

e soberano, ou seja, o códice. Mesmo com mudanças no material utilizado para receber o texto, do pergaminho ao papel; na forma de registrar, manuscrito e depois impresso; e mudanças na encadernação, dos cadernos costurados com capas de madeira à brochura, a essência do formato é a mesma até hoje. Uma maneira que sabidamente facilitou a leitura e a interação com o texto.

No que respeita à pergunta sobre o que a produção do livro medieval tem a ver com o livro contemporâneo, esse trabalho traz mais uma contribuição, pois deixa muito evidente as bases e os referenciais cujos traços permanecem por vezes até no *e-book*.

Dentro desse contexto, Merege confere destaque a momentos cruciais para a cultura material, como os períodos da Reforma e da Revolução Científica, que exerceram um impacto significativo na produção e disseminação do conhecimento.

Além de abordar a produção do livro, a obra também se debruça sobre a história das bibliotecas, da leitura e dos leitores, temas que fazem parte de um corolário essencial para pensarmos a importância da disseminação do conhecimento e do acesso à informação, bem como os desafios enfrentados ao longo da história para garantir esse acesso. Nesse sentido, somos conduzidos a refletir sobre o papel da biblioteca como um espaço de memória e seu papel social, o que nos remete às ideias de David Lankester, que defende a biblioteca como uma instituição essencial para a formação cultural da sociedade. Segundo Lankester, as bibliotecas não são apenas repositórios de livros, mas sim espaços de aprendizado, onde as pessoas podem se reunir para explorar, interagir e criar conhecimento. Essa visão

reforça a necessidade de valorizar e proteger esses espaços de memória, garantindo que continuem a desempenhar seu papel fundamental na disseminação do conhecimento e no acesso à informação, e contribuindo para a construção de uma sociedade mais informada, crítica e engajada.

A autora não se limita a uma visão eurocêntrica da história do livro, mas dedica uma atenção especial ao contexto brasileiro. Dos 38 capítulos, 18 são destinados a discutir a produção e o comércio do livro impresso no Brasil, abrangendo desde o período colonial até a primeira metade do século XX, algo que contribui para a valorização da nossa própria história e para a compreensão das particularidades e desafios enfrentados no desenvolvimento da cultura letrada em nosso país.

A história do livro: marcos e transformações constitui um genuíno esforço de educação patrimonial. Ao apresentar o acervo da Biblioteca Nacional e indicar caminhos para pesquisadores nos mais variados graus de formação, Merege cumpre com o papel de bibliotecária, atuando como mediadora entre o conhecimento registrado e os leitores.

Nesse sentido, a autora coloca em prática um princípio fundamental da biblioteconomia, enunciado pelo bibliotecário indiano Shiyali Ramamrita Ranganathan: “o lugar do livro é na mão do leitor”. Essa máxima ressalta a importância do acesso à informação e do papel do bibliotecário como mediador, o que em absoluto não é algo novo, mas uma prática inerente à profissão há séculos.

Essa publicação representa um convite para que mais pessoas se interessem não apenas pela história do livro, mas também por conhecer outras nuances do próprio acervo da Biblioteca Nacional. Ao compartilhar seu conhecimento e

experiência, Merege reafirma o compromisso da instituição com a democratização do acesso à informação e com a promoção da cultura e do saber.

Tal iniciativa está alinhada com a trajetória da Biblioteca Nacional, que há bastante tempo tenta viabilizar diferentes formas de acesso ao seu vasto acervo, física e virtualmente. Por meio de exposições, cursos, palestras e publicação de livros, a instituição tem se empenhado em aproximar o público de suas coleções, oferecendo oportunidades para que mais pessoas possam explorar e se beneficiar desse rico patrimônio cultural.

Essa abordagem vai ao encontro dos esforços da instituição em promover a educação patrimonial e em estimular a pesquisa e a produção de conhecimento a partir de seu acervo.

Como pesquisador e docente que leciona História do Livro e das Bibliotecas há mais de uma década, é uma honra ter sido convidado para prefaciar este volume que reúne textos cuja publicação acompanhei no site da Biblioteca Nacional. Além disso, como formado em Biblioteconomia, é gratificante afirmar que esses textos corroboram a importância da “História do Livro e das Bibliotecas” como disciplina nos cursos dessa área. Acredito que essa é uma das vias para a tomada de consciência acerca do que constitui o patrimônio bibliográfico.

De uma forma geral, ao ler o conjunto dos textos, o leitor poderá refletir sobre o papel do livro como instrumento de disseminação do conhecimento, de formação cultural e meio de transformação social ao longo da história. Instrumento a que, por isso mesmo, o livre acesso foi

tantas vezes cerceado, seja por atos de controle e censura, seja pelo alto custo do livro.

Parabenizo a autora e a Fundação Biblioteca Nacional por esta iniciativa louvável e pelo compromisso em compartilhar suas pesquisas sobre a história do livro.

Convido a todos a embarcarem nessa jornada, guiados pela expertise e pela paixão de Ana Lúcia Merege. Que a leitura desta obra possa despertar em cada um o encanto pelo universo dos livros e das bibliotecas, e que possamos, juntos, contribuir para a valorização e difusão desse patrimônio inestimável, sem nunca perder de vista a necessidade de manter esse acesso livre e democrático.

Desejo a todos uma excelente leitura!

Nota do Editor

Todas as notas de rodapé que compõem o livro trazem os descritores da BN Digital. Quando não houver o link disponível na nota, a numeração do objeto digital pode ser consultada em <https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>.

Do glifo ao alfabeto

O que conhecemos como “livro” chegou ao seu aspecto atual após passar por várias transformações, tanto materiais quanto no que diz respeito ao significado. Bem antes dele, porém, já existia a escrita, que pode ser entendida como um conjunto de sinais estabelecidos e usados por uma comunidade para representar a língua falada.

As formas mais antigas de registro são as pinturas rupestres, deixadas em cavernas desde o Paleolítico Superior (há cerca de 40 mil anos), e os petroglifos, sinais gravados em pedra. Tais representações da linguagem, contudo, ainda não se definem como escrita. Esta viria a surgir muito depois, em vários pontos do mundo — China, Índia, Mesopotâmia, América Central — e ao longo de milênios, obedecendo a formas e sistemas diversos.

Um exemplo das representações ideográficas — consideradas proto-escrita — do antigo México pode ser visto neste fac-símile de uma obra pertencente à Biblioteca Vaticana. Suas 49 folhas são unidas e dobradas em formato de fole.¹

Uma das escritas mais importantes para o estudo das civilizações antigas é a cuneiforme, encontrada na Suméria

1. MANUSCRITO Mexicano-Vaticano 3773. Vaticano: [s. n.]. 4 doc. (133 p.), fac-símile. Objeto digital: mss_I15_1_080.

a partir de 3200 a.C.; serviu para registrar quinze diferentes idiomas do Oriente Médio, tendo como suporte (superfície) mais comum a argila cozida na forma de tabuinhas. Já no Egito, os famosos hieróglifos e a escrita simplificada conhecida como hierática eram aplicados sobre peças de cerâmica e folhas de papiro, material obtido a partir do caule de uma planta aquática.

Nunca é demais lembrar que, embora o papiro fosse amplamente utilizado, muitos textos escritos na Antiguidade só chegaram até nós por terem sido escritos em monumentos de pedra, tais como o templo funerário do Faraó Ramsés III (1217–1155 a.C.). As inscrições hieroglíficas foram documentadas numa fotografia da Coleção Thereza Christina Maria.²

Evidências arqueológicas encontradas em antigas inscrições, notadamente as de Biblos e Ras Shamra (antiga Ugarit), na região da Síria, apontam os fenícios, habitantes do atual Líbano e grandes navegadores, como criadores do primeiro alfabeto. Este surgiu por volta da segunda metade do segundo milênio a.C., com 22 sinais gravados da direita para a esquerda, representando as consoantes, e teria dado origem às primeiras formas dos idiomas hebraico e aramaico. A escrita se espalhou pela região do Mediterrâneo e, segundo a opinião mais aceita pelos estudiosos, foi transmitida aos povos da Grécia diretamente pelos fenícios; isso é atestado pela comparação entre os

2. RAMASSEUM: avec la statue de Sésostriis [Iconográfico]. Fiorillo, L.. Album complet de toutes les principales vues et monuments: d'Alexandrie, Caire, Suez, Canal isthme de Suez, basse-Nubie, haute Egypte-etc-etc-etc. p. [foto 082]. Objeto digital: icon309888_35.

sinais, bem como pela tradição histórica. Heródoto, historiador e geógrafo grego, se refere às letras como *phoinikeia grammata*, ou seja, “escrita fenícia”. Por sua vez, as lendas atribuem a introdução do alfabeto a Cadmo, filho do rei de Tiro, uma cidade fenícia.

Na escrita grega mais antiga (séculos VIII e VII a.C.), os sinais eram basicamente os mesmos usados pelos fenícios, com algumas adaptações. A grande inovação foi a inclusão das vogais, que representou uma verdadeira revolução cultural. O alfabeto grego teve muitas variantes, mas a forma que prevaleceu foi a jônica, que chegaria até nós como o alfabeto “clássico”, escrito da esquerda para a direita e composto de 24 sinais. Por outro lado, variantes foram desenvolvidas para registrar outras línguas, particularmente o etrusco, idioma falado na região da atual Toscana, por intermédio do qual o alfabeto chegou até os romanos.

O mais antigo documento da Biblioteca Nacional é um evangelho escrito em letra minúscula grega. Foi doado pelo professor João Pandiá Calógeras em 1912 e sua datação foi estabelecida como algo em torno do século XII de nossa era.³

As primeiras inscrições em escrita latina foram encontradas em monumentos datados do final do século VII ou do início do século VI a.C. O alfabeto, porém, só foi fixado no século I a.C., quando os romanos já estavam avançados em sua expansão militar e cultural. Assim como o latim se tornou a base da língua de muitos dos povos conquistados,

3. EVANGELHO Grego. [S. l.: s. n.], [11--?]. 234 f., original. Objeto digital: mss1289251.

também o alfabeto latino de 23 letras foi o precursor de todas as escritas da Europa Ocidental, que viriam a se desenvolver em diferentes estilos ao longo da Idade Média.

O códice e o pergaminho

Ao longo da Antiguidade ocidental, assim como no início da Era Cristã, o papiro, obtido a partir de plantas aquáticas, continuou a ser o material mais utilizado para a escrita, com várias folhas coladas e enroladas para formar um volume.

Os primeiros séculos de nossa era viram acontecer duas importantes mudanças: a adoção do pergaminho, feito de peles de animais, como suporte para a escrita, e a substituição do rolo pelo códice (do latim “codex”, bloco de madeira), que deu ao livro o formato mais conhecido em nossos dias: folhas coladas ou costuradas em cadernos, guarnecidas de capas mais resistentes.

A mudança de formato aconteceu gradualmente entre os séculos I e V de nossa era, acompanhando a crise nas estruturas do Império Romano, que vinha causando uma diminuição no número de pessoas letradas. Ao mesmo tempo, o Cristianismo se fortalecia. O estabelecimento de uma cultura escrita em muito se deveu à Igreja Cristã, à qual eram ligados praticamente todos os homens de estudo.

Um dos marcos da cultura cristã e também da história do livro é a publicação da Vulgata, a Bíblia latina produzida por Jerônimo (347–420) entre o final do século IV e o início do século V de nossa era. O autor deixou escritos

que fornecem preciosas informações sobre a produção dos livros na época, além de questões sobre autoria, autenticidade, edição e difusão das obras. Foi canonizado em 1767 e, não à toa, tornou-se o santo padroeiro dos bibliotecários, arquivistas e tradutores.

Para Jerônimo e outros estudiosos da época, o formato códice apresentava muitas vantagens em relação ao rolo: ocupava menos lugar nas bibliotecas, tinha maior capacidade de armazenamento de texto e era mais legível. Além disso, o novo formato facilitava o trabalho dos tradutores e copistas, pois tornava possível a paginação, os índices, o estabelecimento de concordâncias e a comparação entre trechos de diferentes exemplares. A aceitação foi tão grande que, a partir do século II, todos os manuscritos da Bíblia encontrados são códices, bem como a quase totalidade de textos bíblicos e de matéria religiosa dos séculos II–IV.

Nessa época, a maior parte dos livros era de papiro — um material frágil, que se rasgava ou se soltava facilmente das amarras e cuja produção se restringia a lugares distantes, como o Egito e a Ásia Menor. Era necessário encontrar um substituto, e este viria a ser o pergaminho, assim chamado como referência a Pérgamo, uma cidade grega localizada na antiga Turquia. Ali, por volta do século II a.C., existiu uma grande biblioteca, bem como um centro de produção do suporte de escrita obtido a partir das peles de certos animais.

O pergaminho era geralmente feito da pele de vacas, ovelhas ou cabras. O preparo era feito em etapas nas quais a pele era sucessivamente mergulhada em água corrente, raspada, mergulhada numa solução de óxido de cálcio, lavada, esticada numa armação, raspada com uma

ferramenta em forma de foice e, por fim, esfregada com pedra-pomes, pastas à base de cálcio e outras substâncias. Esse processo resultava num produto resistente e durável, fosse qual fosse a sua espessura: desde o velino, extremamente delicado, obtido a partir de animais recém-nascidos, até os pergaminhos mais grossos usados como encadernação ou para a confecção de mapas e diplomas.

A Biblioteca Nacional possui um documento em velino: uma Bíblia latina, confeccionada por volta do século XIV, que pertenceu ao conde da Barca. As folhas são extremamente finas, o que torna difícil escrever sobre elas. Ainda assim, o códice é ornamentado com algumas imagens, letras capitais e arabescos em vermelho e azul.⁴

Apesar de todas as suas vantagens sobre o papiro — que continuou a ser usado até os séculos VII e início do VIII —, o pergaminho era um material caro, o que obrigava os escribas e estudiosos a se valerem de artifícios como a reutilização. Daí resultaram os chamados *palimpsestos*, pergaminhos em que a escrita original foi apagada para receber um novo registro.

4. BÍBLIA latina. [S. l.: s. n.], Séc. XIII-XIV. 567 f., original. Objeto digital: mss1212399.

Livros medievais (I)

Quando falamos em “livro medieval” o que nos vem à mente é, quase sempre, um volume ornamentado, com desenhos coloridos, letras maiúsculas trabalhadas em arabescos e provavelmente um toque de ouro. No entanto, esse tipo de livro representa apenas uma pequena fração dos códices manuscritos da Idade Média, a qual — é bom lembrar — se estendeu ao longo de dez séculos e teve muitas nuances de acordo com o local e a época.

Nos primeiros séculos desta era, a Igreja foi a depositária quase exclusiva do saber e do conhecimento. O material escrito circulava entre as comunidades cristãs sob a forma de textos sacros, epístolas e sermões; sacerdotes atuavam como professores e secretários dos nobres. Soma-se a isso o fato de que as bibliotecas monásticas foram praticamente as únicas a preservar seus livros durante as chamadas “invasões bárbaras”.

Assim, não é de estranhar que os mosteiros e abadias mantivessem centros de produção de livros — comumente chamados de *scriptoria* — e que muitos manuscritos preservados tenham sido produzidos por eles. Isso, porém, não quer dizer que todos os textos eram de teor religioso. Havia obras sobre os mais diversos assuntos, desde crônicas de reis e cidades até livros sobre caça, culinária e boas

maneiras, bem como traduções de clássicos, obras poéticas e literárias. Da mesma forma, os códices tanto podiam ser luxuosos, ilustrados, iluminados, como volumes simples, feitos de pergaminho grosseiro ou reaproveitado (e, mais tarde, papel), que tinham como ornamento apenas algumas letras em tinta vermelha.

Um dos destaques da história do livro, no início da Idade Média, é o surgimento de oficinas de copistas e ilustradores em Bizâncio, já no século VI. Ali se usou o papel, invenção chinesa obtida através dos árabes, antes dos países da Europa Ocidental. Notáveis, também, são as obras produzidas na Irlanda, onde o estilo desenvolvido em centros religiosos incorporou elementos da arte celta e saxônica.

A partir do século VII, deu-se o período de dominação muçulmana, que atingiu regiões da Itália, da França e boa parte da Península Ibérica. A transmissão da herança clássica ao Ocidente em muito se deve à ação de eruditos muçulmanos, e alguns monarcas patrocinaram a criação de grandes bibliotecas, tais como a de Córdoba, que, segundo algumas fontes, chegou a ter 500 mil livros. Além disso, houve um período de integração entre o mundo muçulmano, o cristão e a tradição judaica, notadamente durante o reinado de Afonso X de León e Castela, chamado O Sábio (1252–1284).

Outro momento importante na história do livro manuscrito foi a promoção, pelo imperador Carlos Magno, da chamada *Renovatio romanorum imperii*, com a qual pretendia revisar toda a literatura à luz dos modelos romanos. O movimento se constituiu numa verdadeira revolução, o *renascimento carolíngio*. Deu origem a um estilo e a uma escrita característica, também chamada “carolíngia”, usada até meados do século XIII.

Nesse mesmo período, os livros começaram a ser mais e mais produzidos por artífices e oficinas laicas, enquanto a produção dos mosteiros diminuiu até quase desaparecer por volta de 1300. Por outro lado, as bibliotecas de catedrais começaram a crescer a partir do século XII, juntamente com as universidades. Estas contavam com bibliotecas ligadas aos cursos, onde os estudantes podiam alugar cópias — de livros inteiros ou de partes de livros, chamadas “pecias” — ou tomá-las emprestadas. Isso permitia que os estudantes menos abonados tivessem acesso às obras, já que os livros, mesmo confeccionados em papel, continuavam a ser bastante caros. Os manuscritos passavam de mão em mão entre mestres e estudantes, às vezes por gerações.

Na segunda metade do século XII, o estilo carolíngio começou a dar lugar a uma escrita de traços mais agudos, conhecida como “gótica”. Esse é o estilo mais comumente associado à ideia de escrita medieval, uma vez que foi empregado em manuscritos de grande divulgação nos dias de hoje, tais como o Livro de Horas do duque de Berry.

Livros de horas eram livros de devoção pessoal, geralmente iniciados por um calendário das festas e dos santos e contendo outros elementos, como as Horas da Virgem e as da Cruz. A Biblioteca Nacional possui oito deles em sua Seção de Manuscritos, de diferentes proveniências, entre as quais a Real Biblioteca. Dentre os últimos, chama a atenção, pela ornamentação de suas páginas, um códice de origem francesa, escrito em latim com caligrafia gótica.⁵

5. LIVRO de horas, uso de Paris. [Paris, França]: [s. n.], [entre 1460 e 1470]. 160 ff., enc., pergaminho, il. Objeto digital: mss1212392.

No século XIV, os italianos — os primeiros a entrar no período conhecido como Renascença — retomaram a tradição carolíngia, adotando uma grafia de formas mais suaves e arredondadas, chamada de “humanística”. Nesse período, as regiões que mais se destacaram como centros de produção intelectual e livreira foram o Languedoc, na França — que tinha sido o principal centro da cultura trovadoresca —, a Boêmia, notadamente Praga, e os Países Baixos, onde, por volta de 1375, surgiu o movimento chamado *devotio moderna*, que criou escolas e oficinas de produção de livros. Thomas à Kempis, autor da *Imitação de Cristo*, pertenceu a uma dessas escolas, já no século XV.

Cerca de 70 anos antes do surgimento da imprensa, a xilogravura — técnica de impressão a partir de corte em madeira, originária da China — começou a ser utilizada pelos europeus. Primeiro, para produzir estampas, e mais tarde para as ilustrações e as iniciais nos livros manuscritos. Logo, surgiram os libretos xilográficos, acessíveis às classes mais populares. A demanda pela multiplicação dos livros, no entanto, ainda não tinha sido resolvida, apesar dos esforços de pesquisadores, inventores e artesãos que, desde o início do século XV, vinham trabalhando nesse sentido. E só com a soma de muitas artes e técnicas, após inúmeras tentativas e erros, finalmente surgiria a imprensa de tipos móveis, que se estabeleceu em Mainz durante alguns anos e se difundiu a partir da década de 1460.

Os livros medievais (II)

Nos primeiros séculos da Idade Média, a produção dos livros era concentrada em mosteiros, visto que a Igreja figurava como depositária quase exclusiva do saber e do conhecimento. Por volta de 1100, porém, a demanda por novos textos passou a ser grande o bastante para que os *scriptoria* monásticos passassem a empregar escribas, iluminadores e outros profissionais. O número de oficinas laicas foi crescendo cada vez mais, assim como o comércio de livros, principalmente em cidades universitárias. Em contrapartida, a produção dos mosteiros diminuiu até quase desaparecer por volta de 1300, quando as profundas transformações políticas, econômicas e sociais dos séculos anteriores já prenunciavam o movimento renascentista na Itália.

Para descrever, de forma genérica, as etapas de produção de um livro medieval, vamos supor um códice confeccionado nessa época — séculos XIV-XV — e ornamentado com iluminuras, ou seja, ilustrações em que se empregavam ouro ou prata. Ainda que o uso do papel já fosse disseminado, um livro desse tipo seria provavelmente em pergaminho, material mais durável e de status mais elevado. O pergaminho era cortado em folhas, as quais

eram dobradas e encartadas umas nas outras, formando cadernos; tratando-se de uma oficina, vários cadernos podiam ser preparados simultaneamente pelos artesãos para serem costurados no final. Isso reduzia o tempo necessário à confecção do livro.

Com as páginas prontas, a primeira coisa a fazer era dotá-las de linhas que serviriam de guia para o escriba. Numa obra mais sofisticada, a diagramação devia prever espaços livres que conteriam as ilustrações, as letras maiúsculas, chamadas de capitais, e, ainda, a distribuição do texto em uma, duas ou mais colunas. Até o século XII, as linhas de guia eram feitas com um estilete; mais tarde, os artesãos passariam a usar um pó metálico ou mesmo tinta colorida. As proporções adotadas na página eram muito importantes e deviam seguir modelos geométricos previamente determinados.

Concluída a diagramação, as páginas podiam receber o registro escrito, o que era feito por meio de hastes de junco (cálamos) ou penas resistentes de aves. As mais comuns, por se prestarem melhor a esse uso, eram as de ganso ou cisne, retiradas da parte externa das asas. Não à toa, o ganso foi simbolicamente associado ao escriba e, por extensão, ao escritor e ao contador de histórias. A ponta do instrumento de escrita era cortada e aparada de forma a obter letras mais finas ou mais grossas, processo que devia ser repetido vezes sem conta à medida que a ponta se gastava.

A tinta preta usada para escrever era de dois tipos: um, obtido a partir de carvão ou fuligem, misturada com cola; o outro, feito de sulfato ferroso misturado a ácido tânico.

O primeiro tipo era mais comum em manuscritos antigos, enquanto a tinta à base de ferro foi empregada em quase todos os livros a partir do século XII.

Outra cor utilizada com frequência pelos escribas era o vermelho, obtido mais comumente do mercúrio, que servia para grafar títulos, cabeçalhos, iniciais e outros elementos de destaque, além de ser usado nas correções. Tintas de escrever azuis e verdes eram também conhecidas, mas seu uso foi limitado; pode-se dizer que a grande maioria dos livros medievais era escrita em preto e vermelho, e, frequentemente, apenas em preto.

Munido do suporte, da pena ou cálamo e do tinteiro, além de uma pequena faca que usava para afiar a pena e raspar da superfície um respingo ou letra mal feita, o escriba podia começar seu trabalho. Às vezes, fazia cópias de outros manuscritos; em outros casos, transcrevia palavras lidas por um ajudante, pois era comum que vários escribas se ocupassem do mesmo texto. A variação entre as caligrafias não revela muito sobre eles, embora, segundo o especialista Christopher De Hamel, existam mais assinaturas em livros medievais do que se suporia. Além disso, alguns escribas se identificavam por meio de *explicit*, um parágrafo adicional ao texto no qual se anuncia a conclusão daquela obra.

Muitas características aqui descritas podem ser observadas num dos livros de horas pertencentes à Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. De origem francesa, é datado da segunda metade do século XV e possui uma encadernação característica do século seguinte, em couro lavrado sobre madeira. Há vestígios de fechos de metal

e podem-se observar os traços que orientam a escrita, as capitais e os desenhos. A escrita é em latim e francês, com letra gótica, sobre pergaminho. A obra foi adquirida em Paris, em 1947, e tem ex-libris de dois antigos possuidores.⁶

6. LIVRO de horas. Uso de Roma. [Final do séc. XV]. Objeto digital: mss35452.

A ornamentação nos livros medievais

Segundo o especialista Christopher De Hamel, era incomum que um livro medieval contivesse apenas escrita simples. A grande maioria deles, porém, não era iluminada — termo que se utiliza para indicar a página ornamentada com ouro ou prata, que a “iluminam” ao refletir a luz —, e sim decorada com desenhos mais simples.

Frequentemente, a ornamentação se limitava às iniciais dos parágrafos — chamadas de capitais ou capitulares —, que, desde a Antiguidade, costumavam se destacar das demais letras do texto pelo tamanho e/ou pela cor. Nos primeiros manuscritos, empregou-se muito o vermelho, ou cinábrio, chamado em latim de *minium*; daí o termo “miniatura” para as iniciais e sua ornamentação. A palavra, entretanto, mudou de significado, passando a ser usada para designar imagens em tamanho pequeno.

Além das capitulares, era comum haver ornamentos ao redor do texto ou entre as colunas escritas, bem como nas margens de algumas ou de todas as páginas do códice. Por fim, as ilustrações, que podiam ocupar um canto, uma metade da página, ou até a página inteira. Em suma, havia muitas possibilidades, que variavam de acordo com

a época, o lugar, a finalidade do livro, a disponibilidade de artistas treinados e — muito importante — os recursos disponíveis para a compra do material e o pagamento da mão de obra.

Vamos tomar como exemplo os códices ornamentados ao estilo dos Livros de Horas da Biblioteca Nacional, produzidos por volta do século XV. A confecção de uma obra desse tipo era, via de regra, objeto de negociação entre quem o encomendava e o responsável pela execução; firmavam-se contratos especificando o tamanho das páginas, a qualidade do pergaminho (os mais finos custavam caríssimo) e o material a ser empregado. Alguns detalhavam os pigmentos a serem utilizados e, no caso de obras iluminadas, a quantidade das folhas de ouro ou prata necessárias. Também se combinava previamente o uso de cores, a inserção de imagens e de representações alusivas àquele que encomendava ou àquele em cuja homenagem se produzia o códice, tais como brasões e escudos de armas. Podemos dizer, assim, que cada livro iluminado contém um universo de símbolos, o qual, ao ser decifrado, diz muito sobre a época e as circunstâncias em que se confeccionou aquela obra.

Muitas pessoas se envolviam na produção do livro, cada qual com a sua atribuição, e o projeto devia ser do conhecimento de todos. Os preparadores das páginas tinham de saber onde deixar as linhas em que entraria a escrita e os espaços em branco que conteriam os desenhos. Alguns faziam esboços de letras capitais ou inscreviam instruções à margem do espaço como lembretes ao desenhista; muitos manuscritos inacabados, e uns poucos já concluídos, contêm essas mensagens. A superfície a receber a tinta

precisava então ser limpa antes que o desenhista pudesse fazer os primeiros esboços, frequentemente copiados de outras obras ou, ainda, de álbuns contendo repertórios de figuras. Esses modelos eram de grande ajuda para o artista; ainda segundo De Hamel, podiam ser usados em livros ou em quaisquer outras artes pictóricas.

No caso dos manuscritos iluminados, havia três processos pelos quais o metal podia ser aplicado ao pergaminho. Dois desses processos utilizavam folhas finíssimas de ouro ou prata, que podiam ser aplicadas com um pincel mergulhado em cola — um método muito utilizado nos manuscritos mais antigos — ou, ainda, pela superposição da folha de ouro a uma camada de material aderente, o que deixava a superfície dourada em relevo, assim refletindo a luz por vários ângulos de uma só vez. Em ambos os casos, o metal era aplicado antes dos demais pigmentos. No terceiro método, ao contrário, usava-se ouro pulverizado, misturado a goma arábica e a um pigmento obtido da concha de um molusco. Esse último método foi mais usado em manuscritos datados do século XV.

Além do metal, os manuscritos iluminados eram decorados com tintas de várias cores. Um manual escrito por volta de 1455, o Livro Modelo de Göttingen, fornece uma visão “acadêmica” do que seria esse trabalho: primeiro a área era pintada, depois escurecida para dar o efeito de sombra e clareada no lado oposto. Os detalhes mais delicados eram realçados com branco. Tanto a pena quanto o pincel podiam ser utilizados. Os pigmentos estavam disponíveis em um amplo espectro de cores, e podiam ser obtidos de diferentes fontes. O vermelho, à base de mercúrio ou de plantas, como o pau-brasil; o azul também podia ser vegetal

— obtido, por exemplo, de uma fruta, a *Chrozophora tinctoria*, chamada em Portugal de “tornassol dos tintureiros”, de que se extraía um azul profundo —, mas também vinha de pedras como a azurita e o lápis-lázuli. Outras cores incluíam o verde da malaquita, o amarelo extraído do açafreão ou à base de terra vulcânica e diferentes tons de terra e ocre, de origem mineral. Várias receitas eram utilizadas para transformar o pigmento em tinta, a maior parte empregando gema ou clara de ovo para fazer a liga.

Terminada a ornamentação dos cadernos — o que se fazia a várias mãos, com aprendizes encarregados das tarefas simples e os artistas experientes produzindo as imagens mais elaboradas, que exigiam talento e um bom domínio das técnicas —, a obra era encaminhada ao encadernador. Os livros medievais eram geralmente encadernados em couro ou em pastas de madeira revestidas com couro e fechadas com garras de metal, mas havia encadernações mais suntuosas, inclusive com incrustações de pedras semipreciosas. Isso exigia que se empregasse gravadores e joalheiros. Em suma, toda uma gama de artesãos e artistas, sem falar nos comerciantes de tinta e pergaminho, participava do processo de produção do livro: um trabalho especializado e de grande complexidade, o qual, graças à durabilidade do material, continua a ser preservado até hoje.

Detalhes e diferenças de ornamentação podem ser observados em dois códices da Seção de Manuscritos. Um deles, conhecido como saltério e livro de horas, tem capitais ornamentadas, duas das quais iluminadas e contendo imagens, mas quase todas as margens são deixadas em branco. Na página 349, há uma anotação feita à margem para corrigir um erro riscado em vermelho. O códice

mantém a encadernação original, com vestígios de garras. Confeccionado entre os séculos XV-XVI, é escrito em latim, com letra gótica, a três cores; foi adquirido pela Biblioteca Nacional no século XIX.⁷

O outro códice é um livro de horas produzido em Bruges por volta de 1460-1470, também escrito em letra gótica e profusamente ornamentado. O calendário é ilustrado com cenas referentes às atividades de cada mês; há várias iluminuras, muitas de página inteira, capitulares e margens decoradas com predominância de flores e pássaros. Note-se a presença do pavão, símbolo da vida eterna para o cristianismo. A obra pertenceu à Real Biblioteca e teve alguns elementos adicionados posteriormente: o brasão português na iluminura que mostra o martírio de são Sebastião e o “colofão”, fórmula de fechamento da obra, que, segundo pesquisadores, foi escrito no século XVIII.⁸

7. SALTÉRIO e livro de horas. Séc. XV-XVI. Objeto digital: mss1212398.

8. LIVRO de horas, uso de Sarum. [Entre 1450 e 1460]. Objeto digital: mss1212389.

As bibliotecas e a circulação dos livros na Idade Média

Às vésperas de se iniciar o período hoje conhecido como Idade Média, o édito de Milão, promulgado em 313 pelo imperador romano Constantino, declarou a liberdade religiosa no Império. Isso permitiu que as bibliotecas das comunidades cristãs se desenvolvessem em plena luz. As primeiras coexistiram com as bibliotecas romanas: o próprio Constantino possuía milhares de volumes em rolos de papiro, alguns dos quais fez transcrever em pergaminho, visto tratar-se de material mais durável. O trabalho de preservação foi levado adiante por seu sucessor, Constâncio II, na Biblioteca Imperial de Constantinopla, que resistiria até o fim da Idade Média. Muitos clássicos gregos devem sua preservação às cópias bizantinas existentes ali.

No século V, as bibliotecas romanas tinham desaparecido, ao passo que as cristãs cresciam em número e importância. Anteriores a essa data, houve algumas de vulto, como a do bispo Alexandre, em Jerusalém (século II), a de Cesareia (século III) e a que foi fundada pelo papa Dâmaso I, na segunda metade do século IV, para guardar

os documentos da Igreja. Nela, viria a trabalhar Jerônimo, responsável pela Vulgata, a Bíblia latina. O comércio dos livros era nulo — já não existia a *taberna libraria*, onde, na Antiguidade, os livros copiados em massa eram postos à venda —, e os próprios leitores faziam circular as obras por meio de empréstimos e da confecção de novos exemplares.

Pouco a pouco, o papel de depositários do saber se transferiu dos membros da comunidade para as ordens e mosteiros a que eles pertenciam, nos quais se formaram bibliotecas e se criaram oficinas de produção de livros. Entre os mais destacados, contam-se os de Bizâncio, os das Ilhas Britânicas — notadamente a Irlanda, com seu estilo de influência céltica e saxã, que produziu obras únicas —, os de cidades da França e algumas da Espanha anterior à dominação islâmica. Ali, Isidoro, arcebispo de Sevilha (ca. 560–636), escreveu o que seria um dos livros mais populares ao longo de toda a Idade Média: a compilação de textos clássicos chamada *Etimologia*, também conhecida como *Origines*. Utilizada por estudiosos ao longo de toda a Idade Média e Renascimento, a compilação rapidamente ganhou versão impressa. A Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional possui uma edição de 1483, publicada em Veneza.⁹

Além das bibliotecas de mosteiros, havia as particulares, que variavam desde uns poucos volumes colecionados por eruditos até as grandes bibliotecas palacianas. A mais famosa foi a de Carlos Magno, sediada em Aachen, na

9. ISIDORO de Sevilha, Santo, m. 636. [*Mapa T-O*] [Cartográfico]. Venetijs [Veneza, Itália] : Per Petru[m] Loslein de Langencen, 1483. Objeto digital: or813155.

atual Alemanha, formada em grande parte por doações de nobres que conheciam seu amor pelos livros (e desejavam cair em suas boas graças). Ele próprio costumava enviar a Constantinopla e a outras cidades pessoas encarregadas de copiar ou adquirir manuscritos; a prática também era comum nas bibliotecas monacais, visto não haver outra forma de multiplicar os exemplares.

O chamado “renascimento carolíngio” deu um novo impulso à cultura no Ocidente. Ao mesmo tempo, Al-Andalus, a Península Ibérica sob o domínio islâmico, era um universo à parte. As maiores cidades contavam com bibliotecas, tanto de autores muçulmanos quanto cristãos, visto que as populações hispanorromanas não foram obrigadas a se converter. Artes, ciências e filosofia floresceram, e muitos autores clássicos foram traduzidos para o árabe a partir dos manuscritos conservados em Bizâncio. As viagens para obtenção de cópias eram frequentes, por ordem dos governantes ou iniciativa dos eruditos; a taxa de alfabetização era consideravelmente maior que no restante da Europa Ocidental.

A esse respeito, é importante lembrar que, durante toda a Idade Média, a transmissão da informação e do conhecimento foi feita em sua maior parte por via oral. Nos primeiros séculos, afirma o medievalista Paul Zumthor, menos de 1% da população da Europa ocidental era capaz de ler; nem mesmo o fato de pertencer à Igreja era garantia de que se conhecesse a *ars legendi*, ou seja, a arte da leitura. Até por volta dos séculos XII–XIII, a cultura escrita era reservada a muito poucos e o povo se informava por meio de arautos, ouvia notícias da boca dos viajantes e histórias contadas por trovadores e saltimbancos. Muitas delas, de

autoria anônima, foram registradas durante esse período, como várias versões do *Cantar de Mio Cid* (o mais famoso poema épico espanhol, datado dos séculos XII-XIII) e outras que estão nas raízes de nossa literatura tradicional.

Outro manuscrito que circulou bastante na Idade Média foi o *Liber de contemptu mundi*, de Isaac, bispo de Nínive (cidade da antiga Assíria, hoje parte do Iraque). O autor viveu no século VII e escreveu em siríaco. Sua obra foi amplamente traduzida e difundida através de traduções para o grego e destas para o latim e as línguas românicas. O mais completo manuscrito em português desta obra, ornamentado com iluminuras, pertence à Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. A BN Digital também disponibiliza o texto em meio eletrônico.¹⁰

A partir do século XII, as bibliotecas dos mosteiros foram perdendo importância, ao passo que cresciam as das universidades e catedrais. Nelas, costumava haver livros reservados para consulta local, mas outros podiam ser emprestados para os mestres e estudantes. O comércio foi retomado, ainda que de forma incipiente, com base no sistema de “pecia”, que permitia a venda, o aluguel e a cópia de partes de obras; somado ao uso cada vez mais frequente do papel, isso facilitou a circulação do livro. Surgiram tratados de leis, ciências, filosofia e, ainda, obras literárias, quer em latim, quer em língua vernácula. A leitura particular e silenciosa se tornou mais comum, e as edições escritas se multiplicaram, muitas vezes com o

10. ISAAC, Bispo de Nínive, séc. VII. *Liber de Contemptu Mundi* [Manuscrito] Século XV. Objeto digital: mss1486615.

patrocínio de mecenas. Dentre estes, contam-se os escritores Francesco Petrarca e Giovanni Boccaccio, assim como a família Médici.

Quando, através da imprensa de tipos móveis, finalmente se conseguiu uma forma de produzir livros em maiores quantidades, muitas obras já existentes como manuscritos foram rapidamente impressas. Algumas tinham várias versões, como o livro de Isidoro; os historiadores Fevbre e Martin mencionam nada menos que 250 cópias manuscritas de uma obra chamada *Voyage de Jean de Mandeville*. E, tal como já faziam Jerônimo e outros estudiosos ao longo da Idade Média, também alguns dos primeiros e mais famosos impressores se dedicaram a cotejar os manuscritos existentes, a fim de oferecer a seus leitores a versão mais correta possível.

Entra em cena o papel

As escritas antigas foram registradas em um sem-número de superfícies. Entre elas, pedra, bronze, madeira, folhas de palmeira, cacos de cerâmica, chamados de “ostraca”, e tabuletas de argila, como as da biblioteca do rei assírio Assurbanípal (*ca.* 690-627 a.C.). O papiro, obtido a partir de uma espécie de junco, foi o suporte ligado por excelência à Antiguidade Clássica, enquanto ao longo da Idade Média se utilizou o pergaminho, feito da pele de animais: um material mais durável, porém de custo relativamente alto.

A partir do século XII, o Ocidente cristão passou a se beneficiar de uma inovação: o papel, cuja fabricação teve início na China, durante a dinastia Han (25–220 d.C.). Sua invenção é atribuída a Cai Lun, encarregado pelo imperador de desenvolver e testar várias tecnologias e equipamentos. O papel fabricado por Cai Lun era feito a partir de uma polpa de vegetais que se aquecia e espalhava por uma superfície lisa, em lâminas finas. O produto foi adotado em toda a China, e as técnicas de fabricação permaneceriam secretas até que, no século VIII, os árabes as obtivessem através de artesãos prisionados após uma batalha. Samarcanda, localizada no centro da Rota da Seda, se tornou um centro de produção de papel, de onde o produto chegou à Turquia,

à Síria, ao norte da África e à Península Ibérica, então sob domínio islâmico.

A primeira fábrica europeia de papel foi instalada em Játiva, Espanha, por volta de 1150; o material empregado na produção era principalmente a fibra de algodão. Pouco depois, surgiu a segunda fábrica, em Toledo. A partir de 1276, encontram-se menções a uma fábrica de papel na cidade italiana de Fabriano, de onde o produto foi exportado para outras cidades e países. O crescimento das cidades e do comércio demandava cada vez mais suporte para a escrita, o que, aliado ao custo menor que o do pergaminho, favoreceu a multiplicação das fábricas tanto na Itália quanto, já no século XIV, na França, na Alemanha, nos Países Baixos e na Inglaterra.

O papel que se produzia na Idade Média era obtido a partir de uma pasta feita de trapos de pano, mais comumente linho, algodão e cânhamo. Os trapos eram deixados de molho durante dias, depois batidos até serem desfeitos numa polpa. Esta era derramada num tanque no qual se inseria uma armação de metal — uma espécie de peneira — sobre a qual, ao retirá-la, ficava depositada uma fina camada de fragmentos. Camada após camada, intercalada com feltro, era posta para secar, depois prensada até que toda a água saísse. As folhas resultantes eram mergulhadas numa cola orgânica que as tornava impermeáveis e, às vezes, polidas para conferir maior brilho.

As marcas d'água surgiram na Itália pouco antes de 1300. Eram desenhos vazados — frequentemente símbolos e letras — que os fabricantes de papel adicionavam às armações a fim de identificar seus produtos e evitar

falsificações. Hoje, o termo foi ampliado e pode designar, inclusive, marcas d'água feitas de forma digital para proteger conteúdo disponibilizado na internet.

Ao longo dos séculos, os métodos de fabricação de papel foram aperfeiçoados. A difusão da imprensa exigiu uma produção cada vez maior, e inovações foram surgindo, com os moinhos medievais dando lugar a máquinas que picavam os trapos de tecido, agitavam a pasta, prensavam as folhas. Surgiram novos tipos de papel — coloridos, marmorizados, texturizados —, e, em alguns países, leis específicas relativas à sua produção. Uma delas foi o decreto inglês de 1666 que instituía o uso de lã para envolver os cadáveres, a fim de que o linho e algodão fossem usados na indústria papelreira.

No Brasil, tanto a impressão de livros quanto a fabricação de papel foram proibidas durante o período colonial. A primeira fábrica de papel brasileira foi fundada por Henrique Nunes Cardoso e Joaquim José da Silva no Andaraí Pequeno, Rio de Janeiro, entre 1809 e 1810 — ou seja, após a chegada da família real portuguesa. A famosa Carta de Abertura dos Portos foi escrita em janeiro de 1808 sobre papel de trapo trazido da Europa. O original está na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, bastante conservado, exceto por pequenas intervenções realizadas pelos restauradores nas bordas e nos pontos em que a tinta ferrogálica (à base de ferro) corroeu o papel.¹¹

11. JOÃO VI, Rei de Portugal, 1767-1826. *Carta ao Conde de Ponte, admitindo nas alfândegas do Brasil toda e qualquer mercadoria estrangeira, ao mesmo tempo que permitia a exportação de produtos da terra, à exceção do pau-brasil, para os países que se conservaram em paz com a Coroa portuguesa* [Manuscrito], 1808. Objeto digital: mss1157496.

A partir da segunda metade do século XIX, o papel feito de polpa de madeira – invenção atribuída, simultaneamente, ao alemão Friedrich Gottlob Keller e ao canadense Charles Fenerty – surgiu para substituir o de tecido. Tratava-se de um papel de qualidade inferior, porém de custo muito mais baixo; isso permitiu que a indústria editorial ganhasse um novo impulso, propiciando, inclusive, o surgimento de edições de consumo de massa, *pulp literature*, a partir de 1896 e até a década de 1950.

Os primórdios da imprensa

O surgimento da imprensa de tipos móveis, na segunda metade do século XV, marcou o início de uma verdadeira revolução cultural. Como todas as grandes invenções, porém, não ocorreu de repente, mas sim a partir de técnicas e conhecimentos desenvolvidos ao longo de muitos anos.

O método que acabou por permitir a multiplicação dos exemplares utilizava técnicas de fundição, de cunhagem, de ourivesaria, de xilogravura. Esta, inventada pelos chineses, já era utilizada na Europa; no final do século XIV, havia uma grande circulação de estampas e libretos xilográficos, frequentemente usados pelos clérigos para transmitir os ensinamentos da Igreja às classes populares. A prensa de parafuso era usada na agricultura desde os tempos da antiga Roma, e os próprios caracteres móveis já eram conhecidos. Para usar as palavras do estudioso Wilson Martins, “a ideia da tipografia já estava no ar” quando o alemão Johann Gensfleisch von Gutenberg resolveu alguns problemas relativos à composição das páginas, desenvolveu uma nova tinta à base de óleo, mais adequada para o novo processo, e entrou para a história como o principal responsável pelo estabelecimento da imprensa.

A oficina de Gutenberg estava sediada em Mainz (em latim, *Moguntia*, nome aportuguesado para Mogúncia), uma cidade na região da Renânia. Nela, entre 1442 e 1455, foi impresso seu trabalho mais significativo, a Bíblia de 42 linhas. Uma segunda oficina de impressão se estabeleceu na cidade em 1457: a de Johann Fust e Peter Schoeffer, ex-associados de Gutenberg, cujo primeiro trabalho foi um saltério (livro de salmos). A partir da década de 1460, as prensas começaram a se multiplicar. Em 1480, já eram mais de cem, localizadas em toda a Europa Ocidental, mas principalmente na Alemanha e na Itália. O comércio do livro impresso também cresceu, assim como a indústria papelreira, que devia atender à demanda. Segundo os historiadores Febvre e Martin, no final do século XV — cerca de cinco décadas após a inovação de Gutenberg —, o número de edições chegava a 35 mil, o que significava de 15 a 20 milhões de exemplares em circulação.

Os livros impressos até 1500 (o período se estende até 1550, para alguns estudiosos) são conhecidos como “incunábulo”. A palavra vem do latim *in cuna*, que significa “no berço”, pois tais livros representavam uma arte ainda nascente. E esses primeiros descendentes guardavam muitos traços de seus “ancestrais”. Para começar, boa parte deles foi impressa em pergaminho, ou teve parte da edição em pergaminho e parte em papel; as iniciais seguiam sendo feitas à mão ou por meio de gravura, e os artistas continuaram a dotá-las de arabescos e outras ornamentações; os tipos, fundidos em chumbo, procuravam se assemelhar aos caracteres manuscritos, utilizando a escrita gótica; a disposição do texto nas páginas permanecia a mesma. Em suma, os incunábulo eram produzidos com o propósito de

se assemelhar a manuscritos, a tal ponto que, em muitos casos, torna-se difícil distinguir um livro impresso de um inteiramente caligrafado.

Entre os vários incunábulo pertencentes à Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional, encontra-se uma versão em prosa livre da *Eneida*, de Virgílio. O colofão (nota final informativa, incluída em obras manuscritas e impressas nos primeiros séculos) afirma que o livro foi produzido em Vicenza, Itália, no ano 1476. Já nas primeiras páginas, podem-se ver, em branco, os espaços das iniciais, onde as letras a serem inseridas pelo calígrafo ou por meio de xilogravura foram apenas indicadas a tinta.¹²

Tal como se dera na substituição do rolo pelo códice, o surgimento da imprensa não acabou com a produção dos livros manuscritos. A revolução proporcionada pelo novo artefato, no entanto, foi imensa, e o livro impresso se impôs como o veículo por excelência da difusão do conhecimento, tanto na Europa quanto nas novas terras que começavam a ser exploradas.

12. P. MARONIS VIRGILII Liber *Eneidos feliciter Incipit* [Livro].e Ianno dil Signor M.CCCC.LXXVI. adi Marti. xii. Marcio [12 mar. 1476]. Objeto digital: or814833.

Aldo Manuzio e as edições de bolso

O surgimento da imprensa e sua disseminação contribuíram para a ampliação do público leitor em toda a Europa, consolidando as tendências apontadas desde o século XIII pelo movimento humanista. A cultura escrita já não estava restrita aos mosteiros, tampouco às universidades: a demanda se estendeu a outras classes da população urbana, principalmente comerciantes e artesãos.

Para atendê-los, os impressores começaram a produzir edições mais baratas, o que já se observava com os livros xilogravados, utilizados para transmitir ensinamentos religiosos. A par de edições luxuosas, finalizadas à mão e que pouco se diferenciavam dos livros manuscritos, surgiram coleções de volumes menores, com preços que cabiam nos bolsos (ou melhor, nas bolsas) das classes burguesas e que logo se tornaram muito apreciados.

Nesse período, ganhou destaque o nome do italiano Teobaldo Manucci, que passou à história como Aldo Manuzio, ou, em latim, Aldus Manutius. No final da década de 1480, depois de estudar em Roma e em Ferrara, Manuzio se estabeleceu em Veneza com uma tipografia, em torno

da qual gravitava um grupo de estudiosos do grego e da cultura clássica. Em 1495, produziu seu primeiro livro, uma edição da gramática grega *Erotemata*, de Constantino Lascaris, e até 1498 publicaria obras de Aristóteles, Teócrito e Aristófanes. As edições eram cuidadosamente cotejadas a fim de manter sua fidelidade ao original grego. Também foram produzidas obras em latim, hebraico e na língua italiana vernácula.

A partir de 1499, Manuzio se deparou com alguns problemas: uma crise econômica, que dificultou o financiamento dos livros, e a morte de Pierfrancesco Barbarigo, sócio e investidor da tipografia. Era preciso encontrar meios de manter a empresa funcionando — e, ao perceber a crescente demanda por livros mais acessíveis, Manuzio decidiu imprimir uma coleção de obras gregas e latinas em pequeno formato. E qual seria esse formato? O chamado *in-octavo*, que significa “pela oitava vez”. Para produzi-los, imprimiam-se 16 páginas de texto e as dobravam três vezes, de forma a obter oito folhas impressas. Manuzio adotou esse método para sua coleção, que incluiu obras de Platão, Xenofonte, Esopo, Horácio, Virgílio e muitos outros clássicos. Adotou, também, um formato de letra, baseado no modelo caligráfico e desenvolvido pelo gravador Francesco Griffo, que permitia mais caracteres por página — um tipo que ficaria conhecido como “itálico” e é largamente utilizado até hoje.

Na Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional, há um volume editado por Aldo Manuzio em 1498 e que reúne as cartas do escritor italiano Angelo Poliziano. Proveniente da Real Biblioteca, o exemplar está incompleto, e não é um dos *in-octavo* que tornaram famosa a Tipografia Aldina:

mede 29 cm. Também é anterior ao uso do itálico e da marca da âncora e do golfinho, logotipo adotado em 1501.¹³

As edições populares de Manuzio agradaram em cheio ao público. Sendo menores e fáceis de carregar, eram muito apreciadas por pessoas que faziam viagens frequentes, como mercadores e alguns funcionários; adotou-se o costume de presentear amigos com livros da coleção. Com isso, as tiragens eram elevadas, chegando a 3000 exemplares. O sucesso do veneziano encorajou outros impressores a publicar em pequenos formatos não apenas clássicos latinos, mas também romances de cavalaria e, algumas décadas mais tarde, livros de autores renascentistas.

Aldo Manuzio editou cerca de 150 títulos até 1515. Seu trabalho foi continuado pelos cunhados e, mais tarde, por seu filho, Paolo, e pelo neto, Aldo, o Jovem, especialistas em Latim e em obras latinas. Até 1595, a Tipografia Aldina — identificada desde 1501 por um logotipo que representava um golfinho em torno de uma âncora — foi responsável pela impressão de cerca de mil títulos, contribuindo para a disseminação do humanismo e deixando uma marca perene na história do livro e da própria cultura.

13. POLIZIANO, Angelo, 1454-1494 . *Omnia Opera Angeli Politiani, et alia quaedam lectu digna, quorum nomina in sequenti indice uidere licet* [Livro]. Mense Iulio 1498. Objeto digital: or813946.

A imprensa e a Reforma

Mesmo antes que as inovações de Gutenberg permitissem a difusão da imprensa, os livros já veiculavam instrução religiosa para as classes populares. Isso se fazia por meio de edições xilogravadas, repletas de imagens de santos e cenas piedosas. Ao mesmo tempo, as informações de interesse geral continuavam a circular oralmente ou por meio de cartazes e editos afixados em praça pública.

A multiplicação das prensas, primeiro na Alemanha e, a seguir, no restante da Europa, fez crescer a quantidade de peças de informação. A partir do século XV, segundo os historiadores Febvre e Martin, surgiram milhares de relatos narrando fenômenos naturais, descrevendo festas e paradas militares, dando conta dos sucessos de um exército em batalha no estrangeiro. Ao mesmo tempo, crescia o número de traduções de obras latinas para línguas modernas e também de uma língua moderna para outra, como provam as várias edições de Petrarca e Boccaccio em francês. Isso contribuiu para o desenvolvimento e o fortalecimento das línguas nacionais, que cada vez mais pessoas eram capazes de ler.

Foi nessas circunstâncias que Martinho Lutero (Eisleben, Alemanha, 1483–1546) obteve sucesso na divulgação de

suas ideias, lançando as bases do movimento conhecido como Reforma Protestante. Ordenado pela ordem agostiniana, doutor em Teologia e professor da mesma matéria na Universidade de Wittenberg, Lutero se manifestou contra o tráfico de indulgências pela Igreja Católica, tema que abordou em sermões e conferências a partir de 1516. Em 31 de outubro de 1517, mandou afixar na Capela dos Agostinhos de Wittenberg um documento em latim que listava 95 pontos de divergência com a Igreja Católica. Trata-se das famosas “teses” que, em princípio, deveriam ser debatidas entre estudiosos, mas foram copiadas, traduzidas para o alemão, condensadas — e, em cerca de um mês, já haviam se espalhado por toda a Alemanha, para isso contando com os prelos estabelecidos em dezenas de cidades.

A partir daí, o movimento da Reforma só fez crescer de vulto, com publicações tanto em latim — que Lutero usava para debater com os teólogos — quanto em alemão — língua em que eram redigidos seus sermões. Os livros costumavam trazer seu retrato, assim conferindo um “rosto” àquele que se dirigia às pessoas do povo, em sua língua cotidiana, para apresentar suas propostas e argumentos. Da Alemanha, onde muitos impressores da época se dedicavam exclusivamente às obras luteranas, o movimento se expandiu para outros países, começando pela França: em 1520, ainda segundo Febvre e Martin, as ideias de Lutero já eram discutidas na Universidade de Paris. E, quando suas obras foram declaradas heréticas, muitos foram os impressores e livreiros que desafiaram a proibição, publicando e fazendo circular esses e outros livros

censurados, quer por concordarem com suas ideias, quer porque as edições clandestinas tinham grande procura e se afiguravam como um negócio rentável.

Uma das publicações mais importantes de Lutero foi a tradução da Bíblia para o alemão. Não foi a primeira: a Igreja Católica já publicara várias traduções em língua vernácula, tais como a Bíblia produzida antes de 1466 na oficina de Johannes Mentelin, de Estrasburgo, e a do impressor Koberger, de 1483, na qual se usaram xilogravuras posteriormente coloridas. Lutero, porém, desejava aproximar a linguagem que figuraria na obra daquela que era falada pelo povo. Para isso, não apenas estudou versões estabelecidas, que o ajudassem a compreender o real sentido do texto (entre eles, a Vulgata de Jerônimo, do século IV, e a segunda edição do Novo Testamento grego de Erasmo de Roterdã, de 1519), mas também foi às ruas para ouvir e registrar o alemão usado pelas pessoas comuns. Em 1522, publicou o Novo Testamento, e, em 1534, a primeira edição da Bíblia completa, baseada em textos hebraicos e gregos. Além de auxiliar na difusão das ideias reformistas, a obra é considerada um marco na literatura em língua alemã, tendo contribuído para estabelecer uma forma escrita compreensível por falantes de vários dialetos.

A imprensa e o Renascimento Científico (I)

Desde as primeiras décadas do século XVI, a imprensa contribuiu para a difusão da cultura letrada e o fortalecimento das línguas usadas pelos povos europeus. Obras literárias se tornaram mais acessíveis, ainda mais após a adoção de formatos menores, que barateavam as publicações; também proliferaram as gramáticas e os tratados de direito e teologia. Da mesma forma, a multiplicação dos prelos e oficinas de impressores em muito facilitou a propagação das ideias de Martinho Lutero.

As obras científicas seguiram uma trajetória mais lenta. Embora fossem muitos os manuscritos sobre física, medicina e outras ciências, legados em boa parte dos autores clássicos e transmitidos ao longo da Idade Média, não era tão simples copiá-los: não apenas podia haver imprecisão nos textos, mas as ilustrações necessárias à compreensão dos fundamentos expostos dificilmente corresponderiam ao original. Assim, até meados do século XVI, ou mesmo um pouco além, os cientistas frequentemente confiavam mais em sua própria observação do que naquilo que viam exposto nos livros.

Com a imprensa, e principalmente com a associação da imprensa à arte da gravura, as coisas começaram a mudar. Tornou-se possível imprimir volumes ilustrados, se não às centenas, como as obras religiosas e de literatura — pois a procura, por parte do público, era menor —, pelo menos numa quantidade que justificasse a contratação de ilustradores e gravadores especializados. Dentre os primeiros cientistas a investir nessas edições, estão Georg Bauer, conhecido pela versão latina “Giorgius Agricola”, e Andries van Wesel, ou “Andreas Vesalius”.

Agricola, formado em medicina, auxiliou na preparação de um livro contendo as obras de Galeno e publicado pela imprensa de Aldo Manuzio, após o que se dedicou à geologia e à mineralogia. Durante sua vida, mandou imprimir várias obras em latim relativas a essas ciências, e, em vários casos, ilustradas com gravuras talhadas em madeira. Duas dessas obras, versando sobre o interior da terra e sobre os fósseis, sistematizaram o que se conhecia até então a esse respeito e tornaram Agricola conhecido como “o pai da geologia”, enquanto *De re metallica*,¹⁴ tido como sua obra-prima, saiu em doze volumes, publicados um ano após sua morte. Durante pelo menos 180 anos, esse livro foi a maior referência no campo da mineração.

Por sua vez, Vesalius, também médico e um dos primeiros a realizar dissecações no corpo humano, começou por desenhar, ele próprio, seis pranchas de anatomia para uso em aulas. As pranchas foram publicadas em 1538, com

14. AGRICOLA, Georg, 1494-1555. *Georgii agricolae De re metallica libri XII, quibus officia, instrumenta, machinae, ac omnia denique ad metallicam spectantia ...*, [Livro]. 1561. Objeto digital: or24652.

o título de *Tabulae anatomicae sex*. Mais tarde, escreveu um tratado sobre o assunto, dividido em sete partes — uma espécie de Atlas do corpo humano, chamado *De humani corporis fabrica libri septem*. Conhecido como *Fabrica*, o tratado foi concluído em 1543 e era ricamente ilustrado com pranchas de madeira da autoria de Jan de Calcar, aluno do artista Tiziano.

A obra promoveu uma revolução no campo da Anatomia por corrigir várias imprecisões dos livros de Galeno, até então utilizados pelos médicos. Graças à imprensa, foi amplamente difundida e copiada, algumas vezes à revelia do autor: em 1556, o médico espanhol Juan Valverde de Amusco publicou *Historia de la composición del cuerpo humano*, em que todas as pranchas, à exceção de quatro, foram tiradas diretamente do livro de Vesalius. Justificou-se, dizendo que a excelente qualidade das pranchas o obrigava a utilizá-las, mas Vesalius continuou a acusá-lo de plágio e de jamais ter feito pessoalmente uma dissecação. A segunda afirmação, parece, não era verdadeira: o livro de Valverde apresentava inovações científicas e fez sucesso na Itália e em Antuérpia, onde apareceu em versão latina e com outro título.

A Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional possui um exemplar de *Vivae imagines partium corporis humani aereis formis expressae*, de Valverde, no qual a maior parte das pranchas foi copiada do *Fabrica*, de Vesalius. Foi publicado em 1566, em Antuérpia, e pertenceu à Real Biblioteca.¹⁵

15. VALVERDE DE AMUSCO, Juan, ca. 1526-ca. 1588. *Vivae imagines partium corporis humani aereis formis expressae* [Livro]. 1566. Objeto digital: or712008.

A imprensa e o Renascimento Científico (II)

A difusão da imprensa e a multiplicação de obras de referência beneficiaram todos os campos do conhecimento. Isso se verifica de forma consistente na astronomia: alguns modelos demoraram a mudar e as novas teorias levaram tempo até ser aceitas, mas o conhecimento era transmitido, geração após geração, por meio de livros e tratados que embasavam novas descobertas e fortaleciam o pensamento científico.

Ao longo de toda a Idade Média, os estudos e observações dos astrônomos tinham sido calcados no trabalho de Cláudio Ptolomeu, cientista grego radicado em Alexandria, que viveu entre os séculos I e II de nossa era. Sua obra em treze volumes, *Almagesto* (“o grande tratado”), sintetizava ideias de Aristóteles, Hiparco e outros estudiosos, apresentava tabelas de estrelas e do movimento de planetas, e propunha um sistema cosmológico em que a Terra se encontrava no centro. Copiado por estudiosos árabes e trazido para o Ocidente, assim como outras obras clássicas, o *Almagesto* foi reproduzido em vários manuscritos

e traduzido do grego para o árabe e o latim. Em 1515, ganhou sua primeira edição impressa, baseada na versão latina de Gerardo de Cremona, erudito ligado à escola de tradutores de Toledo.

Segundo a historiadora Elizabeth Eisenstein, pelo menos três edições do *Almagesto* já circulavam quando o polonês Nicolau Copérnico apresentou seu modelo heliocêntrico, que abriu caminho para uma revolução nas ideias astronômicas. Copérnico também teria tido acesso a outras obras importantes, incluindo livros de referência e bibliografias como a elaborada por Johann Müller de Königsberg. Este, conhecido como Regiomontanus, fundou uma tipografia perto de Nuremberg com a finalidade de imprimir obras fundamentais para o estudo da astronomia, das quais deixou uma lista: um guia bibliográfico, compilado em 1474, que orientou o trabalho de outros impressores voltados para as obras científicas e facilitou as pesquisas de Copérnico e dos demais astrônomos da época.

Encabeçando a lista de Regiomontanus está um dos livros de seu mestre, o austríaco Georg von Peurbach. Professor nas universidades de Ferrara e Viena, Peurbach realizava observações astronômicas e foi autor de diversas obras, dentre as quais se destaca *Theoricae novae planetarum*. O livro é uma compilação dos trabalhos de Ptolomeu e de diversos astrônomos árabes; teria sido publicado antes de 1474, quando Regiomontanus divulgou sua lista, e aos poucos passou a substituir as obras até então utilizadas no ensino da astronomia. Segundo a *História dos livros da Universidade de Viena*, em 1653 o *Theoricae* já tinha sido impresso 56 vezes e se estabelecera como uma das mais importantes obras científicas do Renascimento. Não

apenas Copérnico, mas também Johannes Kepler, responsável pelas leis dos movimentos planetários, fundamentou boa parte do seu trabalho na obra de Georg von Peurbach — o que só foi possível graças ao “impressor-astrônomo” Regiomontanus e à força da difusão da palavra impressa.

Uma edição de 1542 de *Theoricae novae planetarum*, precedida de cartas prefaciais do retórico Johann Stigel e do astrônomo Philipp Melanchthon, colaborador de Lutero, integra a Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional. O exemplar pertenceu à Real Biblioteca.¹⁶

16. PEUERBACH, Georg von, 1423-1461. *Theoricae novae planetarum* [Livro]. 1542. Objeto digital: or981265.

A imprensa e a cartografia

Tal como a medicina, a astronomia e as demais ciências, a cartografia se beneficiou das possibilidades oferecidas pelas técnicas de impressão, que começou a utilizá-la nas últimas duas décadas do século XV. Em 1500, já havia cerca de 60 mil mapas impressos circulando na Europa. Os principais centros de produção eram cidades como Estrasburgo e Nuremberg, onde, em 1492, o astrônomo e explorador Martin Bechaim fabricara o primeiro globo terrestre.

Segundo o especialista Jerry Brotton, os mapas renascentistas procuraram conciliar as informações trazidas pelas viagens de exploração com os modelos geográficos clássicos, tais como os de Ptolomeu e Estrabão, que até então orientavam os estudos nesse campo. Era com cautela que introduziam novidades: o cartógrafo alemão Martin Waldseemüller, que, por volta de 1507, foi responsável pelo primeiro mapa a representar a América e a chamá-la por esse nome, publicou junto dele um livro em que afirmava tratar-se, mais provavelmente, de uma ilha, e não de um continente. Em obras posteriores, e mesmo em outras edições do mesmo mapa, não utilizou a denominação “America”, e sim “Terra Incognita”.

Orbis typus universalis iuseta hydrographorum traditionem, mapa de Waldseemüller publicado em 1513, foi

impresso por meio da técnica mais comum na época: a xilogravura. O original, desenhado à mão, era copiado de forma invertida num bloco de madeira (frequentemente em vários, depois emendados) e as áreas onde não entrariam texto nem imagem eram aplainadas. O bloco, então, recebia tinta e era levado à prensa.¹⁷

Ao longo das décadas seguintes, a xilogravura foi substituída pela gravura feita a partir de chapas de cobre, material que podia ser reutilizado e que permitia maior uniformidade dos caracteres tipográficos. Gerard Mercator, natural de Flandres e muito conhecido por sua projeção cilíndrica do globo terrestre, aperfeiçoou as técnicas de gravação em cobre, levando a impressão cartográfica a um novo patamar. Após sua morte, o gravador Jodocus Hondius adquiriu as matrizes, acrescentou novas gravuras e republicou o Atlas de Mercator, que não tivera muito sucesso comercial, acrescentando seu próprio nome.

O mapa *America Meridionalis* foi gravado a partir de matriz de cobre e incluído no Atlas Mercator-Hondius em 1606.¹⁸

Um dos nomes mais conhecidos na história da cartografia é o do holandês Joan Blaeu, cujo pai, Willem, foi astrônomo, fabricante de mapas e globos e cartógrafo da Companhia das Índias Orientais. Ao sucedê-lo, Joan teve acesso aos registros de viagens comerciais efetuadas pelos agentes em mais de cinco décadas, e incluiu algumas

17. WALDSEEMÜLLER, Martin, 1470-1520. *Orbis typus universalis iuseta hydrographorum traditionem* [Cartográfico]. 1513. Objeto digital: cart986543.

18. MERCATOR, Gerhard, 1512-1594. *America meridionalis* [Cartográfico]. [1606]. Objeto digital: cart354236.

dessas informações em suas obras. Uma das mais notáveis, publicada pela primeira vez em 1648 e com várias edições posteriores,¹⁹ foi um mapa com mais de três metros de comprimento, o primeiro a mostrar a costa oeste da Austrália e a Tasmânia (reivindicada pelo primeiro europeu a avistá-la, Abel Janszoon Tasman). O mapa, gravado em cobre, buscava conciliar as duas opiniões: a crença geocêntrica de Ptolomeu, que ainda possuía adeptos, e a teoria heliocêntrica de Copérnico. Os dois, aliás, são retratados acima de cada hemisfério, em meio a figuras alegóricas que representam os planetas de Mercúrio a Saturno, além do Sol e da Lua.

O mapa foi um dos muitos realizados para integrar a obra mais ambiciosa de Blaeu, publicada em 1662: o *Atlas maior sive cosmographia Blaviana* (“Grande Atlas ou cosmografia de Blaeu”). Numa espetacular jogada comercial, foram lançadas, simultaneamente, cinco edições, uma em latim, destinada aos eruditos, e as demais em diferentes línguas vernáculas: holandês, francês, espanhol e alemão. As edições, em vários volumes (onze, na imprensa em latim, com mais de 4.600 páginas e um total de 594 mapas), podiam ter características diferentes de acordo com a região, e alguns dos mapas eram coloridos à mão, dando a impressão de ser uma obra artesanal.

Jerry Brotton considera o atlas pouco inovador; ele seria menos um veículo de novas ideias do que uma coleção de informações, que se afasta da visão científica e humanista do Renascimento para se constituir numa obra barroca,

19. BLAEU, Joan, 1596-1673. *Nova et accuratissima totius orbis tabula* [Cartográfico]. 1659. Objeto digital: cart231101.

cheia de contradições. Ainda assim, está repleto de imagens que ilustram a diversidade de tipos, trajes e costumes ao redor do mundo, e a curiosidade do público fez dele um sucesso de vendas, tal como era o desejo do cartógrafo. Infelizmente, boa parte das chapas se perdeu no incêndio que destruiu sua oficina em 1672, impedindo-o de publicar os volumes planejados — entre eles, uma cosmologia — e encerrando os negócios que, durante décadas, tinham mantido a família Blaeu numa posição de destaque entre os editores holandeses.

Livros e bibliotecas na Idade Moderna

Desde as primeiras décadas do estabelecimento da imprensa com tipos móveis, tanto a indústria quanto o mercado editorial cresceram exponencialmente, alcançando vários países europeus. O livro deixou de ser um objeto artesanal e teve sua circulação ampliada, o que ganhou ainda mais força a partir do século XVI, quando Aldo Manuzio e outros editores passaram a publicar livros mais baratos e em formatos menores.

O Renascimento Científico e a Reforma Protestante contribuíram de diversas formas para a indústria do livro. Os estudiosos viram sentido em investir em edições bem-cuidadas e ilustradas de seus trabalhos, que agora não mais teriam de ser copiados à mão; as obras em língua vernácula se multiplicaram; novas universidades surgiram na Europa, tais como as de Wittenberg, na Alemanha (fundada em 1502), a de Genebra (1559) e a de Edimburgo (1583). Bibliotecas, tanto universitárias como municipais, surgiram principalmente na Alemanha (uma iniciativa de Lutero e Melanchton), mas também em cidades da França e da Holanda. E, no século XVI, foram fundadas aquelas que, hoje, detêm o status de Biblioteca Nacional na França

e na Áustria, a partir das “livrarias” (coleções particulares) da família real de cada país.

Peter Burke, historiador dedicado à Idade Moderna, observa que, enquanto os maiores centros editoriais ficavam com frequência em cidades que funcionavam como polos culturais e/ou eram sede de empresas voltadas para o comércio e a exploração colonial (Veneza, no século XVI; Amsterdã, no XVII; Londres, a partir da segunda metade do século XVIII), as bibliotecas tanto podiam estar em cidades grandes, como a maior parte das italianas e francesas, quanto noutras, menores, que sediavam universidades (como é o caso da Bodleian, em Oxford, fundada em 1602); ou, ainda, em locais determinados pelos fundadores ou mecenas, como a Biblioteca do Escorial, criada em 1565 pelo rei Filipe II da Espanha.

Na Itália dos séculos XVI e XVII, as maiores bibliotecas estavam em Florença, Veneza, Milão, Nápoles e Roma. Também na França as grandes cidades eram mais favorecidas: um guia parisiense de 1692 arrola, apenas na capital, três bibliotecas públicas e nada menos que 32 particulares abertas à consulta. Burke cita ainda a existência de bibliotecas um pouco menores nos países escandinavos e no leste europeu, onde havia um número bem menor de oficinas de impressão e livrarias; os estudiosos precisavam se contentar com coleções mais modestas ou viajar para países como a Alemanha e a Holanda. No entanto, segundo o historiador, algum material proveniente de centros editoriais maiores lhes era encaminhado. Em Amsterdã, por exemplo, onde a família Blaeu e seu rival Willem Janszoon produziam mapas e atlas, havia publicações em idiomas como o russo, o armênio e o iídiche para atender ao mercado do

leste. E foi também em Amsterdã que, no final do século XVII, o czar Pedro I da Rússia — conhecido como Pedro, o Grande — fez imprimir obras científicas para serem usadas em seus domínios.

A crescente produção editorial e a multiplicação de universidades, bibliotecas e outros lugares dedicados ao saber demandaram novas formas de organização do conhecimento. Burke explica que os currículos universitários foram reestruturados: o sistema formado por sete artes liberais, divididas em *trivium* (gramática, lógica e retórica) e *quadrivium* (aritmética, geometria, astronomia e música) e acrescido de ética, metafísica e ciências naturais, que até por volta de 1450 se constituiu como base dos estudos em todas as universidades europeias, foi sendo modificado para dar lugar a novas ciências como a química, a história e a geografia (também chamada de cosmografia). Isso se refletiu na classificação dos livros, na forma de organizá-los nas bibliotecas públicas e privadas e na criação de catálogos e bibliografias.

Na tentativa de sistematizar o conhecimento, o naturalista suíço Conrad Gesner publicou, em 1545, uma obra monumental, que lhe exigiu quatro anos de trabalho e visitas a diversas bibliotecas da Itália e da Alemanha. Trata-se da *Bibliotheca universalis*,²⁰ uma lista em ordem alfabética de tudo quanto já havia sido impresso em latim, grego e hebraico. Isso incluiu aproximadamente 10 mil títulos de 3 mil autores. Em 1548, Gesner publicou um

20. BIBLIOTHECA universalis, sive catalogus omnium scriptorum locupletissimus, in tribus leuguis, latina, graeca [et] hebraica [Livro]. 1545. Objeto digital: or34929.

índice temático que dividia as obras em 21 seções, entre as quais Magia, Astrologia e Adivinhação, temas constantes nas publicações do beneditino Johannes Trithemius, em quem ele parece ter baseado seu sistema de classificação.

Os esforços de Gesner foram valiosos para bibliotecários como Hugo Blotius, da Biblioteca Imperial de Viena, e forneceram as bases para outros sistemas, como o de Florian Treffler e o do filósofo Francis Bacon. Este, por sua vez, serviu de referencial para o trabalho de um importante nome da biblioteconomia, o francês Gabriel Naudé, que trabalhou para quatro diferentes cardeais, entre os quais Richelieu e Mazarino. Naudé percorreu a Europa comprando cerca de 40 mil livros e manuscritos que viriam a compor o núcleo da Biblioteca Mazarino, a mais antiga biblioteca pública da França, situada em Paris.

Além de alguns tratados sobre política, em 1627 Gabriel Naudé publicou *Advis pour dresser une bibliothèque*,²¹ ou seja, “Conselhos para se montar uma biblioteca”, que vem a ser o primeiro manual de biblioteconomia. Nele, além de propor várias inovações e discorrer sobre questões práticas, fornece dois valiosos conselhos:

Melhor do que seguir esquemas “extravagantes” de classificação é utilizar um sistema simples, a fim de encontrar as obras desejadas “sem trabalho, sem dificuldade e sem confusão”; e

Não se deve julgar um livro pela aparência e sim pelo conteúdo.

21. NAUDÉ, Gabriel, 1600-1653. *Advis pour dresser une bibliothèque*: présenté à Monseigneur le President de Mesme. [Livro]. 1627. Objeto digital: or40263.

Entre o Velho e o Novo Mundo: séculos XVI-XVIII

A partir do século XV, vários países da Europa se lançaram à tarefa de explorar e colonizar outros continentes. Novas rotas de viagem e comércio se estabeleceram, territórios foram mapeados; povos até então desconhecidos deslumbraram e inquietaram os europeus com seus costumes, descritos em primeira mão por viajantes como Hans Staden e André de Thévet.

Além dessas narrativas, que agradavam em cheio aos leitores ávidos por novidades, as tipografias se ocuparam de produzir mapas e atlas cada vez mais precisos, bem como tratados sobre as novas terras, sua fauna, flora e habitantes. Algumas dessas obras, escritas por filósofos e naturalistas, tinham viés científico, enquanto outras atendiam a finalidades mais práticas, tais como mapear as riquezas de uma região, identificar pontos estratégicos para a construção de feitorias e fortalezas e administrar o território. E, em muitos casos, as informações contidas numa obra podiam ter utilidade tanto para estudiosos quanto para agentes do governo ou representantes das companhias de comércio.

Segundo o historiador Peter Burke, os principais pontos de encontro e troca de informações na Europa dos séculos XV e XVI eram as cidades portuárias: Lisboa, Sevilha, Veneza e Amsterdã. As duas últimas conservaram a primazia na impressão de livros e mapas até o século seguinte, e eram polos importantíssimos de comércio e de difusão do conhecimento para outros países europeus. Lisboa se destacava por ser a capital do império ultramarino português, que, além do Brasil, incluía territórios na Ásia e na África, enquanto Sevilha era o ponto de partida e de chegada das expedições espanholas à América. Também era um importante polo tipográfico, onde se imprimia a maior parte dos livros destinados às colônias.

Além dessas cidades, Burke destaca a importância de Paris e Londres — que sediavam embaixadas, companhias de comércio e instituições culturais — e ainda a de Roma. Segundo ele, Roma e o Vaticano eram “o quartel-general do mundo católico e das ordens missionárias”, ao qual acorriam embaixadores de lugares tão distantes como o Japão e o Tibete, e para onde convergia a correspondência de todas as casas e colégios jesuítas.

Foi por ter acesso a esse material, e ainda a tratados como *Décadas da Ásia*, do historiador português João de Barros, e *Delle navigationi et viaggi*, de Giovan Battista Ramusio, que o pensador e diplomata italiano Giovanni Botero pôde escrever seu famoso tratado *Relazioni universali*, considerado uma das pedras angulares da historiografia global. Publicado a partir de 1591, em quatro partes (a quinta só viria à luz no final do século XIX), o livro trata da difusão do Catolicismo pelo mundo, cujas terras e habitantes descreve de forma minuciosa. Sua abordagem não

se restringe ao ponto de vista geográfico ou mesmo político; Botero adota uma perspectiva integrada, chegando a tocar em questões sociais e antropológicas. A obra foi um *best-seller* imediato, que teve quase cem edições entre os séculos XV e XVI e foi traduzido para o latim, o alemão, o espanhol e o polonês.

Segundo alguns pesquisadores, o pensamento de Botero se aproxima do de Bartolomé de las Casas, contrário à escravização e extermínio dos povos originários, embora favorável à evangelização. Nisso concordavam os missionários de todas as denominações; a catequese foi, se não o principal, pelo menos um dos mais importantes motivos pelos quais livros e prensas foram trazidos à América.

A primeira oficina tipográfica, proveniente da oficina de Juan Cromberger, de Sevilha, foi estabelecida na cidade do México, sob a responsabilidade de Juan Pablos. *Breve y más compendiosa doctrina christiana en lengua mexicana y castellana*, do bispo Juan de Zumárraga, datado de 1539, foi o primeiro livro a ser impresso no continente americano. As obras seguintes foram também destinadas à evangelização: além de livros religiosos propriamente ditos, incluíam vocabulários e gramáticas em línguas indígenas, que continuaram a ser publicados na América Latina ao longo dos séculos seguintes.

Em 1703, atendendo ao pedido do padre Hernando de Aguilar, procurador-geral da Companhia de Jesus, o vice-rei do Peru, Melchor Portocarrero Lasso de la Vega, concedeu uma licença para que se imprimissem livros da doutrina cristã em guarani, a ser utilizados nas missões da província de Tucumán. Um traslado desse documento, pertencente

à Coleção De Angelis, integra a Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.²²

De modo geral, a circulação de livros nas colônias seguia os mesmos critérios utilizados nas metrópoles. As mesmas licenças eram necessárias para imprimir; as mesmas obras e autores eram censurados e lidos às escondidas pela pequena parcela alfabetizada da população. Alguns países do chamado Novo Mundo tiveram universidades ainda no século XVI, como o Peru e a atual República Dominicana, enquanto outros tiveram que esperar bem mais.

No Brasil, tanto a imprensa como as instituições de ensino superior só puderam existir após a mudança da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808. Isso, porém, não impediu que livros circulassem, que se transmitissem ideias e conhecimento, que se refletisse, debatesse e questionasse a ordem das coisas.

22. LICENCIA acordada por el virey del Peru de imprimir libros en lingua guarani, en las misiones del Tucuman. [S. l.: s. n.], Objeto digital: mss1390555.

Livros e leituras populares na Europa dos séculos XVI-XVII

Tal como nos dias de hoje, os editores e livreiros do passado recorreram a várias estratégias para vender livros e manter seus negócios. Já no início do século XVI, o veneziano Aldo Manuzio criou uma série de livros de bolso, leves e baratos, que rapidamente se tornaram populares; a prática de imprimir edições diferenciadas, tanto no que se refere ao idioma quanto ao luxo e, conseqüentemente, ao custo das obras, foi adotada por outros editores e se difundiu por toda a Europa.

Além da questão do preço, era preciso resolver o problema da distribuição das obras, fazendo-as chegar até o público das cidades menores e das comunidades rurais. A solução encontrada foi contratar livreiros ambulantes, que visitavam essas localidades munidos de livros acessíveis, com títulos e temas populares, destinados a atrair o maior número possível de leitores. Muitas vezes, tratava-se de versões adaptadas (e, às vezes, mutiladas) de obras que circulavam em edições integrais, vendidas para um público mais “educado” ou com maior poder aquisitivo; noutras,

eram poemas e canções populares, muitas vezes reunidas em coletâneas, como os *cancioneros* espanhóis impressos a partir do século XVI. Também na Espanha, e pela mesma época, surgiram os *pliegos sueltos*, compostos de uma única folha dobrada e contendo um romance em versos: a forma mais antiga do livro de cordel, que circulou também em Portugal e atravessou o mar até chegar ao Brasil.

A fórmula ibérica teve equivalente em outros países. Na Inglaterra, eram comuns as folhas soltas e livretos contendo baladas populares, das quais circulavam simultaneamente várias versões. Havia também um modelo um pouco mais rígido, surgido a partir de 1620, chamado *penny chapbook* (por custar muito barato: o *penny* era a menor divisão da libra, e os livretos eram vendidos por mascates conhecidos como *chapmen*), cujos diferentes formatos determinavam seu preço. Na Alemanha, os livros baratos eram conhecidos como *Volksbücher* (livros do povo), enquanto na Rússia havia os *lubki* (no singular, *lubok*, palavra derivada de *lub*, uma espécie de tabuleta), que começaram como gravuras entalhadas e só mais tarde passaram a ser impressos em papel. Sua popularização se deu a partir da segunda metade do século XVII.

Na França, já em 1602, surgiram os livros populares conhecidos como *Bibliothèque Bleue* (“Biblioteca Azul”). Os primeiros foram impressos em Troyes pelos irmãos Jean e Nicolas Oudot; eram volumes finos, em formato pequeno, encadernados em papel azul, ao que se deve sua denominação. Contendo tanto fábulas, poemas e romances quanto obras didáticas e religiosas, custavam apenas alguns cêntimos e eram mascateados em toda a França. A

prática foi levada à frente pelos sucessores dos Oudot e por outros livreiros e se estendeu até o início do século XIX.

Além dessas obras de alcance popular, as leituras da época incluíam os jornais, que começaram como panfletos noticiosos já no século XV e passaram a ter periodicidade a partir das primeiras décadas dos anos 1600. Segundo o historiador Steven Roger Fischer, em meados do século XVII, todas as metrópoles europeias e muitas cidades de província tinham periódicos adquiridos por meio de assinaturas. As tiragens eram relativamente baixas — “La Gazette”, de Paris, tinha cerca de 1200 exemplares por edição —, mas atingiam um público bem mais amplo, pois não apenas os jornais circulavam, como a leitura (e posterior discussão) em voz alta era uma prática muito difundida na época. Liam-se coletivamente não só panfletos, editos e notícias, mas também textos didáticos, vidas de santos, crônicas de viagem e de guerra, poemas, comédias e romances populares.

Entre as obras mais apreciadas, estavam os livros de cavalaria, que em *D. Quixote* aparecem sendo lidos num albergue para uma plateia de trabalhadores rurais. Tais como as versões então correntes dos contos populares e de fadas — que ganhariam novo fôlego a partir dos recontos de Charles Perrault, publicados no final do século XVII —, essas histórias tinham o dom de empolgar leitores e ouvintes e dar asas à sua imaginação, o que logo passou a ser visto como algo perigoso e intrinsecamente subversivo. Assim, não apenas *D. Quixote*, na sátira de Cervantes, foi considerado louco em razão de suas leituras, mas vários decretos reais do século XVI proibiram o envio para as

colônias espanholas de “romances que tratam de matérias profanas e fabulosas e histórias fingidas”.

A Biblioteca Nacional possui uma grande coleção de obras de e sobre Cervantes. Em 2001, uma exposição apresentou esse material ao grande público. O catálogo, contendo algumas imagens, está disponível na BN Digital.²³

23. BIBLIOTECA NACIONAL. *Dom Quixote e Cervantes* [Livro]. 2001. Objeto digital: icon1026197.

A disseminação do conhecimento no século XVIII

No limiar do século XVIII, a Europa efervescia com informações provenientes de todas as partes do mundo. Vários países tinham estabelecido colônias, companhias de comércio operavam com rotas regulares entre os continentes, os estudos científicos se ampliaram, e os olhos dos europeus se deslumbravam com espécimes de uma fauna e de uma flora recém-descobertas, além de artefatos tão diversos quanto múmias egípcias e mantos de penas tecidos por povos originários do Brasil. O conhecimento foi reorganizado; houve mudanças nos currículos universitários e na sistematização dos acervos, tanto em bibliotecas quanto nos museus e “gabinetes de curiosidades”, que então eram muito comuns.

Nesse panorama, passou-se a valorizar cada vez mais aquilo que o historiador Peter Burke denomina “conhecimento útil”, ou seja, aquele que tem uma aplicação prática. Instituições ligadas ao saber passaram a dar mais ênfase a ciências como a engenharia e a agronomia (foi o caso da Academia Francesa de Ciência, já em 1699); governantes

de vários países patrocinaram pesquisas e expedições científicas; surgiram escolas de ofícios e sociedades agrícolas que deviam transmitir informação útil aos fazendeiros. A escolarização básica também foi ampliada, ainda que continuasse a haver muita desigualdade na taxa de alfabetizados, tanto entre as diferentes classes sociais quanto entre os moradores das cidades e os das localidades rurais de países como a França e a Inglaterra.

No que se refere à imprensa, o comércio de livros populares e de jornais tornou-se ainda mais frequente. O historiador Steven Roger Fischer afirma que a circulação de jornais na Europa cresceu oito vezes entre 1712 e 1757, ao passo que os livretos comercializados por mascates eram mais difundidos do que nunca. Foi também nessa época que surgiu o primeiro folhetim, publicado no jornal britânico *Daily Post* em 1719: o romance *The life and strange surprising adventures of Robinson Crusoe, of York, Mariner*, de Daniel Defoe, hoje conhecido apenas como *Robinson Crusoe*, que fez um sucesso estrondoso e chegou a ter cerca de 700 versões e traduções no final do século XIX.

Além de jornais noticiosos e romances populares, intensificou-se a publicação de obras de referência, entre as quais várias enciclopédias — a de Diderot e D'Alembert é um capítulo à parte na história do livro ocidental —, monografias e periódicos de teor científico. Alguns destes circulavam entre os próprios estudiosos, tal como ocorre hoje com algumas revistas e jornais acadêmicos, enquanto outros, quer por razões financeiras, quer pelo desejo de disseminar conhecimento (ou pela soma de ambos), eram obras de divulgação, destinadas a um público mais amplo.

Está no último caso o livro em três volumes intitulado *A natural history of birds* (“Uma história natural das aves”). Seu autor, Eleazar Albin, era um artista e professor de aquarela que se interessou pelas ciências naturais e decidiu produzir obras ilustradas sobre o assunto. A primeira delas foi sobre insetos, publicada em 1720 com a colaboração de assinantes. O mesmo método foi repetido na obra sobre as aves, que veio à luz em três volumes entre 1731 e 1738. A impressão foi feita em Londres, com tiragem muito limitada: apenas 89 conjuntos, que contavam com um total de 306 gravuras feitas a partir de matrizes de cobre e coloridas à mão, em aquarela, por Albin e sua filha Elizabeth (e possivelmente outros membros da família).

No primeiro tomo de sua obra, Albin afirma ter feito as ilustrações a partir de espécimes vivos e agradece antecipadamente aos cavalheiros que possam lhe enviar “aves curiosas, que serão desenhadas no segundo volume”. A lista de assinantes não é muito longa, mas inclui vários títulos de nobreza: Eleazar Albin cultivava relações com membros da aristocracia, e isso lhe permitiu ter acesso a suas coleções de pássaros exóticos. Outros espécimes foram adquiridos de comerciantes e marinheiros.

Sendo um artista e não um ornitólogo, Albin foi criticado por fornecer apenas um apanhado de informações sem grande rigor científico. Seus desenhos, ainda que corretos e bem detalhados, foram considerados monótonos e sem vida. Por outro lado, sua obra é apontada como um dos primeiros livros ilustrados sobre história natural destinados ao grande público: uma das primeiras obras de divulgação científica, produzida em meados do

chamado Século das Luzes, que já em 1750 ganhou uma tradução em francês.

Exemplares dos dois primeiros volumes do livro de Albin, datados de 1731 e 1734, integram o acervo da Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional. O primeiro volume traz um ex-libris da biblioteca do conde da Barca e está incompleto, faltando algumas gravuras de aves das Américas, inclusive do Brasil.²⁴

24. ALBIN, Eleazar. *A Natural History of Birds. Illustrated with a hundred and one copper plates, curiously engraven from the life.* London: printed for the Author and sold by William Innys, John Clarke e John Brindley, 1731-1738. 3 v., il., 30 cm. Objeto digital: or511951.

Leituras privadas e salões literários na Europa dos séculos XVII–XVIII

Segundo o historiador Steven Roger Fischer, “nos séculos XVI e XVII, uma autêntica biblioteca de conteúdo popular decorava muros, portas, postes e janelas da Europa”.

A afirmação se refere aos pôsteres e cartazes, muito comuns na época, que veiculavam desde leis e proclamações a avisos sobre falecimentos, feiras e espetáculos de teatro. Além dessas publicações afixadas, circulavam periódicos e livros de vários tipos, muitos dos quais eram lidos coletivamente. No entanto, a leitura individual também era amplamente praticada, quer em espaços públicos — os livros de bolso, desde Aldo Manuzio, já eram populares entre os viajantes —, quer na própria sala de estar, gabinete ou quarto de dormir.

Em seu capítulo sobre a história da escrita, incluído em *História da vida privada*, Roger Chartier menciona várias passagens do diário de Samuel Pepys. O parlamentar e funcionário da administração naval britânica é frequentemente citado como testemunho de sua época,

no que tange desde a acontecimentos de grande impacto, como o incêndio que destruiu boa parte de Londres em 1666, até as práticas da vida cotidiana. Pepys, assíduo visitante de livrarias, mantinha uma biblioteca em seu escritório (catalogada por ele próprio) e levava um livro consigo a toda parte. Ao caminhar à margem de um rio, lê poemas; noutra passeio, uma obra sobre hidrostática; no gabinete, confessa, lê obras que considera “divertidas, porém licenciosas”, ao passo que, em casa, ao lado da esposa, pede a um criado que leia para ele *A vida de Júlio César*.

Percebe-se, assim, uma relação de proximidade, de cumplicidade com o livro, saboreado num ambiente íntimo que só se desvendava aos olhos dos mais próximos: o criado pessoal — segundo Chartier, ler para os senhores era uma tarefa frequentemente atribuída aos empregados — e a esposa, com quem Samuel Pepys partilhava leituras. Outros relatos contam de pais e filhos lendo entre si e, ainda, de famílias que se reuniam para leituras conjuntas, principalmente entre os protestantes. É do século XVII, em seus últimos anos, o frontispício da obra de Perrault, *Histoires et contes du temps passé* (1697), onde uma senhora aparece fiando e contando histórias: a imagem arquetípica, atemporal, da avó ou velha ama que passa adiante contos e saberes da tradição oral.

Não apenas narradoras, mas leitoras tão contumazes quanto os homens, como testemunham relatos e iconografia da época, as mulheres também escreviam e participavam ativamente da vida literária na Europa moderna. Na França de Luís XIV, era comum que os membros das classes abastadas se reunissem para ler e

discutir literatura; estavam em voga os romances populares, sucessores dos livros de cavalaria, comumente chamados “preciosos”, alcunha que acabou por ser estendida às autoras e leitoras. No século XVIII, algumas delas se destacariam por escrever contos de fadas e contos maravilhosos, além de romances e novelas; algumas décadas antes, no entanto, Antoinette Deshoulières já deslumbrara a corte com suas odes, elegias e madrigais. Foi ela a primeira mulher eleita para academias literárias no país (Académie des Ricovrati, em 1684, e Académie d’Arles, em 1689), ao passo que outras eram ridicularizadas por autores como Molière em *As preciosas ridículas*. Deshoulières, que Voltaire afirmava ser sua poeta preferida, foi a única mulher retratada entre grandes escritores em uma litogravura de Jacques Llanta, datada das primeiras décadas do século XIX.²⁵

Os salões literários abrigaram dezenas de nomes da literatura francesa, tais como Racine, Chapelain — um dos fundadores da Académie Française — e La Fontaine, que recriou as fábulas clássicas atribuídas a Fedro e Esopo. Abrigaram também toda sorte de rivalidades, como a famosa “Querela dos Antigos contra os Modernos”, em que um grupo defendia os clássicos e outro, do qual fazia parte Charles Perrault, o “maravilhoso nativo”. Muitos países tiveram, é claro, academias e sociedades literárias, gabinetes e bibliotecas, e o costume de ler em grupos e em família era certamente difundido em toda a Europa e em suas colônias do Novo Mundo. No entanto, foi nos salões

25. LLANTA, J. F. G. (Jacques François Gaudérique), 1807-1864. *Auteurs célèbres* [Iconográfico]: n° 27. [183-]. Objeto digital: icon1577338.

franceses, em meio a debates e discussões apaixonadas, que germinaram os ideais iluministas e se abriu caminho para uma era de grandes revoluções.

Enciclopédias e a *Enciclopédia*

No início da Idade Moderna, a tentativa de sistematizar o conhecimento humano, fornecendo informação rápida e organizada acerca de qualquer assunto, fez com que surgissem mais e mais obras de referência. As de geografia já eram abundantes desde o século XVI, assim como almanaques, coletâneas de leis e de orações, catálogos de livreiros e bibliotecas e, ainda, dicionários, que se multiplicaram a partir dos séculos XVII e XVIII.

No mesmo período, as enciclopédias, destinadas a abarcar todos os ramos da ciência e do saber, passaram a contar com um número cada vez maior de volumes. Algumas rivalizavam entre si, superando a “adversária” por meio de expansões que, inclusive, ultrapassavam o período de vida de seu idealizador. O historiador Peter Burke cita a *Oekonomische Encyklopädie* do alemão Johann Georg Krünitz, que, de 16 volumes iniciais, passou por várias ampliações até chegar a 242 volumes — o autor faleceu enquanto trabalhava no septuagésimo terceiro. Nada tão grandioso em vista das enciclopédias chinesas, das quais o mesmo Burke diz ter havido nada menos que 139 durante o Período Ming (1368-1644). Uma chegou a ter 10 mil

volumes, enquanto uma obra patrocinada pela dinastia Qing e publicada em 1726 tinha ao todo mais de 750 mil páginas. Já na Europa, eram comuns as enciclopédias com algumas dezenas de volumes, dos quais, muitas vezes, se extraíam referências rápidas a fim de compor livros “portáteis”: enciclopédias em volume único, às vezes até de bolso, que resumiam as informações contidas na obra integral.

A proposta de escrever trabalhos tão extensos e abrangentes envolvia, quase sempre, mais do que um único autor. Na China, segundo Peter Burke, a *Yongle Dadian*, do século XV, teve 2 mil colaboradores. No Ocidente, os editores passaram a contratar equipes de redatores e pesquisadores que trabalhavam em conjunto, além de outros profissionais, como gravuristas e tipógrafos. A publicação por assinatura era muito comum, e patrocinou as duas enciclopédias britânicas mais conhecidas na época: a *Cyclopaedia* em dois volumes, de Ephraim Chambers (1728), e a *Britannica*, ação conjunta do gravador Andrew Bell e do impressor Colin Macfarquhar, ambos residentes em Edimburgo (1768-1771). A *Britannica* saiu pela primeira vez sob a forma de fascículos semanais que depois podiam ser encadernados em três volumes; é a mais conhecida das duas, atualizada até os dias de hoje em sua versão digital. Já a *Cyclopaedia*, que teve uma única reedição após a morte do autor, foi o ponto de partida para a mais famosa enciclopédia de todos os tempos: a *Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, organizada por Denis Diderot e Jean d’Alembert.

A história da *Enciclopédia* foi estudada e narrada em detalhes pelo historiador Robert Darnton em seu livro

O Iluminismo como negócio. Seus editores originais — André Le Breton, Antoine-Claude Briasson, Michel David e Laurent Durand — tinham como plano inicial a publicação em quatro volumes de uma tradução da *Cyclopaedia* de Ephraim Chambers, para o que adquiriram três diferentes privilégios, ou seja, licenças de publicação. Os planos eram para a impressão de 1625 exemplares, mas o número de assinaturas cresceu a ponto de a tiragem ser triplicada. No prospecto de 1751, quando a publicação foi iniciada, prometiam-se oito volumes de texto e três de ilustrações, e o padrão se repetiu ao longo das décadas seguintes. Ao mesmo tempo, os editores e articulistas lidavam com a censura por parte do Estado — que revogou os privilégios e proibiu a impressão da obra — e a condenação da Igreja, que, em 1759, incluiu a *Encyclopédie* no *Index* de livros proibidos.

Apesar dos percalços, Diderot, principal responsável pela obra, e vários articulistas continuaram a trabalhar em segredo, ao passo que os editores lançaram mão de vários artificios, tais como a mudança de título para publicação das ilustrações. Os dois últimos volumes apareceram em 1772, completando um total de 28, dos quais 17 continham texto — somando pouco menos de 72 mil artigos —, e os demais, pranchas ilustradas, com um total de aproximadamente 3 mil gravuras. A primeira edição saiu em formato in-fólio (cerca de 26,5x39,5 cm) e era bastante cara; não teve vendas significativas, mas, segundo Darnton, garantiu uma fortuna para os editores. A obra ainda estava sendo publicada quando surgiram edições “piratas” fora da França, sobretudo na Itália, o que ampliou o interesse pela *Enciclopédia* em toda a Europa.

Em 1768, os direitos das futuras edições, bem como as matrizes de cobre das gravuras, foram adquiridos por um editor de Lille, Charles-Joseph Panckoucke, e seus associados. Estes logo venderam as cotas para dar lugar a novos sócios, entre os quais, editores de Genebra e Amsterdã. Foi o grupo de Panckoucke que, mais tarde, veio a publicar edições *in-quarto* e *in-octavo*, menores e mais baratas, com as quais a Enciclopédia chegou às mãos de um público muito mais amplo.

Tida como o grande best-seller do Iluminismo, a Enciclopédia foi, de fato, um grande empreendimento comercial e cultural. Além do filósofo Diderot, que a ela dedicou 25 anos de trabalho, e do físico e matemático d'Alembert, contou com a colaboração de nomes como Voltaire, Rousseau e Montesquieu; passou com sucesso por uma acidentada trajetória que envolveu contrafações, espionagem editorial e acordos internacionais. E, se a publicação, como adverte Robert Darnton, não pode ser considerada por si só um catalisador para o movimento revolucionário, percebe-se, por outro lado, que o ideário segundo o qual a Razão e a Ciência devem triunfar sobre modelos baseados tão somente na tradição estava presente em cada um daqueles volumes.

O dicionário de Bluteau

Em sua apresentação à *Enciclopédia*, mencionada pelo historiador Peter Burke, D'Alembert informa que existem dois métodos básicos, empregados no Ocidente, para organizar a informação. Um é o temático, adotado pelas enciclopédias; o outro é a ordem alfabética, ou seja, o “princípio do dicionário”.

Burke informa que a ordem alfabética foi empregada pela primeira vez numa enciclopédia bizantina do século XI e, desde então, foi bastante utilizada, tanto em publicações quanto como forma de ordenar os catálogos das bibliotecas e museus. Tornou-se mais comum no decorrer do século XVII e ganhou ainda mais força quando, no final do século XVIII, as bibliotecas passaram a organizar seus catálogos por meio de fichas.

Entre as muitas obras de referência existentes na época, destacam-se os próprios dicionários, termo que, segundo o Dicionário Michaelis, define uma

coleção, parcial ou completa, das unidades lexicais de uma língua (palavras, locuções, afixos etc.), em geral dispostos em ordem alfabética, com ou sem significação equivalente, assim como sinônimos, antônimos, classe

gramatical, etimologia etc., na mesma ou em outra língua (Dicionário, 2015).

Por extensão, refere-se a vocabulários próprios de uma determinada arte ou ciência, ou em determinada época, e pode ainda ter uma especificidade; esse é o caso, por exemplo, dos dicionários etimológicos ou históricos.

Uma dessas obras é tida como um marco na história da lexicografia da língua portuguesa. Trata-se do *Vocabulario portuguez e latino*²⁶ do padre Raphael Bluteau, publicado em oito volumes in-fólio entre 1712 e 1728. Bluteau (1636-1734) nasceu na Inglaterra, mas estudou na França, terra natal de seus pais. Lá ingressou na Ordem dos Clérigos Regulares e se doutorou em Teologia. Foi enviado a Lisboa em 1668 e, a partir de 1680, começou a recolha de material para compor o dicionário que ocuparia cinco décadas de sua vida.

O trabalho contou com alguns colaboradores, membros de academias científicas e literárias, e teve sua impressão adiada algumas vezes antes de ser publicado às custas do erário público. Segundo o pesquisador português João Paulo Silvestre, era uma obra de muito mais vulto do que as precedentes, o *Dictionarium lusitanico latinum* de Agostinho Barbosa (1611) e o *Thesouro da lingua portuguesa*, de Bento Pereira (1647); não se destinava a funções práticas ou pedagógicas, mas sim a figurar na biblioteca de homens cultos, propondo-se ainda a ser um auxiliar da

26. BLUTEAU, Rafael, 1638-1734 . *Vocabulario portuguez e latino ... autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes e latinos* [Livro]: tomo I. 1712. Objeto digital: or9535.

composição literária. Fatores como o preço e a portabilidade foram, assim, de pouca importância.

Como de costume, a obra é precedida por vários textos — cartas, licenças, poemas, índices de autores consultados e de abreviaturas, entre outros. O primeiro é uma dedicatória a dom João V, na qual Bluteau diz que o *Vocabulário* vem afirmar a grandeza da língua portuguesa, bem como a do rei. No entanto, este não é um dicionário apenas da língua; é também histórico, toponímico e etimológico, busca reunir informações sobre o vocabulário específico de vários campos da ciência, de forma a se constituir no que podemos chamar de “dicionário enciclopédico”.

Embora tenha se valido de muitas fontes escritas e obras de referência, Bluteau afirma ter ido buscar parte dos vocábulos diretamente onde eram utilizados; disse ter estado em forjas, moinhos e oficinas para registrar a fala dos trabalhadores, daí resultando um retrato vivo e diverso do que era então a língua portuguesa. Pouco espaço foi reservado para o latim, mas o autor contemplou alguns vocábulos provenientes das colônias. Em artigo recente, os pesquisadores Jorge Domingues Lopes, da UFPA, e Ana Suely A. C. Cabral, da UnB, mapearam o *Vocabulário* e encontraram cerca de 300 entradas relativas ao Brasil, 120 das quais se referem a termos derivados de línguas faladas pelos povos originários, especialmente de origem tupi.

Livros e leitores no Brasil colonial

Ao contrário dos países colonizados pelos espanhóis na América do Sul, o Brasil só veio a ter imprensa após a chegada da Família Real portuguesa, em 1808. Antes disso, os livros que circulavam vinham do estrangeiro, e foram muito poucos durante os séculos XVI e XVII, com exceção dos existentes na colônia francesa conhecida como França Antártica. Ali, a maior parte do material impresso seguia a inspiração calvinista, ao passo que, no restante da colônia, os livros eram utilizados, principalmente, para a catequese nos moldes da Igreja Católica.

Segundo Luiz Carlos Villalta, os colégios jesuítas eram os únicos a possuir uma quantidade considerável de livros: 3 mil no da Bahia, em 1694, 1263 no do Pará em 1718, enquanto a biblioteca do Rio de Janeiro tinha espaço para acomodar até 5 mil volumes. Não havia uma instituição jesuíta, mesmo nas localidades mais remotas, que não possuísse pelo menos algumas obras. A finalidade desses acervos era dar suporte às atividades educacionais e de catequese (que, na verdade, andavam de par a par).

Em contraste, as bibliotecas familiares no Brasil dos primeiros séculos da colônia eram muito modestas,

contando com uns poucos títulos de obras devocionais e um número ainda menor de livros de ficção, entre os quais se encontraram exemplares das *Novelas ejemplares* de Miguel de Cervantes. Nos inventários, constam algumas obras proibidas de circular pela inquisição. Uma delas, muito célebre, é *A Diana*, de Jorge de Montemor, livro publicado por volta de 1559 e considerado a primeira novela pastoril da literatura castelhana (de autor português, mas escrita originalmente em espanhol e surgida com o título *Los siete libros de la Diana*).²⁷ A obra teve pelo menos trinta edições em espanhol e várias em francês e ajudou a popularizar o gênero, que traz jovens pastores e pastoras em idílios amorosos, frequentemente envolvendo mitos clássicos e magia. Cervantes a mencionou em *Dom Quixote*, afirmando que não deveria ser queimada como outros livros, mas a Inquisição portuguesa pensava de forma diferente — e assim, em 1591, uma lisboeta que vivia em Salvador, Paula de Siqueira, foi acusada por um padre de possuir e ler a novela considerada “sensual”. Muito depois, já em 1768, outro padre, Antunes Leitão, teve de pedir licença à Mesa Real Censória para ler a obra, que aparentemente ainda era proibida.

O aumento da urbanização, com mais pessoas trabalhando no comércio e em diferentes ofícios e mais funcionários administrativos, contribuiu para que, a partir do século XVIII, houvesse mais livros e bibliotecas particulares. Ainda não existiam universidades no Brasil; os filhos de famílias de posses estudavam no exterior,

27. MONTEMAYOR, George de, 1520?-1561. *Los siete libros de la Diana* [Livro]. 1570. Objeto digital: or15452.

frequentemente em Coimbra, e de lá traziam livros, o mesmo acontecendo com os funcionários do Governo, religiosos enviados para as igrejas da colônia e algumas categorias profissionais.

Villalta salienta que, ao se mudar de Portugal para o Brasil, ou vice-versa, os viajantes deviam registrar os títulos dos livros em suas bagagens nos órgãos censórios; isso pode ter sido um transtorno para alguns, mas deixou uma rica documentação que hoje pode ser usada como fonte de pesquisa. Sabe-se, assim, que as maiores bibliotecas pertenciam a advogados e sacerdotes, com os médicos, cirurgiões e navegadores vindo em seguida. Em todos os grupos, predominavam as obras relativas ao exercício de suas profissões, havendo também alguns títulos literários. Entre eles, obras de Camões, Cícero, Horácio e John Milton, e ainda livros ilustrados, muitos dos quais censurados, como as obras de Voltaire.

Na década de 1740, o tipógrafo António Isidoro da Fonseca, já bastante conhecido em Portugal, se instalou brevemente no Rio de Janeiro, onde teria feito imprimir quatro folhetos. Fonseca burlou as proibições pedindo licença aos órgãos censórios religiosos, mas não consultou as autoridades civis; quando estas tomaram ciência do feito, a oficina foi desmontada e o impressor enviado de volta a Portugal, onde o Conselho Ultramarino recusou seu pedido de se reinstalar no Brasil. Um dos raros folhetos impressos por ele, datado de 1747, integra o acervo de Obras Raras da Biblioteca Nacional.²⁸

28. CUNHA, Luis Antonio Rosado da, fl. 1747. *Relação da entrada que fez o excellentissimo e reverendissimo senhor D. Fr. Antonio do*

Ainda no século XVIII, refletindo as transformações que aconteciam na Europa, surgiram no Brasil as primeiras academias literárias, que estimularam a leitura na colônia. Ao mesmo tempo, trouxeram e passaram a debater ideias iluministas, às quais o governo português era contrário. Por isso, as academias e sociedades científicas sofreram perseguição; muitas tiveram livros confiscados e foram fechadas, tais como a Sociedade Literária do Rio de Janeiro, que tinha como secretário o poeta Silva Alvarenga. Também recrudescceu a vigilância sobre as obras admitidas na alfândega. Ainda assim, vários livreiros se estabeleceram no Brasil, pelo menos quatro deles no Rio de Janeiro, nas últimas décadas do século XVIII. A maioria era de origem francesa, o que pode ser explicado pelo fato de os livros franceses terem grande circulação em Portugal. Isso é irônico, de certa forma, já que as ideias iluministas, que a Coroa portuguesa buscava coibir, tinham surgido e germinado exatamente na França.

E foi um ultimato vindo da França que trouxe ao Brasil a família real portuguesa, com o que, por fim, a imprensa chegou ao país.

Desterro Malheyro, bispo do Rio de Janeiro, em o primeiro dia deste prezente Anno de 1747... [Livro] . Rio de Janeiro, RJ: Offic. de Antonio Isidoro da Fonseca, 1747. Objeto digital: or1467794.

A Impressão Régia do Rio de Janeiro

Ao longo de todo o período que antecedeu a chegada da família real, a impressão de livros e jornais foi proibida no Brasil. A tentativa de estabelecer uma tipografia, feita na década de 1740 por António Isidoro da Fonseca, resultou em quatro folhetos, a oficina desmontada e seu proprietário enviado de volta a Lisboa. Todo o material que circulava no Brasil era importado e devia se limitar às obras autorizadas pelo governo sediado na metrópole.

Ao mesmo tempo, em Portugal faziam-se sentir os ecos do Iluminismo, pelo menos no que se refere ao ideal de propagação do conhecimento e do desenvolvimento científico. Destaca-se, aqui, o nome do diplomata português Rodrigo de Sousa Coutinho, o conde de Linhares, principal articulador da política de conhecimento e exploração das colônias ultramarinas. Linhares foi um grande entusiasta das “viagens filosóficas”, que visavam obter informações sobre a administração e os recursos naturais das colônias. Os objetivos eram práticos, utilitários, mas, no fim, as expedições resultaram em ganhos reais para a ciência.

Entre as medidas tomadas por Linhares para difundir o conhecimento científico estava o estabelecimento

de uma tipografia. Para isso fundou a Oficina Tipográfica do Arco do Cego, sediada em Lisboa e ativa entre 1799 e 1801 sob a direção de um brasileiro: o frade franciscano, e naturalista, José Mariano da Conceição Veloso. Muitas obras ali impressas diziam respeito ao Brasil, e muitos exemplares, assim como matrizes de gravuras, se encontram na Biblioteca Nacional. A Tipografia do Arco do Cego é o tema de um artigo da professora Lorelai Kury, publicado na BN Digital.²⁹

Em 1801, Sousa Coutinho fez extinguir a Tipografia do Arco do Cego. Seus trabalhos e funcionários foram, porém, transferidos para a Impressão Régia de Lisboa, subordinada ao Erário Régio, que Linhares tinha passado a administrar. Assim, segundo Sérgio Barra, o conde se assegurava de continuar à frente do projeto de “ilustração” — termo utilizado para se referir ao conhecimento obtido por meio do estudo, para o que os livros eram fundamentais.

Os planos de transferir a sede do governo para o Brasil vinham sendo considerados desde a época da restauração portuguesa, no século XVII, e eram apoiados por Linhares. Quando, finalmente, se concretizaram, a instalação de uma tipografia oficial no Rio de Janeiro se impôs como condição essencial para dar continuidade ao projeto de construção de um “novo império”. Assim, por decreto de 13 de maio de 1808, estabeleceu-se a Impressão Régia brasileira, que a princípio era subordinada à Secretaria dos Negócios

29. KURY, Lorelai. A tipografia do Arco do Cego: Frei Veloso enciclopedista. *Biblioteca Nacional: 200 anos*. Dossiê. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/biblioteca-nacional-200-anos/as-colecoes-formadoras/a-tipografia-do-arco-do-cego-frei-veloso-enciclopedista/>. Acesso em: 19 jul. 2024.

Estrangeiros e da Guerra, então a cargo de Rodrigo de Sousa Coutinho. Os tipos e prelos utilizados foram trazidos por outro entusiasta das ciências e das artes, Antônio de Araújo e Azevedo, que mais tarde se tornaria conde da Barca e em cuja residência se instalou a Impressão Régia.

Nos primeiros tempos, Frei Veloso ficou à frente do trabalho de tipografia, auxiliado por dois gravadores que tinham trabalhado com ele em Portugal. Uma Junta de Direção, estabelecida em junho, administrava o órgão, encarregando-se inclusive de exercer a censura régia contra as obras que criticassem a Igreja e o governo, ou ainda atentassem contra a moral da época. Isso porque, além de toda a legislação, decretos, papéis diplomáticos — enfim, tudo que fosse produzido pelas repartições administrativas —, a Impressão Régia também imprimia obras apresentadas por particulares. A primeira publicação, datada do mesmo dia em que foi criada a Impressão Régia, foi *Relação dos despachos publicados na corte pelo expediente da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra*.³⁰

Já nos primeiros anos, foi grande a demanda de trabalho. A aquisição de novos prelos e a instalação da primeira fábrica de papel em território brasileiro, fundada entre 1809 e 1810 por Henrique Nunes Cardoso e Joaquim José da Silva, vieram dar novo fôlego à Impressão Régia, e um decreto de 1811 incorporou às suas funções a impressão

30. RELAÇÃO dos despachos publicados na corte pelo expediente da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, e da Guerra no faustissimo dia dos annos de S. A. R. o Principe regente N. S. em 13 de maio de 1808] E de todos os mais, que se tem expedido pela mesma Secretaria desde a feliz chegada de S. A. R. aos Estados do Brazil até o dito dia... - [Livro]. 13 maio 1808. Objeto digital: or1480771.

das cartas de jogar. Além das publicações oficiais, cerca de mil títulos foram impressos entre 1808 e 1822, com assuntos variados: obras científicas, livros literários, tratados de história, direito e teologia, compêndios para as Escolas de Medicina criadas em 1808 em Salvador e no Rio de Janeiro e também para a Academia Real Militar, criada em 1810.

Também na Impressão Régia, foi publicado o primeiro periódico brasileiro, a *Gazeta do Rio de Janeiro*,³¹ cujo número inaugural saiu em 10 de setembro de 1810. Outros viriam, como o primeiro jornal ilustrado do Brasil, *O Patriota*, de 1813. Todos eram favoráveis ao governo; os jornais de oposição ou que continham críticas eram publicados fora do país, tais como o famoso *Correio Braziliense*, de Hipólito José da Costa, que circulou entre 1808 e 1822 e era editado em Londres.

Com o passar dos anos, a Impressão Régia sofreu várias reformas administrativas e mudou muitas vezes de nome. Em 1821, passou a se chamar Tipografia Nacional, e outras denominações viriam até que se chegasse à atual, adotada desde 1885: Imprensa Nacional. Bem antes disso, porém, já tinha deixado de ser a única tipografia brasileira: desde a iniciativa de Antônio da Silva Serva, que em 1811 abriu a primeira oficina em Salvador, impressores e editores particulares aqui se instalaram, assim como muitos livreiros. Isso fez circular um volume cada vez maior de livros e periódicos ao longo do século XIX, contribuindo para um relativo aumento da cultura letrada no país.

31. GAZETA do Rio de Janeiro (RJ), 1808-1022. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=749664&pagfis=1>. Acesso em: 19 jul. 2024.

Obras científicas na Impressão Régia

Ao se instalar no Brasil, a Impressão Régia passou a editar não apenas atos legislativos e outros papéis produzidos pela administração, mas também periódicos e livros em geral, dos mais variados assuntos — cerca de mil títulos, no total, até 1822.

Segundo Márcia Abreu, o processo de publicação exigia tantas diligências por parte dos residentes no Brasil — levar ou enviar os manuscritos a Portugal, obter licença por parte da Censura, fazer imprimir a obra e depois ainda obter nova licença para que esta circulasse — que, possivelmente por isso, vários livros existiram apenas em cópias manuscritas durante o período colonial. Isso ocorreu até mesmo com obras bastante conhecidas na época, tais como os poemas de Gregório de Mattos, compostos em meados do século XVII e só impressos em 1831. Alguns escritores, porém, persistiam, apesar das dificuldades: a *Biblioteca lusitana*, obra de referência em quatro volumes publicada entre 1747 e 1759 pelo acadêmico Diogo Barbosa Machado, cita 91 autores nascidos no Brasil.

A instalação da primeira tipografia no país tornou o processo mais fácil. Livros de literatura, principalmente

franceses, já traduzidos para o português foram publicados aqui; doutores e bacharéis se apressaram a compor elogios em verso e prosa, dirigidos aos membros da família real; manuais, livros didáticos e mesmo cadernos em branco, destinados à escrituração e a outras práticas, passaram a estar disponíveis. Além disso, saíram do prelo várias publicações científicas referentes ao Brasil: memórias, catálogos e periódicos que se ocupavam das descobertas e do uso prático da Ciência.

Sublinhamos a questão do uso prático porque em Portugal, assim como em outros países (e também nos primeiros tempos da tipografia no Brasil), as obras científicas publicadas sob a influência do Século das Luzes tinham como uma de suas características a vocação para o pragmatismo. O avanço científico era visto, principalmente, como uma forma de contribuir para a melhor exploração das colônias e o fortalecimento do Estado português. Nesse contexto, se destacam vários nomes, tais como o de Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares, principal articulador dessa política; o do italiano Domenico Vandelli, primeiro diretor do Jardim Botânico da Ajuda, mentor das expedições conhecidas como viagens filosóficas; o de José Bonifácio, frequentemente lembrado apenas como político, mas que era também naturalista e autor de trabalhos científicos. Já entre os brasileiros, temos, entre muitos outros, Alexandre Rodrigues Ferreira, nascido na Bahia, líder da expedição que percorreu as capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá; o mineiro José Vieira Couto, cujas memórias sobre as salitreiras de Minas Gerais foram publicadas pela Impressão Régia do Rio de Janeiro em 1809; e o paraibano Manuel Arruda da

Câmara, um dos mais importantes naturalistas da época, cujos primeiros trabalhos foram publicados em Portugal.

Uma das obras de Arruda da Câmara, *Memória sobre a cultura dos algodoeiros*, integrou o acervo da Real Biblioteca e atualmente está na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.³² Vemos que, originalmente, a dedicatória era para o conde de Linhares, mas Frei Veloso — responsável pela Tipografia do Arco do Cego, em Lisboa, onde o livro seria publicado em 1799 — a alterou, de forma a que o nome constante na página de rosto fosse o do príncipe dom João. Outras alterações se encontram nas páginas seguintes, mostrando a intervenção do editor-tipógrafo. É possível comparar tais alterações à versão impressa, digitalizada a partir do exemplar existente na Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional.³³

Com a tipografia instalada no Brasil, foi possível a Arruda da Câmara, assim como a outros cientistas, ter seus trabalhos publicados aqui. Seu livro *Dissertação sobre as plantas do Brasil* (1810) foi produzido dentro de um modelo de pesquisa comum desde o século XVIII, no qual se buscava nas colônias produtos equivalentes àqueles até então usados no Velho Mundo. A obra de Arruda da Câmara avalia as possibilidades de várias espécies de plantas em substituição ao cânhamo, cujas fibras eram utilizadas na indústria. Na página 5, o autor lamenta não poder fazer observações sobre as possibilidades dessas fibras vegetais

32. CÂMARA, Manuel Arruda da. [*Memória sobre a cultura dos algodoeiros*] [Manuscrito] [1797]. Objeto digital: mss1498425.

33. CÂMARA, Manuel Arruda da, 1752-1810. *Memoria sobre a cultura dos algodoeiros, e sobre o methodo de o escolher e ensacar...* [Livro]. Objeto digital: or1355335.

na confecção de papel — que então era obtido por meio da maceração de trapos de tecido — por não haver uma fábrica em que pudesse fazer as experiências necessárias.³⁴

Outra obra de grande interesse, publicada pela Impressão Régia em 1819, é um manual contendo instruções para a coleta, a conservação e a catalogação dos espécimes destinados a museus e jardins botânicos.³⁵ O livro é uma tradução do manual francês publicado no ano anterior, acrescido de observações enviadas pelos correspondentes da Academia de Ciências de Lisboa e de reflexões sobre a fauna e a flora brasileiras e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, fundado em 1808.

Por último, chamamos atenção para *O Patriota*,³⁶ periódico publicado pela Impressão Régia entre 1813 e 1814. Nele, se deu bastante espaço às ciências e às artes, sempre com a perspectiva utilitária característica do Século das Luzes. Segundo Lorelai Kury, os textos publicados no periódico eram majoritariamente produzidos por funcionários da Coroa; o próprio editor, o baiano Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, era professor da Academia Real Militar do Rio de Janeiro e autor de traduções de manuais

34. CÂMARA, Manuel Arruda da, 1752-1810. *Dissertação sobre as plantas do Brasil...* - [Livro]. 1810. Objeto digital: bndigital1830.

35. MUSEUM national d'histoire naturelle (França) . *Instrução para os viajantes e empregados nas colonias sobre a maneira de colher, conservar e remetter os objectos de historia natural [Livro] : precedida de algumas reflexões sobre a historia natural do Brazil e estabelecimento do Museu e Jardim Botânico em a Côrte do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, RJ: Impr. Régia, 1819. Objeto digital: drgl416555.

36. O PATRIOTA. 1813-1814. Rio de Janeiro. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/opatriota/opatriota.htm. Acesso em: 19 jul. 2024.

de matemática e astronomia. Trabalhos já editados pela Tipografia do Arco do Cego, inclusive a memória de Arruda da Câmara sobre os algodoeiros, também foram republicados em suas páginas.

Os textos científicos de finalidade prática valorizavam muito o uso de gravuras, cuja reprodução era bastante cara. *O Patriota* publicou apenas seis, além de várias tabelas, em seus 18 números.

O comércio livreiro no Rio de dom João

Em 1808, a chegada da família real portuguesa operou uma transformação no Rio de Janeiro. Naquele mesmo ano, foram fundados o primeiro banco e a primeira tipografia e se estabeleceram instituições de ensino e de ciência, tais como o Jardim Botânico. A cidade cresceu em população e em movimento, recebeu inúmeras melhorias, ganhou novas ruas e novos limites geográficos. Além disso, não apenas se tornou a sede administrativa do governo português, mas, por meio do decreto de abertura dos portos, passou a ocupar o papel que antes pertencera a Lisboa no que diz respeito ao comércio e à circulação de bens.

Entre muitas mercadorias, os livros também passaram a afluir com mais facilidade para o Brasil, agora vindos não apenas de Portugal, mas de várias partes do mundo. Segundo a professora Márcia Abreu, a maioria dos livros que aqui chegaram no período joanino vinham da Inglaterra e da França, mas também havia obras provenientes de Angola e demais colônias portuguesas, de outras partes da América, tais como Havana, e ainda de localidades no Oriente, como Bengala e Calcutá, com as quais Portugal comerciava havia vários séculos.

Todos esses livros, incluindo aqueles que se destinavam às demais províncias do Brasil, necessitavam de licença para circular e passavam pela inspeção dos funcionários da Mesa de Desembargo do Paço, no Rio de Janeiro. A espera podia ser longa: um livreiro estabelecido em 1816, Jerônimo Gonçalves Guimarães, estimava de seis a sete meses o tempo necessário para trazer de Portugal as obras encomendadas pelos clientes, com um acréscimo de 25% sobre o preço de venda na Europa. Isso, porém, não deteve nem os ávidos leitores, nem os comerciantes, cujo número na cidade só fazia crescer: se, em 1808, o Rio de Janeiro contava com quatro livrarias, já no ano seguinte surgiram mais duas, incluindo a loja da Impressão Régia, e pelo menos mais nove até 1821, quando dom João deixou o Brasil. Note-se que os livros também eram vendidos em lojas de comércio geral, como armarinhos, lojas de tecido e boticas. Eram, ainda, incluídos nas listas de mercadorias apresentadas por comerciantes não identificados como livreiros, dentre os quais estavam várias firmas francesas e inglesas.

Na Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional, encontra-se uma relação das obras oferecidas pelo comerciante francês Pierre Constant Dalbin, que esteve no Brasil entre 1816 e 1821. Há um erro de composição na primeira página.³⁷

Um dos mais conhecidos livreiros que atuaram no Rio de Janeiro foi Paulo Martin, descendente de uma família francesa

37. CATALOGO de livros gregos, latinos, hespanhoes, italianos, inglezes, etc. que se achão de venda em casa de P. C. Dalbin e C.^a [Livro]. Rio de Janeiro, RJ: P. C. Dalbin e C.a, 1280 [i.e. 1820]. Objeto digital: or1384783.

que comerciava com livros desde o século XVI. No início do século XVIII, estabeleceram-se em Lisboa, de onde fizeram remessas de obras para o Brasil e de onde, em 1799, o jovem Paulo embarcou rumo à futura sede da corte. Embora, em princípio, afirmasse que não iria abrir uma loja de livros no Brasil, parece ter sido exatamente isso que fez, contribuindo para que a circulação de obras entre os dois países aumentasse ainda mais. Atuou, inclusive, como editor, publicando alguns títulos na Impressão Régia, além de distribuir periódicos impressos na Bahia, que podiam ser adquiridos de forma avulsa ou por meio de assinatura.

Tal como ocorre até hoje, o comércio livreiro dependia, frequentemente, de uma rede de contatos espalhada por várias cidades e países. Márcia Abreu menciona parcerias entre vendedores, alguns dos quais não eram identificados sequer como negociantes. Para citar um exemplo, o livreiro e editor baiano Manuel Antônio da Silva Serva, que viria a abrir em Salvador a segunda tipografia do Brasil (1811), tinha como representante no Rio de Janeiro o livreiro Joaquim da Silva Porto, além de vender suas publicações por intermédio de Jerônimo Gonçalves Guimarães e, possivelmente, de Manoel da Cunha Guimarães, a quem remeteu mais de 120 livros de uma vez. Ele próprio, quando se encontrava na corte tratando das licenças para sua tipografia, tratou de fazer imprimir um catálogo das obras que tinha para vender. Por ele, ficamos sabendo que, além dos livros, a loja vendia artigos domésticos, tais como lustres, encerados e alcatifas (tapetes).³⁸

38. SERVA, Manuel Antonio da Silva, m. 1819. *Noticia do Catalogo de Livros, que se achão a venda em Casa de Manoel Antonio da Silva*

Assim, o Rio de Janeiro se tornou cada vez mais um polo não apenas de comércio, mas também de trocas culturais, facilitada pela multiplicação de livros e periódicos que, embora chegassem às mãos de uns poucos letrados, por outro lado veiculavam notícias e ideias que acabavam por se propagar e ser debatidas em círculos mais amplos.

Serva na Rua de S. Pedro n.17 o qual por hum commodo preço, como abaixo declara, attendendo a demorar-se muito pouco tempo nesta Côrte... [Livro]. Rio de Janeiro, RJ: Impr. Régia, 1811. Objeto digital: or5548/or5548.

A tipografia de Silva Serva

A chegada da corte portuguesa acarretou inúmeras transformações para o Brasil que não se resumiram à cidade do Rio de Janeiro. Novos decretos, leis e alvarás facilitaram as transações comerciais e o estabelecimento de fábricas e indústrias em vários pontos do território, o que, a partir de 1811, incluiu outras tipografias além da Impressão Régia.

Ao escrever sobre os livros e bibliotecas no Brasil colonial, Rubens Borba de Moraes afirma que o estabelecimento de casas impressoras por particulares foi uma consequência do alvará de 1º de abril de 1808, que passou a permitir o estabelecimento de manufaturas no país. Esse alvará revogava um anterior, assinado por D. Maria, rainha de Portugal, em 1785,³⁹ no qual se proibia a existência de qualquer fábrica, exceção feita àquelas que produziam tecidos grosseiros, usados para a confecção de sacos, bem como de roupas dos escravizados. O motivo alegado: os colonos

39. MARIA I, Rainha de Portugal, 1734-1816. [*Alvará régio proibindo no Brasil todas as fábricas e manufaturas de ouro, prata, sedas, algodão, linho e lã, só permitindo as de fazenda grossa de algodão*]. [Manuscrito]. Objeto digital: mss1289262.

deviam se dedicar à agricultura e à exploração dos recursos naturais, tais como o ouro e outros minérios.

Com a revogação, assinada pelo Príncipe Regente, foram muitos os que se lançaram à empreitada de abrir fábricas e indústrias, inclusive tipografias. Destas, a primeira a obter licença foi a de Manuel Antônio da Silva Serva, português que se mudou para o Brasil no final do século XVIII e se estabeleceu em Salvador como comerciante. Vendia livros importados da Europa, mas também outros produtos, tais como tapetes, lustres e móveis — os chamados “trastes domésticos”.

Uma curiosidade é ter sido Silva Serva o futuro editor e tipógrafo o provável criador das “medidas do Bonfim”, feitas de algodão, antecessoras das famosas “fitinhas” adquiridas por nove entre dez visitantes de Salvador. Ele era tesoureiro da irmandade da Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim, e teria criado essas fitinhas em 1809 para vender e, assim, levantar recursos. Ao mesmo tempo, já se empenhava em abrir sua futura tipografia: naquele ano, teria viajado a Portugal e à Inglaterra, onde se supõe ter adquirido equipamento para a empresa; em 1810, se encontrava na corte, fazendo diligências para obter as devidas autorizações. Para isso, contava com a ajuda do conde dos Arcos, governador da Bahia entre 1810 e 1818, que se empenhou tanto para a fundação da oficina tipográfica quanto para a criação de uma Biblioteca Pública em Salvador.

Em fevereiro de 1811, veio a autorização para montar a tipografia, que foi instalada na Freguesia de Conceição da Praia. Logo passou a publicar livros e folhetos sobre os mais diversos assuntos, a exemplo do que fazia a Impressão Régia, no Rio de Janeiro. Rubens Borba de Moraes destaca

os de medicina, destinados à Escola de Cirurgia fundada na Bahia em 1808, e as obras religiosas. Não eram poucos, também, os que se dirigiam à oficina para imprimir poemas elogiosos dirigidos à família real.⁴⁰

Uma das mais importantes produções da tipografia soteropolitana foi o periódico *Idade d'Ouro do Brazil*,⁴¹ cuja criação já fora proposta por Silva Serva ao requerer sua licença. Até então, só havia um periódico impresso no país: a *Gazeta do Rio de Janeiro*, o jornal oficial da corte, que saía pela Impressão Régia e era editado pelo frei Tibúrcio José da Rocha. Ao conseguir a licença de impressão, em maio de 1811, Silva Serva se comprometeu a assumir um papel semelhante, publicando os decretos ministeriais e as notícias políticas, bem como a dar conta das “descobertas úteis” e “novidades mais exatas de todo o mundo”. O jornal tinha quatro páginas e circulava três vezes por semana, estando sujeito a censura.

Em 1812, o periódico passou a publicar um suplemento chamado “Variedades” ou “Ensaio de Literatura”, considerado a primeira revista cultural brasileira. O *Idade d'Ouro* foi publicado até 1823 e não apenas circulava em Salvador, mas era enviado de barco à corte e a outras partes do país, onde tinha assinantes. Entre seus

40. MORAIS, José Francisco Cardoso de, 1761-1842? *Epicínio em testemunho de Religiosíssima Fidelidade, de rendida Vassalagem, e de Gratidão mui respeitosa, e humildemente*. D.O.C. . 1818. Objeto digital: or1511069.

41. IDADE D' Ouro Do Brazil (BA) - 1811 a 1823. Disponível em: https://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/idadedouro/idadedouro.htm. Acesso em: 19 jul. 2024.

pontos de venda, estava a loja do livreiro Paulo Martin, no Rio de Janeiro.

E, uma vez que a mencionamos, a Biblioteca Pública da Cidade da Bahia também foi inaugurada em 1811. Seu catálogo foi impresso em 1818 na Tipografia de Silva Serva; segundo informação constante da BN Digital, trata-se do primeiro catálogo de biblioteca publicado no Brasil.⁴²

42. BIBLIOTECA PÚBLICA (Salvador (BA). *Catalogo dos livros que se achão na Bibliotheca publica da cidade da Bahia* [Livro] , Salvador, BA : Typ. de Manuel Antonio da Silva Serva, 1818. Objeto digital: or139588.

Primeiras tipografias particulares no Brasil

Os primeiros anos após o estabelecimento da família real portuguesa no Brasil viram crescer rapidamente o comércio livreiro. O surgimento de novas tipografias, porém, ocorreu de forma mais lenta, limitado, entre outros fatores, pela necessidade de adquirir e transportar maquinário desde a Europa e contratar trabalhadores especializados. Até o treinamento de aprendizes era demorado e demandava muitos gastos, razão pela qual Manuel da Silva Serva, dono da primeira tipografia particular do Brasil — fundada em 1811, em Salvador —, encaminhou uma petição em que solicitava a dispensa do serviço militar para seus empregados.⁴³

Em 1816, concedeu-se licença ao comerciante Ricardo Fernandes Castanho para que montasse uma oficina em Pernambuco. As máquinas, contudo, ficaram paradas em

43. [REQUERIMENTO em que Manuel Antônio da Silva Serva, proprietário da única oficina tipográfica da Bahia, pede a sua majestade que se digne estender a isenção de recrutamento para as tropas concedida aos empregados da dita oficina, ao mestre livreiro e aos oficiais e aprendizes que se forem admitindo na mesma] [Manuscrito] [S. l.: s. n.], [1811] - [1816]. Objeto digital: mssp0000340.

seu armazém durante meses por falta de quem soubesse operá-las. Só em março de 1817, ao eclodir a revolução pernambucana, os prelos se puseram em movimento pelas mãos do tipógrafo inglês James Pinches e de auxiliares improvisados. Neles, se imprimiu o folheto intitulado *Preciso dos sucessos que tiveram lugar em Pernambuco...*, o primeiro a contestar a autoridade da Coroa e a dar conta dos acontecimentos da revolução. Pouco depois, a tipografia passou a se chamar “Oficina Tipográfica da 2^a. Restauração de Pernambuco” e, já sem a colaboração de Pinches, imprimiu outros folhetos e avisos.

O *Preciso* não tem indicação de oficina. Trata-se de um impresso, mas integra um dossiê de documentos sobre a Revolução de Pernambuco que se encontra na Seção de Manuscritos.⁴⁴

Sufocada a revolução, o governo cassou o alvará de funcionamento da oficina, devido ao “infame abuso” que dela se fez, e ordenou que todo o material fosse enviado ao Rio de Janeiro. No entanto, só uma parte acabou por ser despachada; o que ficou, foi acrescido de um prelo de madeira e utilizado pelo governador Luiz do Rego Barreto para imprimir algumas proclamações e outros papéis, bem como o primeiro jornal de Pernambuco, o “Aurora Pernambucana”.

Em agosto de 1821, teve fim a censura oficial, com o que o Brasil passou a ter liberdade de imprensa. Esse

44. [PRECISO dos sucessos que tiveram lugar em Pernambuco desde a faustíssima e gloriosíssima revolução operada e felismente na praça do Recife, aos seis de março de 1817, em que o generoso esforço dos nossos bravos patriotas exterminou daquela parte do Brasil o monstro infernal da tirania real]. [S. l.: s. n.], 1817. Objeto digital: cmc_ms618_09_02.

foi mais um fator que incentivou o surgimento de oficinas tipográficas, muitas das quais tinham a finalidade de produzir gazetas, proclamações e panfletos em defesa da Independência e dos novos ideais constitucionais.

Entre as várias iniciativas verificadas nas províncias, em 1821, foi fundada a primeira tipografia do Maranhão; em 1822, já circulavam os primeiros jornais do Pará e de Minas Gerais; em 1824, a primeira tipografia cearense foi inaugurada com um prelo vindo do Recife. Já o Rio Grande do Sul só teria produção tipográfica a partir de 1827, assim como São Paulo, onde o advogado José da Costa Carvalho, Marquês de Monte Alegre, imprimiu o *Farol Paulistano* com um prelo adquirido na Inglaterra. O primeiro número estampava, em francês: “A liberdade é uma bigorna que gastará todos os martelos”.⁴⁵

Enquanto isso, na corte, o movimento era ainda maior. Entre 1821 e 1836, surgiram no Rio de Janeiro pelo menos dez tipografias, várias das quais filiais de casas estabelecidas em Portugal e na França. Nelas, se publicaram impressos de todo tipo, incluindo periódicos como o monarquista *O Espectador Brasileiro*, de Pierre René François Plancher — mais tarde editor do *Jornal do Commercio*, fundado em 1827 v, e *Aurora Fluminense*, do mesmo ano, cujo redator, Evaristo da Veiga, foi o autor da letra do “Hino à Independência”.

45. O FAROL PAULISTANO: Là liberté est une enclume qui userà tous les marteaux (SP) — 1827 a 1831. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=700169&pagfis=1>. Acesso em: 19 jul. 2024.

Inocentado da acusação de ser um falsário, Plancher se tornou amigo de dom Pedro I e obteve permissão de usar o título de “impressor imperial”. Uma das obras saídas de seu prelo foi o *Almanaque dos Negociantes do Brasil*.⁴⁶

46. ALMANAK dos Negociantes do Imperio do Brasil [Periódico]Rio de Janeiro, RJ : Typ. de Plancher-Seignot, 1827- . Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/almanak-dos-negociantes/706191>. Acesso em: 19 jul. 2024.

O editor Paula Brito

Os anos que se seguiram à Independência viram crescer a atividade tipográfica no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, sede da corte. Livros, folhetos, partituras e periódicos saíam diariamente dos prelos e eram vendidos nas livrarias das casas impressoras, várias das quais eram filiais de empresas estabelecidas na Europa.

Em meio a nomes como Plancher, Villeneuve, Laemmert e Leuzinger destaca-se um de sonoridade bem brasileira: o de Francisco de Paula Brito, que atuou na área editorial desde 1831 até sua morte e foi um dos principais articuladores da vida cultural e intelectual naquele período. Em crônica datada de 1865, publicada no *Diário do Rio de Janeiro*, Machado de Assis se referiu a ele como “o primeiro editor digno desse nome que houve entre nós” — opinião que ganha força, tendo em vista não apenas o papel de relevo ocupado por Paula Brito na história editorial do Brasil, mas também o fato de que, segundo especialistas em história do livro, foi justamente por volta de 1830 que a figura do editor passou a se distinguir da do impressor e livreiro, definindo novos parâmetros para a indústria e o mercado editorial.

Paula Brito é um exemplo desse novo modelo de editor. Filho de escravizados libertos, ingressou aos 15 anos como

aprendiz na Tipografia Nacional, sucessora da Impressão Régia, de onde passou à Tipografia de R. Ogier e, mais tarde, à de Seignot-Plancher. Nesta, foi compositor e, mais tarde, ocupou os cargos de diretor de prensas, redator e tradutor. Em 1831, comprou uma loja de encadernação e livros, situada na Praça da Constituição, atual Praça Tiradentes, à qual anexou um prelo de madeira.

Entre setembro e novembro de 1833, Paula Brito publicou cinco números do jornal *O Homem de Cor*, depois chamado *O Mulato ou o Homem de Cor*.⁴⁷ Rodrigo Camargo de Godói, professor da Unicamp e autor de um livro sobre Paula Brito, observa que não se tratava de um jornal abolicionista, mas reivindicava direitos para os homens negros livres, dos quais havia nas capitais um número expressivo. Vários eram letrados e exerciam diferentes ofícios e profissões. Paula Brito contava com alguns em sua oficina, e teria sido o primeiro a dar emprego, como aprendiz de tipógrafo, ao jovem Machado de Assis. Anos mais tarde, o primeiro poema de Machado (até onde se sabe) saiu no *Marmota Fluminense*, o mais famoso dos jornais editados por Paula Brito, que circulou entre 1849 e 1864 e contava com a colaboração de nomes ilustres, tais como Joaquim Manuel de Macedo e o próprio Machado de Assis.

Ainda segundo Godói, foi a partir da década de 1840 que Paula Brito começou de fato a prosperar. Aproximou-se do Partido Conservador, ao qual permaneceria ligado até o fim da vida, aproveitou o financiamento proporcionado

47. O HOMEM DE CÔR (RJ) - 1883. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=701815&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 19 jul. 2024.

aos empresários pelo governo e adquiriu um prelo mecânico, importado da França. E, animado pelo sucesso dos romances franceses, decidiu correr o risco financeiro de publicar narrativas brasileiras, começando por seu amigo de juventude, Teixeira de Sousa, e em seguida ampliando o catálogo com nomes como Macedo, Gonçalves Dias e José de Alencar.

Um dos fundadores da “Sociedade Petalógica” — grupo de intelectuais que se reunia em sua tipografia para debater histórias inverídicas, boatos e disparates, ou seja, “petas”, e assim refletir sobre a condição humana e desmascarar os mentirosos —, Paula Brito, ao mesmo tempo, se dedicava a traduzir autores clássicos, a escrever contos e poemas, a imprimir periódicos e panfletos de terceiros (cujas identidades garantia manter em segredo) e também os seus próprios, como *A Mulher do Simplício* ou *A Fluminense Exaltada* (1832-1846).⁴⁸

Nesse jornal, assim como em outras publicações de Paula Brito, fazem-se críticas à condição das mulheres, em especial à prática de casá-las por interesse e com homens muito mais velhos. Cláudia Alves Caldeira observa ainda que o editor deu espaço a algumas autoras, publicando os poemas de Beatriz Francisca de Assis Brandão e o romance *D. Narcisa de Villar*, de Ana Luiza de Azevedo Castro, que saiu como folhetim.

Desde 1850, a tipografia de Paula Brito se chamava Dous de Dezembro, nome dado em homenagem ao aniversário

48. A MULHER DO SIMPLÍCIO ou A Fluminense Exaltada (RJ) - 1832 a 1846. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=702153&pagfis=1>. Acesso em: 19 jul. 2024.

de dom Pedro II. Em 1857, após desentendimentos com os acionistas, a oficina passou a levar apenas o nome do editor e viu sua atividade diminuir. Ainda funcionaria até 1875, administrada pelo genro e pela viúva de Paula Brito. Este faleceu em 1861, “pobre como vivera”, nas palavras de Machado de Assis. Mesmo assim, seu cortejo fúnebre foi extremamente concorrido, prova de sua importância para a cultura e a vida intelectual da corte.

A Typographia Universal dos Laemmert

Uma das casas impressoras de maior destaque a se estabelecer no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX, foi a dos irmãos Edward e Heinrich Laemmert.

Mais conhecidos pelas formas abasileiradas de seus nomes — Eduardo e Henrique —, os irmãos nasceram no ducado de Baden, Alemanha, filhos de um pastor protestante. Eduardo, que trabalhara numa tipografia em Paris, foi o primeiro a vir para o Rio de Janeiro, onde passou algum tempo à frente da filial de uma loja francesa até abrir a sua própria, a Livraria Universal. Em 1837, regressou à Europa para comprar máquinas impressoras e, no ano seguinte, fundou com o irmão Henrique a firma E. & H. Laemmert, voltada para o comércio de livros e partituras musicais.

Ainda em 1838, os irmãos inauguraram a Typographia Universal e passaram a fazer suas próprias edições. Desde o início, o empreendimento foi um sucesso: no início da década de 1860, a tipografia contava com mais de cem empregados, uma oficina de encadernação e trabalhava com máquinas movidas a vapor.

O acervo da Seção de Obras Raras abriga um catálogo da livraria dos irmãos Laemmert, possivelmente de 1859 ou 1860. Os livros anunciados também são vendidos noutra loja, localizada em Salvador.⁴⁹ Segundo Laurence Hallewell, por essa época, a firma dos Laemmert havia publicado cerca de 400 títulos, incluindo periódicos. Um dos mais conhecidos é o semanário *Correio das Modas* (1839-1840),⁵⁰ que trazia artigos sobre moda, bailes, teatro e variedades e contava com colaboradores tão ilustres como Martins Pena e Gonçalves Dias.

As publicações mais conhecidas da Typographia Universal são as *Folhinhas* e o *Almanak Laemmert*. As *Folhinhas* eram edições populares, de pequeno formato e grandes tiragens, que todos os anos eram reimpressas com informações atualizadas; já eram publicadas no Brasil desde 1824 por editores como Ogier e Plancher, e continuaram a sê-lo por vários outros, tais como Francisco de Paula Brito. As dos irmãos Laemmert surgiram em 1839 e tinham temas variados. A primeira parte trazia informações sobre o redator, calendários, uma retrospectiva do ano anterior, enquanto a segunda metade tratava de assuntos específicos; estes determinavam o título daquela edição e iam desde saúde e ciência até anedotas e textos de ficção moralizantes. A publicação fez tanto sucesso que, na

49. LAEMMERT & CIA. (Rio de Janeiro, RJ). [Catálogo de] livros em portuguez publicados e à venda em casa de E. & H. Laemmert [Manuscrito][18--?]. Objeto digital: bndigital0260.

50. CORREIO das Modas, Jornal Critico e Litterario: Das Modas, Bailes, Theatros, Etc. (RJ) - 1839 a 1840. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=717274&pagfis=4>. Acesso em: 19 jul. 2024.

década de 1860, tinha atingido a tiragem de 100 mil exemplares, além de merecer citações numa crônica de José de Alencar e no romance *A carteira de meu tio*, de Joaquim Manuel de Macedo.

Por sua vez, o Almanak Laemmert, lançado em 1844, pretendia, nas palavras dos editores, poupar o tempo gasto pelos leitores a descobrir onde se encontravam casas comerciais, missões diplomáticas, escritórios de advogados e outros estabelecimentos. Sua primeira edição trazia extensas listas de membros da família real, detentores de títulos de nobreza, funcionários públicos, bem como os endereços de instituições culturais, lojas e indústrias. As edições seguintes foram ampliadas com outras informações, e o Almanak cresceu não apenas em volume — chegando a alcançar mais de mil páginas —, mas também em formato, passando dos 10x15cm iniciais para 14x22cm. Com cerca de 400 assinantes em algumas edições, no final do século XIX circulava em todo o Brasil, e também teve citações ilustres: por Machado de Assis, em *Iaiá Garcia*, e num conto de Monteiro Lobato, publicado em seu livro *Urupês* (1918). A Hemeroteca Digital disponibiliza o Almanak Laemmert em suas edições de 1891 aos anos 1940.⁵¹ Nas últimas edições, os editores já eram outros, mas o nome se mantinha.

Conhecidos por seu tino comercial, os irmãos Laemmert investiram na publicação de romances populares,

51. ALLMANAK Laemmert : Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) — 1891 a 1940. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/almanak-administrativo-mercantil-industrial-rio-janeiro/313394>. Acesso em: 19 jul. 2024.

inicialmente apenas traduzidos, como *Carlos Magno e os doze pares de França* e as obras de Eugène Sue. Quando o mercado se mostrou favorável, passaram a publicar também autores brasileiros. Algumas vezes, se associavam a outros editores e livreiros, como ocorreu em 1845, quando se uniram a Paula Brito e outros comerciantes para anunciar uma subscrição que financiaria a nova edição de *A Moreninha*. Por outro lado, mantiveram ao longo de décadas uma rivalidade com a Livraria Garnier, instalada na mesma rua do Centro do Rio de Janeiro, que funcionou a partir de 1844.

Eduardo Laemmert se retirou dos negócios em 1870, ao passo que Henrique trabalhou até 1884, ano de sua morte. A empresa se manteve em atividade até 1909. Ao deixar definitivamente a edição de livros, sua produção, segundo Hallewell, totalizava 1440 trabalhos de autores brasileiros e mais de 400 obras traduzidas de quatro idiomas, sobre os mais diferentes assuntos. Assim, os irmãos Laemmert e sua Typographia Universal deixaram uma marca perene na história do livro no Brasil.

A Casa Leuzinger

Pioneiro das artes gráficas no Brasil, o suíço Georg — ou, como ficou mais conhecido, Georges Leuzinger — chegou ao país aos 19 anos de idade para trabalhar numa firma de exportações. Esta faliu em 1840 e, no mesmo ano, Georges abriu seu próprio negócio, iniciado com a compra da papelaria e encadernadora de um conterrâneo, Jacques Bouvier. Conhecida como Casa Leuzinger, a empresa se expandiria, ao longo das décadas seguintes, até se converter num complexo editorial que incluía tipografia, oficinas de gravura, estamperia e um atelier fotográfico, tudo equipado com o que havia de mais moderno em termos de tecnologia.

Em seu livro *O velho comércio do Rio de Janeiro*, publicado em 1908, o jornalista Ernesto Senna descreveu Leuzinger como um excelente empreendedor, figura humana interessante e generosa e, após um estranhamento inicial, muito bem adaptado ao Brasil. De fato, uma empresa como a sua não poderia ter encontrado ambiente mais propício: sede da corte brasileira e importante polo cultural do país, o Rio de Janeiro oitocentista era o lugar ideal para fazer prosperar uma firma que oferecia não apenas livros, mas também medalhas, diplomas, brasões, cartões de visita, retratos, gravuras e, mais tarde, fotografias.

As primeiras estampas editadas por Leuzinger foram, possivelmente, um conjunto de vistas do Rio de Janeiro, fruto de colaboração entre dois artistas: o tenente da Marinha Warre e o francês Alfred Martinet. As imagens foram impressas em 1845 na Litografia Heaton & Rensburg, no Rio de Janeiro. Podemos ver uma dessas estampas, em edição do início do século XX, digitalizada a partir do acervo da Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional.⁵²

Nos anos 1850, Leuzinger passou a editar estampas executadas a partir de daguerreótipos e não mais de desenhos. Suas gravuras eram vendidas tanto no Brasil como na Europa, e sua loja também oferecia litografias estrangeiras, principalmente da Maison Lemercier, sediada em Paris. O mercado era favorável, com demanda cada vez maior por livros e revistas ilustrados. Apesar de ter a colaboração de vários artistas, no entanto, Leuzinger acabou por fechar a oficina de gravura e se dedicar à fotografia, de que criou um atelier em 1865. Dele, saíam trabalhos importantes para a história da fotografia brasileira, tais como uma imagem do alto da Boa Vista, publicada entre 1865 e 1874,⁵³ e a série de imagens da Amazônia feitas pelo alemão Albert Frisch, que viajara ao norte do país na companhia do engenheiro, cartógrafo e desenhista Franz Keller. Este, que se casou com a filha mais velha de Georges Leuzinger

52. MARTINET, Alfred, 1821-1875. Vista da Bahia e de parte da cidade, desde a Fortaleza da Laje, o Pão de Açúcar até o Outeiro da Glória. [Iconográfico]. [191-]. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon354246/icon354246.jpg. Acesso em: 19 jul. 2024.

53. LEUZINGER, George, 1813-1892. [Boa] Vista, Tijuca: lado direito [Iconográfico]. Objeto digital: icon877064.

e acrescentou ao seu o sobrenome da esposa, é tido como o provável responsável pelo atelier de fotos, no qual teria dado aulas a Marc Ferrez. Além do genro, Leuzinger contava com a ajuda de vários de seus treze filhos para administrar e expandir os negócios; sua empresa, da qual os pesquisadores sempre destacam o caráter familiar, passou a se chamar G. Leuzinger e Filhos a partir de 1873.

Além do trabalho iconográfico, que lhe rendeu prêmios, menções honrosas e elogios de artistas como Victor Meireles — bem como do Imperador Pedro II, aficionado por fotografia —, a Casa Leuzinger também publicou periódicos e livros. Entre eles, obras de Taunay, Joaquim Nabuco, Capistrano de Abreu; o Censo Geral do Império, de 1872; o primeiro volume dos Anais da Biblioteca Nacional, de 1876; e o catálogo da Exposição Permanente de Cimélios da Biblioteca Nacional,⁵⁴ editado por João Saldanha da Gama (1885).

A BN Digital publicou um artigo⁵⁵ da bibliotecária Maria Ione Caser da Costa sobre *O Besouro: folha ilustrada humorística e satírica*. A partir dele, pode-se acessar o periódico, fundado pelo caricaturista português Rafael Bordallo Pinheiro e editado pela Casa Leuzinger em 1878.

54. BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Catálogo da exposição permanente dos cimélios da Bibliotheca Nacional* [Livro]: publicado sob a direção do bibliothecario João de Saldanha da Gama. 1885. Objeto digital: drg73116.

55. COSTA, Maria Ione Caser da. *O Besouro: Folha illustrada humorística e satyrica*. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/periodicos-literatura/titulos-impresos-periodicos-literatura/o-besouro-folha-illustrada-humoristica-e-satyrica/>. Acesso em: 19 jul. 2024.

Em 1881, ano em que publicou o primeiro volume do *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, Georges doou à Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional um conjunto de 114 imagens, boa parte das quais está atualmente disponível na BN Digital. Em 1889, a Casa Leuzinger, que estivera em várias mostras e obtivera prêmios internacionais, participou da Exposição Universal de Paris. Georges Leuzinger faleceu em 1892, às vésperas dos 80 anos; a firma continuou em atividade, mas, nas primeiras décadas do século XX, já não tinha qualquer ligação com a família de seu fundador.

A Livraria e Editora Garnier

Ao falar sobre as livrarias e editoras no Brasil do século XIX, o primeiro nome a ser mencionado é frequentemente o de Garnier. Ou melhor, o de Baptiste-Louis Garnier, francês que veio para o Brasil em 1844 após ter trabalhado na livraria Garnier Frères, pertencente a seus irmãos mais velhos, Auguste e Hippolyte. O negócio cresceu a partir da compra de estoque, mobiliário e direitos de publicação de editoras que encerravam atividades. Isso possibilitou inclusive a abertura de uma filial espanhola, a Garnier Hermanos (1849), em que os jovens franceses sucederam ao livreiro Vicente Salvá.

A Garnier fundada por Baptiste-Louis no Brasil era também uma filial da livraria parisiense. Instalou-se na rua do Ouvidor, ponto nevrálgico do comércio e da vida intelectual do Rio de Janeiro, e ocupou dois diferentes endereços da rua do Ouvidor. O segundo, no nº 71, ficava em frente à Livraria Universal, que pertencia aos seus maiores concorrentes, os irmãos Eduardo e Henrique Laemmert. Como era comum na época, a loja começou vendendo produtos variados, como charutos e perfumes. Depois, se concentrou nos livros, que tratavam dos mais variados assuntos:

textos religiosos; obras sobre direito, filosofia, política, livros para crianças; romances estrangeiros traduzidos — aos quais se juntariam as obras de escritores brasileiros, tais como Machado de Assis, José de Alencar e Olavo Bilac —; e ainda obras de teor erótico anunciadas como “literatura para cavalheiros”, aqui comercializadas mais abertamente que na França.

No princípio, a Garnier fazia todas as impressões na Europa. Os catálogos nos primeiros anos da década de 1850 eram inteiramente em francês; isso se devia não apenas a questões de logística, mas também a uma estratégia de vendas, visto que os fluminenses de classes abastadas associavam a França a qualidade e bom gosto. A partir de 1857, houve certa autonomia entre as casas editoras da França e no Brasil, mas não se desvincularam por completo. Segundo alguns estudiosos, a Livraria Garnier de Paris foi a primeira a expor livros sobre um balcão para que pudessem ser folheados pelos clientes, e a prática foi adotada no Rio de Janeiro por Baptiste-Louis.

Em 1859, a Garnier passou a editar a *Revista Popular*,⁵⁶ de caráter informativo e recreativo. Ela reproduzia publicações estrangeiras sobre vários ramos da ciência, mas também tinha, entre outras, seções de música, literatura, moda e economia doméstica, que buscavam atrair o público feminino. O periódico era quinzenal, com 68 páginas e encartes ilustrados; as vendas eram feitas por sistema de assinatura e a distribuição era feita em várias cidades

56. REVISTA POPULAR (RJ) - 1859 a 1862. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=181773&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 19 jul. 2024.

brasileiras, bem como em Lisboa e Paris. A revista durou até 1862, quando passou a ser chamada *Jornal das Famílias*.⁵⁷ Com esse título, foi publicada até 1878, contando com colaboradores ilustres como Machado de Assis, Joaquim Norberto de Sousa Silva e Joaquim Manuel de Macedo.

Segundo Laurence Hallewell, Baptiste-Louis mantinha um revisor em Paris para cuidar das provas tipográficas dos livros em português. Só em 1873 adquiriu material de composição e máquinas impressoras e fundou a Typografia Franco-Americana, com a colaboração do amigo Charles Berry. Já então, tinha obtido os direitos de publicação dos mais célebres escritores da época e apresentara ao leitor brasileiro as obras de Honoré de Balzac, Alexandre Dumas, Charles Dickens e outros. Entre os muitos brasileiros, encontram-se Macedo, José de Alencar, Olavo Bilac e João do Rio, sem esquecer Machado de Assis, que, além de publicar pela Garnier, trabalhou para a editora como revisor. Era também assíduo frequentador dos encontros literários que tinham lugar na livraria.

O livro *Chrysalidas*, de Machado de Assis, foi publicado pela Garnier em 1864. O exemplar pertencente à Seção de Obras Raras tem dedicatória do autor a Francisco Ramos Paz.⁵⁸

Uma primeira leitura dos contratos da Garnier naquela época pode dar a impressão de que os autores eram

57. JORNAL DAS FAMÍLIAS (RJ) - 1863 a 1878. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=339776&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 19 jul. 2024.

58. ASSIS, Machado de, 1839-1908. *Chrysalidas* [Livro]: poesias. 1864. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or60425/or60425.pdf. Acesso em: 19 jul. 2024.

explorados pelo editor. A pesquisadora Lúcia Granja argumenta que os contratos eram redigidos de acordo com o que se praticava na Europa; as questões relativas a direitos autorais não eram tão regularizadas quanto hoje, e muitas vezes o editor pagava uma quantia que lhe dava o direito de publicar quantas tiragens quisesse. Segundo comparações feitas pela pesquisadora, Gustave Flaubert recebeu por *Madame Bovary*, publicada pelo editor francês Michel Lévy, menos do que vários colegas brasileiros publicados pela Garnier. Por outro lado, alguns escritores tinham contratos diferenciados, e recebiam um pequeno percentual da venda de cada exemplar.

A Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional tem, sob sua guarda, alguns dos contratos originais assinados entre Garnier e vários autores brasileiros, entre os quais um firmado com José de Alencar.⁵⁹

Baptiste-Louis faleceu em 1893, após prolongada doença. Segundo crônica de Machado de Assis na *Gazeta de Notícias*, ao ser levado para o funeral, o editor “saiu de casa pela primeira vez para ir a outro lugar que não a livraria”, na qual trabalhara por meio século. A empresa foi herdada por seu irmão Hippolyte, que enviou um representante ao Brasil para ficar à frente dos negócios; depois, passou a um sobrinho, Auguste Garnier, que também enviou um gerente. Já nessa época, as transformações

59. ALENCAR, José de, 1829-1877. [*Contrato celebrado entre José Martiniano de Alencar e o editor B. L. Garnier para a edição da obra Diva Perfil de Mulher, Minas de Prata e Iracema*] [Manuscrito]. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss_I_07_09_001/mss_I_07_09_001.pdf. Acesso em: 19 jul. 2024.

políticas e sociais dos primeiros anos da República vinham causando mudanças no panorama editorial, e as atividades da Garnier tinham diminuído muito; até que, em 1934 a livraria foi vendida a Ferdinand Briguier. Com o nome de Briguier-Garnier, durou até 1951, quando passou a ser propriedade da Difel. Por fim, alguns de seus ativos foram adquiridos pela editora Itatiaia.

O comércio livreiro na São Paulo no século XIX

A primeira tipografia de São Paulo surgiu por iniciativa do advogado José da Costa Carvalho, mais tarde Marquês de Monte Alegre. Em 1827, ele adquiriu um prelo e contratou um tipógrafo espanhol, José Maria Roa, a fim de produzir *O Farol Paulistano*, primeiro jornal editado na província.

No início de 1828, teve lugar um acontecimento que iria movimentar a vida cultural e intelectual de São Paulo. Num país onde os estudos superiores eram incipientes, a cidade foi escolhida para sediar uma das duas primeiras Faculdades de Direito — a outra foi instalada em Olinda, Pernambuco — e, embora não tenham sido muitos os estudantes a se formar nos primeiros anos, logo foi aberta uma livraria para atender a suas necessidades. Também publicações esparsas saíram do prelo nas décadas de 1830 a 1850, tanto em São Paulo como em outras cidades da província — entre as quais, Santos e Campinas.

Segundo o pesquisador Laurence Hallewell, em 1855 havia 600 estudantes matriculados na Escola de Direito de São Paulo. Eram atendidos por três livrarias, uma das quais, a de Fernandes de Souza, trabalhava apenas com publicações da área jurídica. Também havia três gráficas,

número que subiu no início da década de 1860. E foi nesse ano que o livreiro e editor francês Baptiste-Louis Garnier, já então estabelecido no Rio de Janeiro, decidiu abrir uma filial em São Paulo, atento à recepção que os livros franceses poderiam ter naquela cidade.

O escolhido para administrá-la foi um parisiense que viera para o Brasil aos 17 anos, Anatole-Louis Garraux, e que pouco tempo ficaria à frente da Garnier paulista. Já em 1863, ele abriu sua própria livraria, em sociedade com Raphael Suárez e Guelfe de Lailhacar: a Livraria Acadêmica, situada no Largo da Sé, mais tarde conhecida como Casa Garraux. Tal como muitos livreiros da época, sua loja oferecia uma variedade de artigos de luxo: caixas de joias, vinhos, charutos, tinteiros, papéis de carta.

Apesar da diversificação dos itens, o forte da Casa Garraux eram de fato os livros, dos quais, contudo, o francês chegou a imprimir muito poucos; ele era, principalmente, revendedor de obras de todos os gêneros, nacionais e estrangeiras, anunciadas em grossos catálogos atualizados de tempos em tempos. Para manter seu estoque, elogiado por muitos viajantes como o melhor do país, e para fazer seus livros circularem entre a Europa e o Brasil, bem como distribuí-los pelas províncias, valia-se das ligações entre os portos da costa brasileira e mantinha uma rede eficiente de comércio que incluía uma base em Recife — vizinha à outra Faculdade de Direito e onde seu sócio, Lailhacar, também tinha uma livraria — e outra em Paris, onde estava o terceiro sócio, Raphael Suárez.

Em 1872, a Casa Garraux se mudou para a rua da Imperatriz, antiga rua do Rosário, e passou a ser ponto de encontro de fazendeiros de café, cultura que vinha

enriquecendo a província. Em 1876, passou às mãos de outros proprietários, porém conservou seu nome, já consolidado no mercado. Assim funcionou até 1930, quando fechou as portas. Seu fundador falecera em 1904, em Paris, para onde havia retornado na década de 1890. Lá, fez publicar um catálogo de livros sobre o Brasil,⁶⁰ que o identifica como ex-livreiro em São Paulo e que parece, sobretudo, destinar-se a fazer uma homenagem ao país onde Garraux vivera por décadas.

Além de Garraux, vários outros livreiros atuaram em São Paulo no século XIX. Entre os mais destacados, encontram-se os irmãos portugueses António Maria e José Joaquim Teixeira, fundadores, em 1876, da Livraria Teixeira. Mais tarde, se tornaram editores e publicaram o primeiro livro de Olavo Bilac (*Poesias*, 1888); no mesmo ano, publicaram *A carne*, de Júlio Ribeiro, ambos impressos em Portugal. Também se pode citar o francês Gazeau, que abriu o primeiro “sebo” da cidade, em 1893 — o qual chegou a ter 100 mil volumes e só fecharia as portas em 1981 —; e o engenheiro Alcebiades Bertolotti, fundador da Livraria Italiana em 1894, quando muitos imigrantes dessa nacionalidade chegavam a São Paulo. Bertolotti foi o editor do jornal *Il Messaggero*,⁶¹ publicado entre 1891 e 1892 e voltado para a comunidade italiana, embora com alguns artigos e anúncios em português.

60. GARRAUX, Anatole Louis, 1833-1904. *Bibliographie brésilienne* [Livro]: Catalogue des ouvrages français e latins relatifs au Brésil (1500-1898). 1898. Objeto digital: or48376.

61. IL MESSAGGERO [Periódico]: giornale popolare. 1891. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br//acervo-digital/IL-Messaggero/713228>. Acesso em: 19 jul. 2024.

Impulsionada pelo *boom* do mercado cafeeiro, e com a população aumentada pela chegada de estrangeiros e de migrantes do Nordeste do Brasil, São Paulo, na virada do século XIX para o XX, já via sua indústria se desenvolver. Entre os novos setores estava o do papel, de que já havia fábricas no estado, em Salto do Itu e Osasco. Em 1890, foi fundada a Companhia Melhoramentos, pioneira no uso de madeira brasileira para produção de polpa de papel. Em 1920, a empresa se associaria à Editora Weiszflog Irmãos e, nesse mesmo ano, Monteiro Lobato publicou seu primeiro livro ambientado no Sítio do Picapau Amarelo, cuja distribuição e difusão marcaram o início de uma nova fase para a história editorial brasileira.

O livreiro e editor Francisco Alves

Um dos nomes mais relevantes para a história da indústria e do comércio do livro no Brasil é o de Francisco Alves, cuja editora — excetuando-se a Impressão Régia, hoje Imprensa Nacional — é a mais antiga em atividade no país.

Ao contrário de Garnier e dos irmãos Laemmert, que chegaram a exercer o ofício de livreiros na Europa e aqui abriram filiais de casas já existentes, Francisco Alves, português nascido em 1848, veio aos quinze anos para o Rio de Janeiro, onde completou seus estudos. Foi aprendiz na Livraria Clássica, fundada em 1854 por seu tio, Nicolau António Alves, e trabalhou no ramo de artigos náuticos antes de abrir uma loja de livros usados na rua São José. Assim, foi no Brasil que adquiriu sua formação como livreiro.

Após um breve regresso a Portugal, Francisco se instalou novamente na corte, a convite do tio, com quem passou a trabalhar. Isso aconteceu em 1882, e, no ano seguinte, o mais jovem dos Alves se naturalizou brasileiro. Logo, se tornaria sócio da firma e, em 1897, seu único proprietário, dando continuidade à linha editorial promovida por Nicolau, que se especializara em livros didáticos e acadêmicos. O

momento era oportuno, pois, com a República, haviam crescido a atenção e a verba destinadas à Educação; centenas de escolas foram abertas nesse período, principalmente em São Paulo, onde, em 1894, Francisco Alves instalou a primeira filial de sua livraria. A sede também se mudou para um local mais espaçoso, na rua do Ouvidor. Segundo Laurence Hallewell, em meados da década de 1890, a firma detinha um quase monopólio da produção de livros didáticos, que imprimia em grandes tiragens, barateando os custos e, conseqüentemente, os preços finais.

No início do século XX, Francisco Alves abriu nova filial em Belo Horizonte — construída para se tornar a nova capital de Minas Gerais, em substituição a Ouro Preto —, e adquiriu várias empresas rivais, inclusive a Laemmert. Em 1913, comprou também uma firma lisboeta com filial no Rio de Janeiro, a Livraria “A Editora”. Além disso, uniu forças com outra importante editora portuguesa, a Aillaud-Bertrand, o que facilitou a impressão de seus livros na Europa.

Como exemplo de obra didática publicada pela Francisco Alves, selecionamos um exemplar da sexta edição de *Histórias da nossa terra*, de Júlia Lopes de Almeida.⁶² O livro tem Francisco Alves e Aillaud como editores e foi impresso em Paris.

Além dos livros didáticos, muitos dos quais escritos por autores ilustres como Francisco Vianna, Afrânio Peixoto e Ramiz Galvão — sem contar as traduções e adaptações —, Francisco Alves também publicou obras literárias. Foram

62. ALMEIDA, Júlia Lopes de, 1862-1934. *Historias da nossa terra* [Livro] / 6. ed., rev. e aum. 1911. Objeto digital: drg15805.

seus autores, entre outros, Olavo Bilac, Raul Pompeia, Alberto de Oliveira e Euclides da Cunha — os direitos de edição para *Os Sertões* haviam sido adquiridos junto com a compra da Laemmert. Os contratos eram justos e até generosos para com os autores. Segundo testemunhos da época, o editor estava disposto a correr riscos publicando nomes desconhecidos, mas condicionava a publicação de um segundo livro ao bom desempenho nas vendas. Isso pode ter contribuído para o sucesso financeiro, mas, por outro lado, pode ter feito com que Alves “deixasse passar” alguns grandes talentos. Um exemplo disso pode ser encontrado no bilhete de Olavo Bilac endereçado a Lima Barreto, que integra o acervo da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.⁶³

De acordo com Francisco de Assis Barbosa, que organizou a correspondência de Lima Barreto, o bilhete data de 1911 e se refere à reedição de *Recordações do escrivo Isaias Caminha*, que acabou por ser feita às expensas do próprio autor, assim como a primeira edição de *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1916). Outro livro, *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, foi publicado por Monteiro Lobato, que iniciava sua carreira como editor, mas não atingiu o sucesso nem as vendas esperadas. E foi a vez de Lobato aplicar o princípio utilizado por Alves, declinando de publicar novas obras de Lima Barreto.

Entre 1882, quando veio em definitivo para o Brasil, e 1916, ano que antecedeu sua morte, Francisco Alves

63. BILAC, Olavo, 1865-1918. [*Bilhete a Lima Barreto, falando sobre uma conversa que tivera com o livreiro Francisco Alves*] [Manuscrito]. [19--]. Objeto digital: mss1448822.

publicou mais de 500 títulos. Deixou a maior parte de sua fortuna como legado à Academia Brasileira de Letras, com a condição de que realizasse periodicamente dois concursos em sua homenagem: um de monografias sobre a língua portuguesa e outro de obras que debatessem estratégias para ampliar a educação primária no Brasil. A livraria foi adquirida por um grupo de ex-empregados, liderados por Paulo Ernesto Azevedo e Antônio de Oliveira Martins.

Até a década de 1920, a Francisco Alves continuou a dominar o mercado de didáticos, que chegaram a ter tiragens de 50 mil exemplares. Depois, prosseguiu com uma linha editorial mais diversificada, que incluiu desde a primeira edição de *Quarto de despejo*, de Carolina de Jesus (1960), à coleção *Mestres do Horror e da Fantasia*, com obras de Lovecraft, Stephen King e outros autores de literatura fantástica, publicada entre 1982 e 1991. A empresa passou por vários donos e sofreu diversas reestruturações, e hoje se encontra sediada no bairro Santo Cristo, na zona portuária do Rio de Janeiro.

Serafim José Alves e Pedro Quaresma

Em sua obra monumental *O livro no Brasil*, Laurence Hallewell informa que as duas casas editoriais mais ativas no Brasil nos últimos anos do século XIX eram a Garnier e a Laemmert. Bem atrás deles, o terceiro colocado era um nome hoje pouco conhecido: Serafim José Alves, dono da Livraria Econômica, fundada em 1851. Responsável por edições de várias obras de Castro Alves, peças teatrais de Artur Azevedo e livros do pesquisador Sílvio Romero, Serafim Alves também imprimiu periódicos, tais como *A Escola: revista brasileira de educação e ensino* (1877-1878) e as primeiras edições do *Annuario medico brasileiro* (1886-1897).⁶⁴

Foi na Livraria Econômica, em 1879, que iniciou sua carreira o futuro livreiro e editor Pedro da Silva Quaresma. Não há consenso acerca de sua nacionalidade: alguns pesquisadores dizem que era português, enquanto outros afirmam que nasceu em São Fidélis (RJ). Em 1883, abriu

64. ANNUARIO médico brasileiro [Periódico]. Rio de Janeiro. 1886-1887. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/annuario-medico-brasileiro/706418>. Acesso em: 19 jul. 2024.

um “sebo”, a Livraria do Povo (ou adquiriu-o de Serafim José Alves, que seria proprietário ou um dos sócios da empresa), e, já em 1891, passou a usar o nome de Livraria Quaresma, com o qual se firmou no mercado das edições populares.

Era comum entre os livreiros oitocentistas investir em livros populares: brochuras impressas em grandes tiragens, em papel de baixa qualidade, destinadas ao público urbano de classe média. Tais livros eram vendidos por preços que variavam de cem réis a dois mil-réis, enquanto uma edição tradicional saía por três ou quatro mil-réis. A própria Garnier lançou uma coleção de vinte volumes de pequeno formato chamada “Bibliotheca da Algibeira”, mas a tendência foi mais forte entre livreiros que se estabeleceram em décadas próximas à virada do século e sem o suporte de firmas estrangeiras.

Pedro Quaresma também seguiu esse rumo e começou a investir em livros não apenas baratos, mas cujos temas tivessem apelo junto às classes populares. Coletâneas de poemas, manuais de etiqueta e de cartas-padrão, obras práticas voltadas para a indústria e o comércio: tudo isso foi publicado por sua editora, assim como romances, livros de aventura, obras “para cavalheiros” (das quais foi um grande sucesso *A mulata* (1896), de Carlos Malheiros Dias) e, ainda, a Bibliotheca dos Trovadores, que reunia modinhas e canções populares. Um autor de destaque foi Catulo da Paixão Cearense, que escreveu vários livros para essa coleção. Também foram famosas as obras de Eduardo das Neves. Segundo Luiz Edmundo, não havia seresteiro ou violonista que não procurasse os livros de Quaresma para renovar seu repertório.

A maior contribuição de Pedro Quaresma para a história editorial brasileira foi, provavelmente, sua coleção de obras para crianças. Quase todos os livros que circulavam no Brasil voltados para esse público eram impressos em Portugal, e até mesmo os produzidos aqui usavam um vocabulário de difícil entendimento para os pequenos. Quaresma estudou o assunto, traçou uma estratégia e, a partir de 1894, começou a publicar a coleção *Bibliotheca Infantil*, cujas primeiras obras foram encomendadas ao jornalista da *Gazeta de Notícias*, Alberto Figueiredo Pimentel. *Contos da carochinha* (1894), *Histórias da avozinha*, e *Histórias da baratinha* (ambos de 1896) traziam adaptações dos contos de Perrault, Andersen e dos Irmãos Grimm e serviram para popularizar essas histórias, que circulavam no Brasil em versões portuguesas. Outros títulos de Pimentel nessa coleção foram *Theatrinho infantil*, *Meus brinquedos* e *O castigo de um anjo*.

Outro autor a publicar na *Bibliotheca Infantil* foi o mineiro Annibal Mascarenhas, também jornalista, considerado um dos precursores da literatura para crianças no Brasil. Entre seus vários pseudônimos, estavam Tycho Brahe de Araújo e Viriato Padilha.

Os lançamentos da Livraria Quaresma eram anunciados na *Gazeta de Notícias* e em cartazes publicitários espalhados pela cidade, onde quer que pudesse haver leitores. No caso específico da *Bibliotheca Infantil*, os anúncios enfatizavam tanto aspectos intrínsecos (a universalidade dos contos, a moralidade, a linguagem bem cuidada) quanto extrínsecos (papel de boa qualidade, várias gravuras, capa litografada em cores). A estratégia deu resultado: embora os livros, a dois mil-réis, não pudessem ser chamados

de “baratíssimos” como outros títulos da casa, os 5 mil exemplares da primeira tiragem de *Contos da carochinha* se esgotaram em três meses. As duas edições seguintes, acrescidas de novas histórias e já custando três mil-réis, passaram a ser vendidas em várias livrarias da cidade. Na verdade, foram muito além: segundo escreveu, em 1900 o jornalista Brito Broca, achavam-se livros de Quaresma por todo o Brasil, inclusive em regiões distantes de qualquer capital.

Frequentada por autores já ilustres, como Machado de Assis, e ponto de encontro para escritores mais jovens, a Livraria Quaresma ainda atuou com sucesso por várias décadas após a morte de Pedro, em 1921. Mudou de endereço em 1951 e manteve alguma atividade até a década de 1960, quando fechou as portas em definitivo.

Hoje, historiadores do livro e da indústria editorial brasileira veem em Pedro da Silva Quaresma um precursor das coleções de obras populares, do foco no público infantil e da publicidade em meios impressos.

Monteiro Lobato, editor

A produção e o comércio de livros no Brasil oitocentista e na primeira década do século XX dependeram, em grande parte, da parceria entre editores e livreiros brasileiros e seus pares europeus. Muitos volumes que aqui circulavam eram importados, e muitas editoras, como a Garnier e a Francisco Alves, faziam imprimir seus livros em tipografias no exterior.

Segundo o pesquisador Laurence Hallewell, a atividade editorial decresceu bastante a partir de 1890, e mais ainda ao se iniciar a Primeira Guerra Mundial. O envio de obras por encomenda a várias localidades do país não era difícil, mas os pontos de venda a varejo eram muito escassos, limitando-se a umas poucas livrarias, quase todas no Rio de Janeiro e São Paulo. Os autores, à exceção dos muito conhecidos, tais como Machado de Assis, Coelho Neto e Júlia Lopes de Almeida (vários dos quais tinham seus livros impressos no exterior), deveriam pagar pela impressão de seus livros ou, quando não, aguardar pacientemente por um retorno nas vendas. Muitos se encarregavam, eles mesmos, da distribuição e da divulgação das obras. Um exemplo pode ser encontrado no Arquivo Lima Barreto, que se acha sob a guarda da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional: uma caderneta em que o autor detalha seus esforços para

divulgar *Triste fim de Policarpo Quaresma*, publicado às suas próprias expensas em 1916.⁶⁵

Foi em meio a esse cenário que emergiu a figura de Monteiro Lobato. Natural de Taubaté, SP, nasceu em 1882, formou-se em Direito e foi promotor público antes de assumir a fazenda de café de sua família. As dificuldades de lidar com a agricultura o levaram a escrever sobre isso numa carta ao jornal *O Estado de São Paulo*, que saiu em 1914 com o título “A Velha Praga” e se tornou seu primeiro texto de grande circulação. A ele se seguiram outros artigos e contos, bem como a extensa produção literária conhecida da maior parte dos brasileiros, em especial os livros infantis.

Ao mesmo tempo que escrevia, Monteiro Lobato se lançou como empresário no ramo editorial, o qual, segundo sua correspondência com o escritor Godofredo Rangel, já lhe interessava desde antes de vender sua fazenda, em 1917. Já então colaborava com a *Revista do Brasil*, fundada em 1916 por Júlio de Mesquita, e que Lobato viria a adquirir dois anos depois. Logo passou a publicar livros, principalmente da autoria de amigos, tais como Martim Francisco, Valdomiro Nogueira e o correspondente de quatro décadas, Godofredo Rangel. Segundo anunciava, estava em busca de novos talentos, autores pouco conhecidos, o que o levou a receber centenas de originais. De Lima Barreto, publicou *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, que não

65. BARRETO, Lima. *Caderno de notas sobre a distribuição do livro Triste fim de Policarpo Quaresma*. [Manuscrito]. [1916/]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1428168/mss1428168.pdf. Acesso em: 19 jul. 2024.

atingiu o patamar de vendas esperado, levando-o a recusar o próximo título oferecido pelo autor. Outros iniciantes traziam grande retorno. Para citar um exemplo, Paulo Setúbal, autor do livro de poemas *Alma cabocla* e do romance histórico *A marquesa de Santos*, traduzido para diferentes idiomas, se firmou como o romancista brasileiro de maior vendagem no final dos anos 1920.

Um dos maiores desafios da indústria editorial no Brasil, a distribuição ganhou um novo fôlego a partir da iniciativa de Lobato. Com a ajuda de agentes postais, que lhe forneceram endereços, ele escreveu a comerciantes de todo o país oferecendo livros para venda em consignação. Assim, conseguiu cerca de 2 mil pontos de venda, embora seu sistema não fosse isento de falhas. Cilza Bignotto, que pesquisou extensamente a faceta editorial de Lobato, informa que os preços dos livros eram impressos na contracapa, o que, somado às grandes tiragens, deveria assegurar que tivessem um preço atraente. Os vendedores, contudo, muitas vezes informavam que o preço valia apenas para São Paulo, assim obtendo mais lucro... e, possivelmente, perdendo compradores.

Em 1920, em parceria com Octalles Marcondes, Lobato rebatizou sua empresa como “Monteiro Lobato & Cia.”, investiu no maquinário, na tipografia e em inovações voltadas para o projeto gráfico. Também passou a importar papel de melhor qualidade e a publicar em formato menor que o usual, barateando os custos. Além disso, começou a publicar livros didáticos, bem como os seus próprios livros da série “Sítio do Picapau Amarelo”. O primeiro deles, *A menina do narizinho arrebitado* (1920), foi divulgado por meio de uma campanha assertiva: além de ganhar um anúncio

de página inteira no jornal, teve 500 exemplares distribuídos gratuitamente em escolas paulistas, assim chegando de uma vez a um grande número de leitores. A primeira edição foi ilustrada por Voltolino, pseudônimo do artista paulistano João Paulo Lemmo Lemmi.⁶⁶

Nos primeiros anos da década de 1920, a atividade editorial no Brasil sofreu mais um choque, com uma crise econômica que fez cair o valor da moeda e encareceu a matéria-prima. Apostando em melhores tempos, Lobato deixou de lado a publicação de novos nomes e passou a investir em traduções — muitas delas assinadas por ele próprio e bastante livres, constituindo-se, a bem dizer, em recriações da obra original — e em livros didáticos, adquiridos pelo governo. Em 1925, a gráfica da agora chamada Cia. Gráfico-Editora Monteiro Lobato, equipada com o que havia de mais moderno, ocupava um galpão de 5 mil m² em São Paulo. No mesmo ano, porém, após reviravoltas políticas e em retaliação a críticas feitas por Lobato, o presidente Artur Bernardes suspendeu todas as aquisições de livros da empresa, que acabou por ter de abrir falência.

Persistentes, Monteiro Lobato e Octalles Marcondes continuaram no ramo com a Cia. Editora Nacional, que iniciou suas publicações pelo relato de Hans Staden, *Meu cativo entre os selvagens do Brasil*. Marcondes ficava à frente dos negócios, enquanto Lobato, responsável por uma filial no Rio de Janeiro, escrevia cada vez mais e investia em

66. LOBATO, Monteiro, 1882-1948. *A menina do narizinho arrebitado* [Livro]. 1920. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasgerais/drg43265/drg43265.pdf. Acesso em: 19 jul. 2024.

ramos diferenciados. O *crash* da Bolsa de Valores norte-americana, em 1929, trouxe perdas que o levaram a vender sua parte da editora para o irmão de Octalles, mas continuou ligado à Cia. Editora Nacional na qualidade de autor e tradutor. Por fim, em 1944, foi um dos fundadores da editora Brasiliense, juntamente com Caio Prado Jr., Artur Neves e o casal Leandro e Maria José Dupré. Morreu em 1948, dois dias após ter concedido uma entrevista defendendo a campanha “O Petróleo é Nosso”.

A atuação de Monteiro Lobato é vista por muitos como um divisor de águas na história do livro no Brasil. Sem ter sido, propriamente, um revolucionário, trouxe inovações, modernizou e ampliou práticas editoriais que auxiliaram na difusão e na circulação dos livros, além de popularizar a leitura por meio de obras mais baratas e contribuir para as políticas educacionais e de formação de leitores.

Octalles Marcondes Ferreira, o “big boss”

Em 1925, divergências com o presidente Artur Bernardes, que cancelou a compra de livros pelo governo, somadas à crise econômica que afetava o mercado editorial, acabaram levando à falência a Cia. Gráfico-Editora Monteiro Lobato, propriedade do escritor e de seu sócio, Octalles Marcondes Ferreira. Apesar do revés, os dois se saíram bem, usando o capital que lhes restara para fundar uma nova editora — a Companhia Editora Nacional — e vendendo a maior parte do seu equipamento a associados, que passaram a lhes prestar serviços de impressão sob o nome de São Paulo Editora. Outra parte das máquinas ficou com a empresa gráfica da *Revista dos Tribunais*, que viria a desempenhar um importante papel na produção de livros brasileiros nas décadas de 1930 e 1940.

Octalles Marcondes (Belo Horizonte, 1901 – São Paulo, 1973) era tido como uma pessoa inquieta, sempre em movimento, entre uma atividade e outra. Sem dúvida, possuía também tino comercial e senso de oportunidade. Nos primeiros tempos de Cia. Editora Nacional, ainda com Monteiro Lobato como sócio, era o principal nome à frente dos negócios, que se voltavam primordialmente

para a impressão de livros didáticos e literatura destinada a crianças e jovens; a estratégia permaneceu a mesma após 1929, quando Lobato vendeu sua parte ao irmão de Octalles, Themístocles Marcondes, e passou a colaborar com a editora apenas na qualidade de autor e tradutor.

Por essa mesma época, vários estados, influenciados pelo movimento conhecido como Escola Nova — que defendia uma escola pública integral, laica e gratuita para todos os brasileiros —, promoveram reformas educacionais, e os livros publicados pela empresa de Marcondes tiveram um papel fundamental na difusão das novas ideias. Vemos isso, em especial, no projeto Biblioteca Pedagógica Brasileira, criado em 1931 e dirigido por Fernando de Azevedo, com cinco séries que ofereciam diferentes formas de apoio ao educador: Literatura Infantil (cujo primeiro volume foi *Reinações de Narizinho*, de Lobato), Livros Didáticos, Atualidades Pedagógicas, Iniciação Científica e, por fim, Brasiliana, que publicava obras de viajantes, historiadores, etnólogos, antropólogos e outros pensadores que se debruçavam sobre questões referentes ao país. Os livros tinham grandes tiragens e eram relativamente baratos. Um exemplo é *A instrução e o Império*, do professor e historiador Primitivo Moacyr, publicado em 1938 na série Brasiliana, cujo texto é precedido de uma carta do educador Anísio Teixeira.⁶⁷

67. MOACYR, Primitivo, 1867-1942. *A instrução e o imperio (subsídios para a história da educação no Brasil) 1854-1889* [Livro] v. 3. 1938. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or311718/or311718.pdf. Acesso em: 19 jul. 2024.

Além das coleções didáticas, a Companhia Editora Nacional publicava outras como a Terramarear, voltada para histórias de aventura, e a Biblioteca das Moças, editada entre 1926 e 1960 e destinada ao público feminino. As tiragens eram volumosas: Cíntia da Silva Lang, da PUC-SP, que estudou a coleção, diz terem sido 900 mil exemplares em 1930, e 1 milhão e 400 mil em 1940 — 17% dos quais referentes a obras de M. Delly, pseudônimo usado por um casal de irmãos franceses, Frédéric e Jeanne Marie Petitjean de la Rosière. Ainda houve publicações até a década de 1980, porém apenas reedições, e não novos títulos. O mesmo ocorreu com a Terramarear.

Em 1932, Marcondes adquiriu a editora Civilização Brasileira, fundada três anos antes, que se tornou seu principal selo para as obras destinadas a leitores adultos. Nela, também se publicaram importantes títulos no campo das ciências sociais, como as da coleção Biblioteca de Divulgação Científica, que, por algum tempo, foi dirigida pelo médico e etnólogo Artur Ramos. Na década de 1960, Ênio Silveira, genro de Marcondes, passou a estar à frente da Civilização Brasileira, que tomou um rumo diferente, porém não menos importante.

A partir de 1942, a empresa de Marcondes passou a enfrentar alguns problemas. Uma reforma promovida pelo ministro da Educação, Gustavo Capanema, obrigou as editoras a adequarem seus livros didáticos em apenas alguns meses; no ano seguinte, professores responsáveis pelo conteúdo das obras deixaram o emprego para abrir sua própria empresa, a Editora do Brasil. Também um dos maiores colaboradores de Octalles Marcondes, Arthur Neves, saiu para ser um dos fundadores da editora

Brasiliense, no que teve o apoio de Nelson Palma Travassos e Monteiro Lobato. Nada disso, porém, foi capaz de abalar o “big boss”, apelido pelo qual os editores se referiam a Marcondes: segundo Laurence Hallewell, em meados dos anos 1950, sua produção chegou a sete milhões de exemplares, com 349 títulos impressos em 1955, contra 203 da Melhoramentos, 137 da Francisco Alves e 100 da Editora do Brasil.

Na década seguinte, a Cia. Editora Nacional passou a investir em livros para o ensino superior, mantendo coleções já existentes e criando a Biblioteca Universitária. Com várias séries, e publicando tanto obras de autores brasileiros quanto traduzidas, a coleção foi organizada por nomes ilustres ligados à Universidade de São Paulo, tais como Antonio Candido e Florestan Fernandes. Vários títulos foram adotados por universidades da América Latina, notadamente o México. Além das obras didáticas, a editora ainda investia em clássicos da literatura brasileira e livros de arte, muitos dos quais relacionados à história do Brasil.

Octalles Marcondes faleceu em 1973, em plena atividade. Seus herdeiros se decidiram pela venda da empresa, que acabou por ser adquirida pelo governo através de financiamento do BNDE. Em 1980, passou à gestão do Ibep, Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas, fundado em 1965 por Jorge Miguel Yunes e Paulo Cornadó Marte. Hoje, o Ibep é um grupo voltado para a produção de livros didáticos e paradidáticos, que vem promovendo o relançamento das obras de maior sucesso da Cia. Editora Nacional — rebatizada como Editora Nacional — e mantendo vivas a memória da empresa e do “big boss” Marcondes.

Editora Globo

Na virada entre os séculos XIX e XX, Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, conheceu um rápido desenvolvimento urbano e econômico. A imigração fez crescer o número de habitantes; foram criadas faculdades de Direito, Engenharia e Medicina; a rede de transporte marítimo e ferroviário cresceu e se tornou mais eficaz, e vários setores econômicos foram estimulados, incluindo a produção e o comércio de livros.

O *Almanach rio-grandense* publicado em 1874 pela tipografia Deutsche Zeitung arrola apenas três livrarias em Porto Alegre: a de Joaquim Alves Leite, aberta em 1850, que vendia vários produtos além de livros; a de Madame Marcus, frequentada por estudantes; por fim, a Livraria Rodolfo José Machado, fundada em 1854, que também atuava como editora. Nas décadas seguintes, porém, esses números cresceram, passando a incluir várias novas casas, entre as quais as filiais porto-alegrenses da Livraria Americana e da Livraria Universal.

A mais importante editora gaúcha daquela época era a Livraria Americana, de Carlos Pinto. Fundada em 1871 na cidade de Pelotas — um dos maiores centros comerciais do estado —, a livraria foi responsável pela edição do *Almanaque literário e estatístico do Rio Grande do*

Sul entre 1889 e 1917, atuou no setor de livros didáticos e publicou literatura nacional e estrangeira, com nomes como Daudet, Maupassant, Zola e Dostoievski. Suas obras saíam na série de bolso Biblioteca Econômica, com baixo preço e pequeno formato. Laurence Hallewell afirma que as traduções e edições não eram autorizadas pelos detentores dos direitos de publicação, configurando-se no que hoje conhecemos como “pirataria”.

Em 1917, a Americana passou a ser propriedade da Livraria Universal, fundada em 1887 pelos irmãos Carlos e Guilherme Echenique. A Universal seguiu um caminho parecido com o da empresa de Carlos Pinto: inicialmente sediada em Pelotas, abriu filiais em Rio Grande e em Porto Alegre, publicou obras didáticas e de literatura e até mesmo seu próprio almanaque: o *Almanaque popular brasileiro*, dirigido por Alberto Ferreira Rodrigues. Encerrou suas atividades em 1929, quando Porto Alegre já contava com várias importantes livrarias. A maior parte se concentrava na rua dos Andradas, também conhecida como rua da Praia.

A Livraria do Globo também ficava nesse endereço. Fundada em dezembro de 1883 pelo português Laudelino Pinheiro Barcelos, era, a princípio, um negócio modesto, que anunciava a venda de “livros, músicas, papel, miudezas e objetos de escritório”. Pouco depois, Barcelos ampliou o negócio por meio de uma oficina tipográfica, na qual passou a realizar impressões por encomenda. Em 1890, contratou o jovem e dinâmico José Bertaso, que rapidamente galgou degraus na empresa, tornando-se sócio de Laudelino e, com a morte deste, em 1919, proprietário da Livraria do Globo. Segundo Hallewell, Bertaso previu a escassez de

papel que se seguiria à Primeira Guerra Mundial e fez um bom estoque, depois vendido com lucro. Também adquiriu a primeira máquina de linotipo do estado.

Em 1917, a Livraria do Globo abriu sua primeira filial, na cidade de Santa Maria. Em 1922, começou a publicar novas vozes da literatura gaúcha: Telmo Vergara, Darcy Azambuja, Ernani Fornari e vários outros. Ao mesmo tempo, visando à maior projeção da empresa, Mansueto Bernardi, encarregado do departamento de propaganda, fez publicar também alguns livros traduzidos, contratou editores especializados e artistas gráficos e fundou a *Revista do Globo*, um periódico de variedades que contou com colaboradores de renome, tanto nas ilustrações quanto na redação de artigos e colunas.

Ao deixar a empresa, Bernardi foi substituído no setor editorial por Henrique, filho de José Bertaso. Em 1932, a direção da revista passou às mãos de um jovem escritor, Érico Veríssimo, já então colaborador e tradutor de vários livros publicados pela Globo. Entre os de maior sucesso estavam as histórias policiais da Coleção Amarela, iniciada em 1931 e que publicou 85 títulos em 18 anos. Era anunciada em revistas, como a *Fon-Fon*.⁶⁸ Em 1936, segundo Hallewell, a empresa contava com 500 funcionários e ocupava um prédio de três andares, e Henrique Bertaso viajava pela Europa a fim de adquirir os direitos de publicação de obras alemãs, italianas, espanholas e francesas.

68. FON FON : Semanario Alegre, Politico, Critico e Espusiante (RJ) - 1907 a 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=259063&pesq=%22cole%C3%A7%C3%A3o%20amarela%22&pasta=ano%20193&pagfis=79686>. Acesso em: 19 jul. 2024.

Em 1938, após seu livro *Olhai os lírios do campo* se tornar um sucesso de vendas, Veríssimo assumiu o papel de conselheiro literário, uma espécie de curadoria, principalmente dos livros a traduzir, que saíam pelas coleções Nobel e Biblioteca dos Séculos. Esta publicou obras de vulto, como *A comédia humana*, de Balzac. A edição de 18 volumes foi considerada pelo crítico Nelson Werneck Sodré a maior realização da Globo até então, com destaque para o coordenador, Paulo Rónai. Além das traduções, a editora continuava a publicar autores brasileiros, principalmente locais, desde uma edição crítica dos *Contos gauchescos e lendas do Sul*, de João Simões Lopes Neto (1865-1916), até livros de estreia, como *A rua dos cata-ventos*, de Mário Quintana, que saiu em 1940.

No início dos anos 1950, a quantidade de obras traduzidas se reduziu bastante, visto que medidas tomadas pelo governo federal dificultavam o pagamento feito a autores e editores residentes no exterior. Os números voltaram a crescer na década seguinte, porém a Globo havia mudado seu foco para a produção de livros didáticos, publicações técnicas e obras de referência. O departamento de Dicionários e Enciclopédias era um dos mais ativos na empresa e contou com a colaboração de autores e pesquisadores renomados, tais como Leonel Valandro, Francisco Fernandes e Álvaro Magalhães, organizador da *Enciclopédia Brasileira Globo*, que, segundo Hallewell, foi a primeira a contar com verbetes elaborados exclusivamente por especialistas brasileiros. Outro nome de relevo foi Edgard Cavalheiro, que mais tarde viria a ser gerente da editora Cultrix.

Em 1972, Érico Veríssimo publicou *Um certo Henrique Bertaso*, livro em que narra sua experiência na editora

Globo e homenageava o editor. Este faleceu em 1977, e pouco depois se iniciou uma grande reformulação, com a mudança da sede da firma para o Rio de Janeiro e a abertura de franquias. Em 1986, a empresa foi vendida à Rio Gráfica Editora, pertencente a Roberto Marinho, dono do conglomerado midiático também chamado Globo, que passou a utilizar a marca para os produtos da gráfica. Assim, o nome e a história da pequena livraria fundada em Porto Alegre continuam através de uma editora pertencente ao Grupo Globo, com sede em São Paulo, que publica livros de literatura e de não-ficção e revistas como a *Época* e a *Galileu*.

A Livraria José Olympio Editora

Uma das mais antigas livrarias de São Paulo, a Casa Garroux foi fundada no século XIX pelo ex-gerente da filial da Garnier naquela cidade. Vendia não apenas livros, mas também artigos de luxo, tais como vinhos e charutos.

Em 1918, a empresa contratou, para pequenos serviços, um jovem natural de Batatais, no interior do estado. José Olympio Pereira Filho já tinha experiência no comércio, mas seu sonho era cursar a faculdade de Direito. Em vez disso, passou a ajudante de balconista, mais tarde promovido a chefe da seção de livros, e passou a entender cada vez mais do mercado livreiro e editorial. Também teve oportunidade de conviver com escritores e intelectuais que frequentavam a Casa Garroux: Menotti del Picchia, Mário de Andrade, Cassiano Ricardo, Oswald de Andrade, vários dos quais o homenagearam e agradeceram pela ajuda oferecida no início da carreira.

No final da década de 1920, José Olympio adquiriu duas importantes coleções: a do advogado, político e biógrafo Alfredo Pujol e a de Estêvão Almeida, também advogado. Juntou a essas coleções um estoque de livros novos e, em novembro de 1931, estabeleceu-se com loja própria

na rua da Quitanda. Um mês depois, lançou-se também como editor. Segundo Laurence Hallewell, suas primeiras publicações foram livros de venda fácil, como *best-sellers* traduzidos de psicanálise, assunto então muito em voga, e as obras do maranhense Humberto de Campos. Ao mesmo tempo, contando com o tino editorial de sua futura esposa, Vera Pacheco Jordão, buscou apostar em nomes que despontavam como duradouros no cenário literário nacional. Um deles foi José Lins do Rego, que já fizera sua estreia com *Menino de engenho*. Reeditado por José Olympio, com tiragem alta e uma estratégia de vendas ousada (e não inteiramente bem sucedida), o livro continuou a ser publicado ao longo de décadas, assim como várias outras obras do autor paraibano.

Em 1934, a sede da empresa se transferiu para o Rio de Janeiro, onde ocupou uma loja na rua do Ouvidor. O número de títulos publicados pulou de 32 para 66 em apenas dois anos, posicionando a José Olympio como a maior editora brasileira de livros não-didáticos. Vários autores passaram a publicar na casa, e Jorge Amado, que fizera sucesso com *Jubiabá* (1935) e tivera seus primeiros livros reeditados, passou a ser o responsável pela publicidade da José Olympio nos jornais e no rádio. Em 1937, vieram para a editora Rachel de Queiroz e Gilberto Freyre, e, em 1938, foi a vez de Graciliano Ramos, o que estabeleceu parcerias duradouras entre a empresa e os autores.

Além das obras literárias, a José Olympio também publicava não-ficção. Sua série Documentos Brasileiros, que se iniciou em 1936 com a publicação de *Ratzes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, trouxe aos leitores

os trabalhos de vários pensadores da economia, sociologia, historiografia, etnologia e outros campos da ciência. Outras coleções foram a Romances da Vida, de literatura popular, e A Ciência de Hoje, de clássicos estrangeiros. Tal como a Globo, a José Olympio era cuidadosa com as traduções, no que empregava muitos escritores; Rachel de Queiroz foi uma das mais proficientes. Quanto às publicações de poesia, foram relativamente poucas, embora incluíssem nomes importantes, como Vinícius de Moraes, Adalgisa Nery e Carlos Drummond de Andrade, além de alguns poetas estrangeiros traduzidos. Em 1954, o sucesso de vendas dos poemas reunidos de Manuel Bandeira levou a José Olympio a investir mais no gênero, publicando coletâneas de Augusto Frederico Schmidt e João Cabral de Mello Neto, entre outros.

Tal como a Casa Garroux em São Paulo, a José Olympio também era ponto de encontro de escritores e intelectuais residentes no Rio de Janeiro, bem como artistas, entre os quais Tomás Santa Rosa e Luís Jardim. Ambos ilustraram várias capas e miolos de livros para a José Olympio e contribuíram para que a editora se destacasse pela identidade visual, também marcada pela colaboração de Poty Lazzarotto. Hallewell informa que os livros da José Olympio, a princípio, tinham formato pequeno (18x12cm), sendo os da Documentos Brasileiros pouco maiores (21x14cm); a partir de 1948, esse passou a ser o tamanho padrão.

Ao longo da década de 1950, a empresa investiu em edições mais luxuosas e fez sucesso com a Coleção Fogos Cruzados, de grandes romances da literatura mundial. Os livros de Dostoiévski saíram em dez volumes ilustrados,

mas o sucesso não se repetiu com as projetadas obras completas de Tolstói e Charles Dickens. Houve também coleções sobre vários temas de história do Brasil. Em 1964, a sede da empresa se mudou do Centro para o bairro de Botafogo, com filiais em outras seis capitais brasileiras. Surgiu a Coleção Sagarana (nome retirado de uma obra de João Guimarães Rosa), que publicava autores nacionais modernos, e uma linha de livros policiais traduzidos. Quatro anos depois foi inaugurada uma série de didáticos, e nessa década a editora passou a dar mais atenção à publicação de obras voltadas para os públicos infantil e juvenil.

Em 1972, a José Olympio adquiriu a editora Sabiá, fundada em 1966 por Rubem Braga e Fernando Sabino. Através dela, vieram os direitos de publicação de obras de autores de renome, tanto nacionais, como Clarice Lispector, quanto estrangeiros, como Gabriel García Márquez. Por essa época, entretanto, a crise econômica mundial fez subir astronomicamente o preço do papel, e os problemas que atingiram todo o setor livreiro foram acrescidos, no caso da José Olympio, da tentativa malograda de adquirir a Cia. Editora Nacional. O BNDE assumiu ambas as empresas por alguns anos, e José Olympio se manteve na presidência de sua editora até falecer, em 1990. Por fim, a empresa foi adquirida pelo Grupo Record, que continua a publicar alguns de seus autores tradicionais, como José Américo de Almeida e Rachel de Queiroz.

Em 2006, a Fundação Biblioteca Nacional recebeu como doação cerca de 100 mil itens manuscritos e iconográficos pertencentes à editora, conjunto que continha correspondência, anotações, projetos gráficos e outros documentos.

A coleção está em processo de organização e algumas das séries podem ser consultadas pelos catálogos online.

Ênio Silveira e a Editora Civilização Brasileira

No intervalo entre as duas grandes guerras e agitada por movimentos políticos e culturais, a década de 1920 viu o surgimento de várias livrarias e editoras no Brasil. Uma das mais importantes foi a Editora Civilização Brasileira, fundada em 1929 por Gustavo Barroso, Ribeiro Couto e Getúlio Costa. A data, apontada por Laurence Hallewell em *O livro no Brasil*, é motivo de controvérsias, pois pesquisadores apontam que a editora só se registrou na Junta Comercial em 1932, embora reconheçam a existência de cerca de vinte publicações datadas dos dois anos anteriores.

Em 1932, a editora foi comprada por Octalles Marcondes Ferreira, dono da Cia. Editora Nacional, tornando-se uma subsidiária. Ferreira esteve à frente de ambas as empresas até 1950 e, ao longo desse período, a Civilização Brasileira publicou centenas de títulos, contando os relançamentos, como as sucessivas edições do *Pequeno dicionário de língua portuguesa*, organizado por Hildebrando de Lima e Gustavo Barroso. Seu público-alvo eram os adultos, ao passo que a Cia. Editora Nacional investia em livros infantis e juvenis, obras didáticas e de apoio aos professores, como o projeto “Biblioteca Pedagógica Brasileira”. Em

contrapartida, a Civilização Brasileira trouxe coleções como a “Biblioteca de Divulgação Científica”, com trabalhos de relevo no campo das ciências sociais.

Estudante de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo, o paulistano Ênio Silveira foi indicado por Monteiro Lobato para assumir o lugar de Artur Neves, braço-direito de Marcondes Ferreira, que saíra da empresa para fundar a Editora Brasiliense, juntamente com Lobato e Caio Prado Jr. O ano era 1943. Silveira começou escrevendo orelhas de livros, mas rapidamente passou a outras funções, tornando-se diretor editorial e, a partir de 1951, responsável pela filial da editora no Rio de Janeiro. Foi um dos fundadores e dirigentes da Câmara Brasileira do Livro e presidente do SNEL — Sindicato Nacional de Editores de Livros. Além da crescente importância que assumiu na empresa, casou-se com Cleo, filha de Octalles Marcondes Ferreira. Pouco mais tarde, viajou aos Estados Unidos, onde estudou Editoração na Universidade de Columbia.

A administração de Silveira deu um grande impulso à Editora Civilização Brasileira, trazendo novos títulos e inovações na produção gráfica. Em 1956, o romance *O encontro marcado*, de Fernando Sabino, inaugurou a Coleção Vera Cruz, que lançou três centenas de romances de autores nacionais. Outras coleções passaram a publicar poesia, contos, novelas e peças teatrais, com o que a editora se tornou o mais importante veículo da literatura brasileira da década de 1960. Entre os autores, contam-se nomes como Autran Dourado, Ferreira Gullar, Esdras do Nascimento e Carlos Heitor Cony. Também publicou escritores estrangeiros: um dos maiores sucessos no início

dos anos 1960 foi *O velho e o mar*, de Ernest Hemingway, com uma tiragem de 20 mil exemplares.

Entre 1962 e 1964, a Civilização Brasileira publicou os *Cadernos do Povo Brasileiro*, periódico que abordava temas políticos e socioeconômicos. Foi interrompido pelo primeiro Ato Institucional e substituído pela *Revista Civilização Brasileira*, fechada por ordem do AI-5 em 1968. A editora vivia sob pressão devido ao teor de algumas publicações, como as obras de Karl Marx e Antonio Gramsci; sua livraria e depósitos eram frequentemente visitados pela polícia, obras eram apreendidas e a livraria chegou a ser incendiada, ao passo que o próprio Silveira foi preso várias vezes entre 1964 e 1970.

A Companhia Editora Nacional sofreu represálias em virtude de sua ligação com a Civilização Brasileira, deixou de ter livros comprados por escolas e perdeu uma fatia importante da receita. A solução encontrada por Octalles Marcondes, que tinha um bom relacionamento com o genro, foi oferecer a este a maior parte das ações da empresa, que, assim, passou a ser de fato dirigida por Ênio Silveira. Segundo o próprio editor, em entrevista citada por Hallelwell, sua primeira medida foi renovar a imagem da Civilização Brasileira com a ajuda do designer Eugênio Hirsch; os livros ganharam nova tipografia, mais cores, toda uma estética que passou a ser referência.

Apesar das restrições impostas ao setor cultural, o mercado livreiro cresceu no final da década. Sem jamais ter aberto mão de sua linha editorial, Ênio Silveira fez a empresa crescer a ponto de, em 1970, responder por 20% do mercado brasileiro de ficção. Pela Civilização Brasileira saíram obras de autores como Daphne Du Maurier, Ian

Fleming, George Orwell, Hemingway, Cortázar, Alejo Carpentier, Ernesto Sábato, Hermann Hesse e Bertold Brecht, entre muitos outros. Também publicaram ficção brasileira considerada crítica ao regime, como *Fazenda Modelo*, de Chico Buarque e *Quarup*, de Antonio Callado.

Em 1978, foi lançada a revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, que publicou, entre outros, artigos escritos para o periódico anterior que permaneciam inéditos. A revista circulou até 1982. No mesmo ano, Silveira firmou parceria com a Editora Difel. Dois anos mais tarde, a *Civilização Brasileira* foi incorporada à Livraria Bertrand do Brasil, subsidiária da editora portuguesa do mesmo nome. Ainda houve algumas fusões entre editoras e o surgimento da pequena Philobiblion, que publicava poesia. Por fim, em 1997 — um ano após a morte de Ênio Silveira —, a Bertrand do Brasil foi vendida ao Grupo Record, no que a *Civilização Brasileira* passou a ser um de seus selos. No catálogo, clássicos da literatura, da economia e das ciências sociais, além de trabalhos acadêmicos contemporâneos.



Exemplo de representações ideográficas do antigo México em fac-símile de uma obra pertencente à Biblioteca Vaticana. Suas 49 folhas são unidas e dobradas em formato de fole. https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss_I15_1_080/mss_I15_1_080.pdf



Saltério e livro de horas com capitais ornamentadas. O códice mantém a encadernação original, com vestígios de garras. Confeccionado entre os séculos XV-XVI, é escrito em latim, com letra gótica, a três cores. https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1212398/mss1212398.pdf

P. Maronis

P. Maronis Virgilii Liber Eneidos
feliciter Incipit.

PROLOGVS.

Rbitraſti che li excellēti facti
ele uirtuoſe ope de li antiqui
romani come ei erano deno-
gnē di perpetuale memoria,
coſſi erāo degne de eſſere ex-
emplo e doctrina di noi. Pero
che ſecōdo che ſcriſſe Seneca a Lucillo. Ne
debiamo elegiere alcuno ſauio il quale ſia exēplo
eregola dela noſtra uita. E le legi eli comādamēti
di comū bono a tutti. il quale prima che le regole
rechaſſe cōtra ſe a ſtringere altrui. Li romani
ſono adunquā regole nō ſullibile in ogni uirtude
de tempo di guerra, e di pace. E pero iſacti loro e
iloro dicti, ſopra quelli di tutti li altri mortali de-
biamo legiere e cognoſciere, e ſeguitare. Chomo
trouerai tu piu chiaro exēplo in amare la ſua pa-
tria, che fu il nobile bruto. il quale per liberate
de ſeruitudine e di tirauia ſi diſpoſe al piculo de

22

Versão em prosa livre da “Eneida”, de Virgílio, 1476. Os espaços das iniciais foram deixados em branco; as letras a serem inseridas pelo calígrafo ou por meio de xilogravura foram apenas indicadas a tinta. http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or814833/or814833.pdf

Angelus Politianus Petro Medici suo. S. D.



GISTI MECVM Sæpenuero Magnani
me Petre Medices, ut colligerem meas episto-
las, & in uolumen redactas publicarem. Colle-
gi, ne non in oibus obsequer tibi, quo sunt
in uno, spes omnes, opeſq; meæ fitæ, Neq; col-
legi tamen uniuersas, id enim laborioſus, q̄ Si
byllæ folia. Non ſcripſeram uidelicet ad hoc,
ut i unum corpus referretur, ſed ad uſum præ-

ſentem diuſtaxar, oblatiſ argumentiſ, nõ quæ-
ſitiſ. Ita nec exempla mihi retinui, niſi quarundam, puto minus ſeli-
cium, quæ diu iam cū blattiſ & tincis rixabátur. Verũtamen, ut inſtar
uoluminiſ efficerem, nõnullaſ etiam miſſaſ ad me, ſed à doctiſ diuſta-
xar, in ſeruſi, quæ marcentè quaſi ſtomachum lectoriſ excitarent. Eſt au-
tem omnino ſtiluſ epistolæ mearum, ipſe ſibi diſpar, Quo nõ ſe mul-
tum quoq; ſeto reprehendar. Nam nec eadem mihi ſemper uoluntas,
nec idem cuiq; uel perſonæ, uel materiæ cõgruebat. Non deerunt ergo
qui dicant, ubi tam uariaſ epistoláſ legerint (ſi qui modo legerint) ite-
rum me Miſcellanea, non epistoláſ compoſuiſſe. Sed inter diuerſaſ opi-
nioniſ, & præcipientiũ de epistoláſ, & epistoláſ ſcribentiũ, ſperauſi fore
p̄fecto, nec ubi mihi patrocinium deeſſet. Occurret aliquiſ forſan, qui
Ciceronianáſ eſſe neget, huic ego dicã (nec ſine auctore tamen) in epi-
ſtolari ſtilo ſilendũ prorfus eſſe de Cicerone. Rurſuſ aliuſ hoc ipſum
culpabit, quod æmuler Ciceronẽ, ſed reſpondebo, nihil mihi eſſe ma-
giſ in uotiſ q̄ ut uel umbram Ciceroniſ aſſequar. Opiaret aliuſ, ut ora-
torem Pliniũ ſaperẽ, quod huiuſ & maturitaſ, & diſciplina laudatur.
Ego cõtra totũ illud aſpernari me dicã Pliniũ ſæculum. Sed & ſi Pliniũ
cuiq; redolebo, tuebor ita me, quod Sidoniũ Apollinariſ, nõ omnino
peſſimuſ auctõr, palmã Pliniõ tribuit in epistoláſ Symmachum ſi cui
referre uidebor, nõ pudebit, ut cuiuſ & breuitaſ celebretur, & rotunditaſ.
At rurſuſ à Symmacho ſi cui credar, negabo mihi ſiccitãtẽ pla-
cere. Longẽ oſes quædam dicentur epistolæ, taleſ Plato ſcripſit, Ariſtote-
leſ, Tueydidẽſ, Cicero. Dicentur aliæ contra nimis breues, obiciã tunc
ego Dionem, Brutum, Apolloniũ, Marcũ, Philoſtratum, Alciphro-
nem, Iulianum, Lybaniũ, Symmachum, ſed & Lucianum, quẽ falſo
Phœnim uulgo putant. Damnabit aliuſ me, quod argumẽta non ſint

Livro editado por Aldo Manuzio em 1498, contendo as cartas do escritor italiano Angelo Poliziano. O exemplar está incompleto e não é um dos *in-octavo* que tornaram famosa a Tipografia Aldina. A obra provém da Real Biblioteca. http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or813946/or813946.pdf



Edição de 1542 de *Theoricae Novae Planetarum*, precedida de cartas prefaciais do retórico Johann Stigel e do astrônomo Philipp Melanchthon, colaborador de Lutero. O exemplar pertenceu à Real Biblioteca. http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or981265/or981265.pdf.



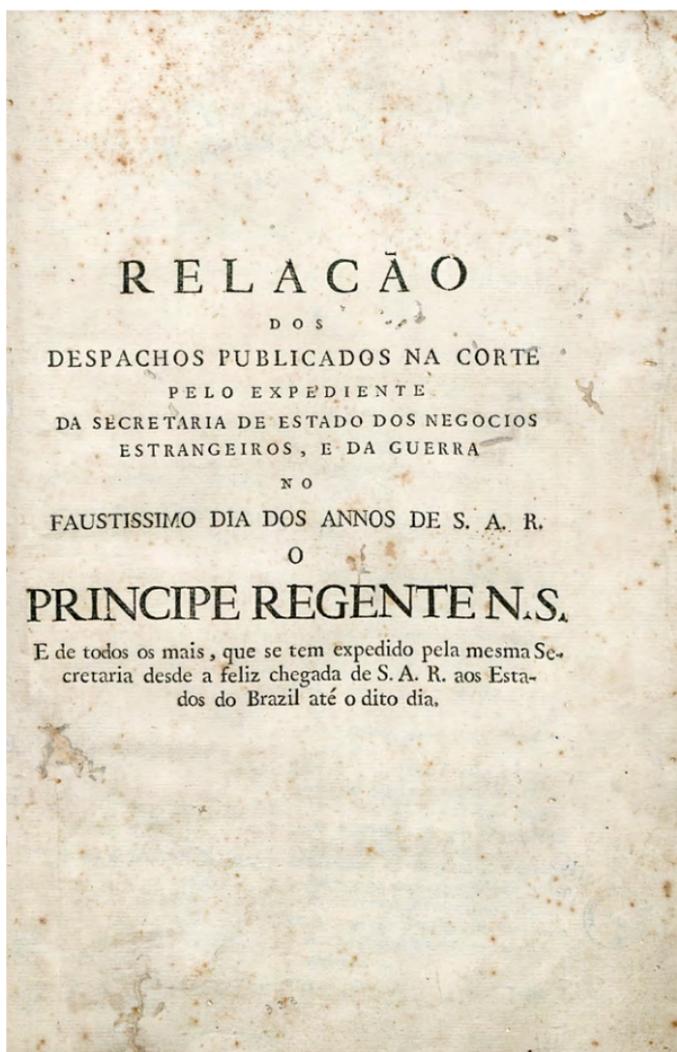
America Meridionalis, mapa gravado a partir de matriz de cobre e incluído no Atlas Mercator-Hondius em 1606. http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart354236/cart354236.pdf



A Natural History of Birds, de Eleazar Albin, considerada uma das primeiras obras de História Natural destinadas ao grande público. 1731-1738. https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or511951/or511951.pdf



Litogravura de Jacques Lanta, datada das primeiras décadas do século XIX. Antoinette Deshoulières, que Voltaire afirmou ser sua poeta preferida, é a única mulher retratada entre grandes escritores franceses. http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1577338/icon1577338.jpg



Relação dos despachos publicados na Corte pelo expediente da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, primeira publicação da Imprensa Régia. Rio de Janeiro, 1808. http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or1480771/or1480771.pdf

Este papel me
foi entregue pelo
aos 22 de julho
de 1799

Memoria
sobre a cultura
dos
Algodoeiros

49-4-58



offerecida a L.A.R. O Principe N.º 6 Junho

ao Ilustrissimo e Excellentissimo
Senhor

D. Rodrigo de Souza Coutinho
Ministro e Secretario de Estado da
Repartição da Marinha e Negocios
Ultramarinos

Manoel Arruda da Camara

Doctor em Medicina pela Universidade de Montpellier, da Aca-
demia das Sciencias da mesma Cidade, Correspondente da Sociedade
de Agricultura de Paris, da Academia Real das Sciencias de
Lisboa, e Naturalista empregado no servico de S. M. P. N. e L. B. M. A.
na Capitania de Paranaambuc.

Anno 1797

Manuscrito de Memória sobre a cultura dos algodoeiros, de Manuel Arruda da Câmara. 1797. Proveniente da Real Biblioteca. http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1498425/mss1498425.pdf

N.º I.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO.

SABADO 10 DE SETEMBRO DE 1808.

*Deditis sed vim premoet insulam,
Resicque cultus pectora roborant.*

HORAT. Ode III. Lib. IV.

Londres 12 de Junho de 1808.

Noticias vindas por via de França.

Amsterdão 30 de Abril.

OS dois Navios Americanos, que ultimamente arribarão ao Texel, não podem descarregar as suas mercadorias, e devem immediatamente fazer-se á vela sob pena de confiscação. Isto tem influido muito nos preços de varios generos, sobre tudo por se terem hontem recebido cartas de França, que dizem, que em virtude de hum Decreto Imperial todos os Navios Americanos serão detidos logo que chegarem a qualquer porto da França.

Noticias vindas por Gottenburgo.

Chegarão-nos esta manhã folhas de Hamburgo, e de Altona até 17 do corrente. Estas ultimas annunciação que os Janizaros em Constantinopla se declararão contra a França, e a favor da Inglaterra; porém que o tumulto se tinha apaziguado.

— Hamburgo está tão exaurido pela passagem de tropas que em muitas casas não se acha já huma côdea de pão, nem huma cama. Quasi todo o Hannover se acha nesta deploravel situação. — 50000 homens de tropas Francezas, que estão em Italia, tiveram ordem de marchar para Hespanha.

Londres a 16 de Junho.

Extracço de huma Carta escrita a bordo da Statira.

“ Segundo o que nos disse o Official Hespanhol, que levámos a Lord Gambier, o Povo Hespanhol faz todo o possivel para sacudir o jugo Francez. As Provincias de Asturias, Leão, e outras adjacentes amarrão 80000 homens, em cujo numero se comprehendem varios mil de Tropa regular tanto de pé, como de cavallo. A Corunha declarou-se contra os Francezes, e o Ferrol se teria igualmente sublevado a não ter hum Governador do partido Francez. Os Andaluzos, nas visinhanças de Cadiz, tem pegado em armas, e destes ha já 60000, que são pela maior parte Tropas de Linha, e commandados por hum habil General. Toda esta tempestade se originou de Bonaparte ter declarado a Murat Regente de Hespanha. O espirito de resistencia chegou a Cathagena, e não duvido que em pouco seja geral por toda a parte. Espero que nos mandem ao Porto de Gijon, que fica poucas leguas distante de Oviedo, com huma sufficiente quantidade de pólvora, &c. pois do successo de Hespanha depende a sorte de Portugal. A revolta he tão geral, que os habitantes das Cidades guarnecidas por Tropas Francezas tem pela maior parte ido reunir-se nas montanhas com os seus Conciudadãos revoltados. ”

Castro



P. 148
1950



J O A N N I,
PORTUGALLIÆ, BRASILIÆ,
ET ALGARBIORUM
REGI FIDELISSIMO,
PATRIÆ PATRI
HUMANISSIMO, PISSIMO, FELICISSIMO,
Fœdissima Paramambucensium Rebellionē mirandum
in modum quā citissime subacta,
S U B
AUSPICIS ET INDEFATIGABILI CURA
ILLUSTRISSIMI ATQUE EXCELLENTISSIMI
ARCUUM COMITIS,
EPINICIUM

I N
Religiosissimæ Fidei, omnimodæ Devotionis, gratique animæ
Testimonium perquā submissè

D. O. C.

JOSEPHUS FRANCISCEUS CARDOSO DE MORAES,
Soteropoli Bahiensi Emeritus Latinitatis Professor, ibi-
demque natus.



B A H I Æ.
TYPIS EMMANUELIS ANTONII SILVA SERVA.
Anno de 1818.
Cum facultate s necessariis.

“Epinício” (canção que celebrava a vitória de um herói, guerreiro ou atleta) escrito em latim e dedicado a dom João por José Francisco Cardoso de Moraes. Da Tipografia de Silva Serva. Bahia, 1818. http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or1511069/or1511069.pdf



Jornal *Correio das Modas*, n. 1, 5 jan. 1839. Periódico publicado pela Laemmert. <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=717274&pagfis=4>



Estampa publicada pela Casa Leuzinger em edição do início do século XX. https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon354246/icon354246.jpg

179,1
13,25,45

Entre os abaixo assignados beneditinos José Martiniano de Alencar,
autor, e B'n Garnier, editor, foi celebrado e contratado o seguinte
Contracto: José Martiniano de Alencar; vende a B'n Garnier a pro-
priedade perpetua das tres romances seguintes: Avisa Lezil de Malheur, Mi-
nas de Prata e Inanna pela quantia de um conto e um mil reis que
já recebeu.

Declaramos que a venda da propriedade perpetua não inhibe o autor
de traduzir as suas obras em linguas estrangeiras.

E por assim terem concordado e contratado mandamos passar o pre-
sente em duplicata que entre si trocarão depois de assignadas.

Rio de Janeiro 20 de Setembro de 1874


José Martiniano



Contrato assinado entre Garnier e José de Alencar para a publicação de algumas de suas obras. Rio de Janeiro, 1874. https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss_I_07_09_001/mss_I_07_09_001.pdf



Primeira edição de *Narizinho*, ilustrada por Voltolino. 1920. Capa. http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasgerais/drg43265/drg43265.pdf

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. São Paulo: Mercado de Letras, 1999.

ARNS, Paulo Evaristo. *A técnica do livro segundo São Jerônimo*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

BARBIER, Frédéric (coord.). *História do livro*. São Paulo: Paulistana, 2008.

BIGNOTTO, Cilza Carla. *Novas perspectivas sobre as práticas editoriais de Monteiro Lobato (1918 – 1925)*. 2007. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/394735>. Acesso em: 27 mar. 2024.

BROCA, José Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

BROTTON, Jerry. *Uma história do mundo em doze mapas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. v. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CALDEIRA, Cláudia Adriana Alves. Francisco de Paula Brito: política e imprensa. *Maracanan*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 8, p. 113-127, 2012.

CASSON, Lionel. *Bibliotecas no mundo antigo*. São Paulo: Vestígio, 2018.

CAVALLO, Guglielmo. Entre volumen e codex: a leitura no mundo romano. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (org.). *História da leitura no mundo ocidental*. v. 1. São Paulo: Ática, 1998.

CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. In: DUBY, Georges (org.). *História da vida privada*. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

COSTA, Maria Ione Caser da. O Besouro: folha ilustrada humorística e satyrica. *Periódicos & literatura*. Dossiê, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/periodicos-literatura/titulos-impresos-periodicos-literatura/o-besouro-folha-illustrada-humoristica-e-satyrica/>. Acesso em: 1 abr. 2024.

DANIELS, Peter D. *The world's writing systems*. Oxford: Oxford Press University, 1996.

DARNTON, Robert. *O Iluminismo como negócio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DE HAMEL, Christopher. *Scribes and illuminators*. London: British Museum Press, 1995.

DICIONÁRIO. In: MICHAELIS: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/dicion%C3%A1rio/>. Acesso em: 19 jul. 2024.

DICKEY, Colin. Living in the margins. *Lapham's Quarterly*, 22 mar. 2012. Disponível em <http://www.laphamsquarterly.org/roundtable/living-margins>. Acesso em: 26 mar. 2024.

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, 2003.

EISENSTEIN, Elizabeth. *A revolução da cultura impressa*. São Paulo: Ática, 1998.

ESCOLAR, Hipólito. *Historia de las bibliotecas*. Salamanca: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1990.

FEBVRE, Lucien, MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. São Paulo: Unesp, 1992.

FISCHER, Steven Roger. *História da leitura*. São Paulo: Unesp, 2006.

GAEHDE, A. A iluminura carolíngia. In: DUBY, Georges; LACLOTTE, Michel (org.). *História artística da Europa*, v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GODÓI, Rodrigo Camargo de. *Um editor no Império: Francisco de Paula Brito, 1809 – 1861*. São Paulo: Edusp, 2016.

GRANJA, Lúcia. Um editor no espaço público: Baptiste-Louis Garnier e a consolidação da coleção em Literatura Brasileira. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 45, n. 3, p. 1205-1216, 2016.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Edusp, 2017.

HEATHER, Peter. Cultura escrita e poder no mundo migratório. In: BOWMAN, Alan; WOOLF, Greg (org.). *Cultura escrita e poder no mundo antigo*. São Paulo: Ática, 1998.

HIGOUNET, Charles. *História concisa da escrita*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

KURY, Lorelai. A tipografia do Arco do Cego: frei Veloso enciclopedista. *Biblioteca Nacional: 200 anos*. Dossiê, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/biblioteca-nacional-200-anos/as-colecoes-formadoras/a-tipografia-do-arco-do-cego-frei-veloso-enciclopedista/>. Acesso em: 27 mar. 2024.

LANG, Cíntia da Silva. *De moças (1926-1960) a Ex-moças (1983-1987): representações e práticas de leitura instituídas na Coleção Biblioteca das Moças*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/10704>. Acesso em: 26 mar. 2024

LOPES, Jorge Domingues, CABRAL, Ana Suelly Arruda Câmara. O “Vocabulário Português, e Latino”, e Brasília, de Raphael Bluteau: análise dos brasileirismos ameríndios de base tupi. *Alfa*, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 513-542, 2018.

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita*. São Paulo: Ática, 2002.

MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

SENNA, Ernesto. *O velho comércio do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: G. Ermakoff, 2006.

SILVESTRE, João Paulo. *Bluteau e as origens da lexicografia moderna*. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 2008.

VILLALTA, Luiz Carlos. Bibliotecas privadas e práticas de leitura no Brasil Colonial. *Caminhos do romance*, Campinas, 2005. Disponível em: <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/bibliotecas-br.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2024.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOBRE A AUTORA

Ana Lúcia Merege é mestre em Ciência da Informação pelo Ibiict/UFRJ-Eco (1999) e bacharel em Biblioteconomia pela Unirio (1992). Desde 1996, é servidora da Fundação Biblioteca Nacional, tendo como principais atividades redação e revisão de textos, produção de conteúdo informativo para a internet, descrição de documentos em línguas estrangeiras, pesquisa técnica, confecção de índices temáticos, montagem e apresentação de exposições. Escreve textos de divulgação, regularmente, para a página da instituição e suas redes sociais. Ministrou cursos para mediadores de leitura e professores na Casa da Leitura, um dos quais ensinou a publicação do livro teórico *Os Contos de Fadas: origens, história e permanência no mundo moderno* (Editora Claridade, 2010). Em paralelo a suas atividades como bibliotecária e pesquisadora, tem uma carreira como escritora de literatura fantástica e, desde 2005, vem publicando livros, contos e organizando coletâneas do gênero.

CADERNOS DA BIBLIOTECA NACIONAL

Volumes publicados

1. *Reflexões sobre a vaidade dos homens*. Matias Aires.
2. *Swift*. Rui Barbosa.
3. *Os meus balões*. Alberto Santos Dumont.
4. *O bibliotecário do rei*: trechos selecionados das cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos. Marcus Venicio Ribeiro e Mônica Auler (org.).
5. *Senhora das imagens internas*: escritos dispersos de Nise da Silveira. Martha Pires Ferreira (org.).
6. *Caderneta de campo*. Euclides da Cunha. Olímpio de Souza Andrade (org.).
7. *Escorço biográfico de Dom Pedro I*. Maria Graham.
8. *O Japão*. Aluísio de Azevedo.
9. *Diário Carioca*: o jornal que mudou a imprensa brasileira. Cecília Costa.
10. *O pós-modernismo*: José Lins do Rego e Graciliano Ramos. Nelson Werneck Sodré.
11. *Doze horas em diligência*: guia do viajante de Petrópolis a Juiz de Fora. Revert Henry Klumb.
12. *Psicologia urbana*. João do Rio.
13. *Os dias passam...* João do Rio.
14. *No tempo de Wenceslau...* João do Rio.
15. *Juliano Moreira*: estudos de um pioneiro da psiquiatria no Brasil. Christianne Theodoro de Jesus (org.).
16. *Dois dedos de prosa*: o cotidiano carioca por Júlia Lopes de Almeida. Angela di Stasio, Anna Faedrich e Marcus Venicio Ribeiro (org.).

17. *O violão na corte imperial*. Marcia E. Tabora.
18. *De Musas e Sereias*: a presença dos seres que cantam a poesia. Leonardo Davino de Oliveira.
19. *Periódicos & Literatura*: aproximações. Fernando Monteiro de Barros Júnior (*In memoriam*) e Raquel França dos Santos Ferreira (org.).
20. *Desejo de enciclopédia*: o saber total. Phellipe Marcel da Silva Esteves.

Impresso por Tavares & Tavares Ltda.
Uberlândia (MG), verão de 2025
Composição em Bodoni MT St
Capa em Duo Design 300 g/m²
Miolo em Pólen Soft 80 g/m²



O que conhecemos como “livro” chegou ao seu aspecto atual após passar por várias transformações. Desvendar sua trajetória, desde os primeiros registros em pedra, papiro e tabuinhas de argila, até os formatos digitais mais recentes é empreender uma jornada fascinante, que acompanha a história social do conhecimento ao longo de milênios.

Este livro reúne os 38 textos de divulgação escritos por Ana Lúcia Merege sobre História do Livro, publicados na página da Fundação Biblioteca Nacional no período de maio de 2020 a junho de 2021. Entre os temas abordados estão a ornamentação dos manuscritos medievais, a história do papel, os primeiros dicionários e a trajetória do livro no Brasil, desde a colônia até os anos 1960-1970, quando surgiram algumas das mais tradicionais editoras brasileiras.

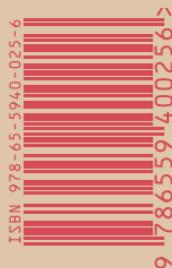
A autora é Mestra em Ciência da Informação pelo Ibiict/UFRJ, Bacharel em Biblioteconomia pela Unirio e servidora da Fundação Biblioteca Nacional desde 1996.



BIBLIOTECA NACIONAL

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



9